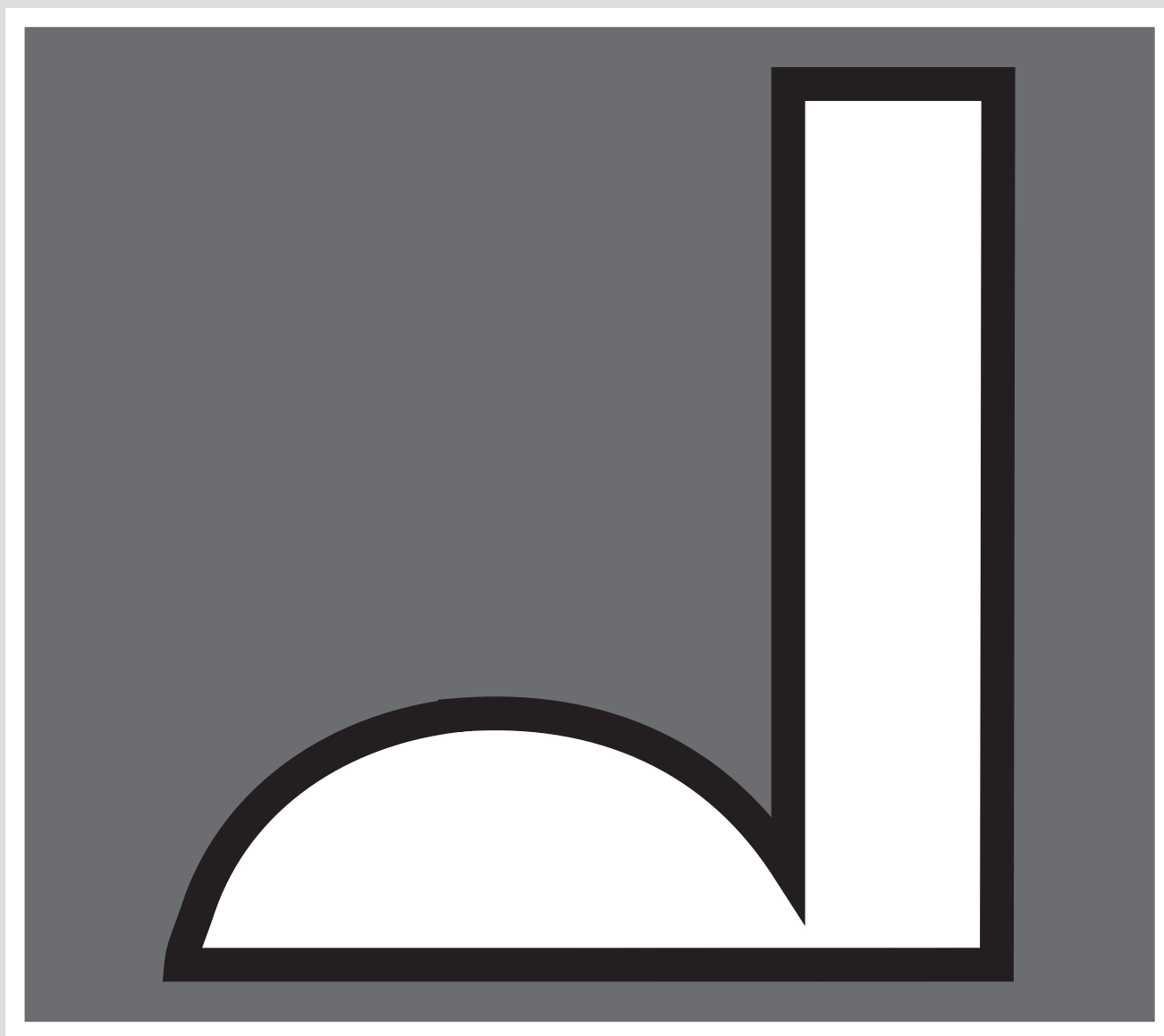




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 178 - SÁBADO, 22 DE OUTUBRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lidice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁶⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 9 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁷⁾ Paulo Bauer ⁽⁹⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁸⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾ PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lidice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹¹⁾ Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
- Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
- Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 192ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE OUTUBRO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 355, de 2011, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 532, de 1999 (nº 2.294/2000, na Câmara dos Deputados), sancionado e transformado na Lei nº 12.472, de 2011. ... 43371

Nº 356, de 2011, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2009 (nº 6.587/2009, na Câmara dos Deputados), sancionado e convertido na Lei nº 12.473, de 2011. 43371

Nº 357, de 2011, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2011 (nº 2.042/2011, na Câmara dos Deputados), sancionado e convertido na Lei nº 12.505, de 2011. 43372

Nº 358, de 2011, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1989 (nº 3.941/1989, na Câmara dos Deputados), sancionado e convertido na Lei nº 12.506, de 2011. 43372

1.2.2 – Pareceres

Nºs 1.127 a 1.146, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre os Projetos de Decreto Legislativo nºs 336, de 2009; 442, de 2010; e 1, 12, 19, 34, 42, 43, 46, 49, 121, 145, 149, 150, 157, 158, 160, 161, 168 e 193, de 2011, respectivamente..... 43373

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 336, de 2009; 442, de 2010; e 1, 12, 19, 34, 42, 43, 46, 49, 121, 145, 149, 150, 157, 158, 160, 161, 168 e 193, de 2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. (Ofícios nºs 135 e 169/2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática) 43454

1.2.4 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2011 (nº 218/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República*

Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Bomfim, em 14 de setembro de 2009 43455

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2011, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo a referida Comissão o prazo de quinze dias úteis, prorrogável por igual período, para opinar sobre a proposição. 43459

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR WALTER PINHEIRO – Considerações sobre a importância das matérias apreciadas pelo Senado Federal durante esta semana; e outro assunto. 43459

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem ao jornal **Folha de Boa Vista** pelo transcurso, hoje, dos 28 anos de sua fundação. ... 43464

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Homenagem pelo transcurso, no próximo dia 24, dos 342 anos de fundação da cidade de Manaus..... 43468

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 1.295, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos à cidade de Manaus, que comemora 342 anos em 24 do corrente..... 43473

Nº 1.296, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário. . 43474

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se dia 9 de novembro próximo, quarta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar os 70 anos do Ministério da Aeronáutica e Força Aérea Brasileira – FAB. 43474

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Considerações sobre a aprovação do Substitutivo proposto pelo Senador Vital do Rêgo ao projeto de lei que trata do regime de partilha de produção do pré-sal..... 43474

SENADOR LUIZ HENRIQUE – Anúncio da apresentação, por S. Ex^a, na próxima terça-feira, do relatório sobre o projeto do novo Código Florestal, em reunião conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. 43476

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Anúncio da reunião do Parlamento do Mercosul, marcada para os dias 31 do corrente, 1º e 2 de novembro próximo, reafirmando o compromisso de S. Ex^a de atuar em favor da integração dos países do bloco além da esfera econômica..... 43479

SENADOR ANIBAL DINIZ – Registro da possibilidade de se democratizar ainda mais a participação popular no Orçamento da União por meio das emendas de iniciativa popular; e outros assuntos. 43482

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Críticas à demora no andamento do processo para a criação da Comissão da Verdade. ... 43490

SENADOR ACIR GURGACZ – Comentários sobre os vários temas apreciados na Casa durante a semana que se finda; e outro assunto. 43493

SENADOR WILSON SANTIAGO – Importância do estrito cumprimento da Lei da Ficha Limpa.. 43497

1.2.10 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR GEOVANI BORGES – Registro da realização da VIII Mostra Cultural Seama, um dos maiores eventos culturais gratuitos do Amapá, sob o tema “Sustentabilidade, uma questão de cultura”. 43502

SENADOR MÁRIO COUTO – Registro de diversas matérias publicadas na imprensa nos dias 5 e 11 do corrente..... 43503

SENADOR ALVARO DIAS – Registro do editorial intitulado “Falta lembrar que só os investimentos geram PIB”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 11 do corrente. 43505

SENADOR CYRO MIRANDA – Registro do editorial intitulado “Guerra cambial e fantasia”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 8 do corrente..... 43506

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do artigo de autoria do economista Rogério Werneck, intitulado “Insensatez em marcha”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 30 de setembro último. 43507

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Registro do editorial intitulado “O ‘Relatório de Inflação’ não convence quanto ao futuro”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 30 de setembro último. 43508

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro do editorial intitulado “Segundo Tempo beneficia ONGs ligadas ao PCdoB”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 16 do corrente..... 43509

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

3 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

6 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 192ª Sessão Não Deliberativa, em 21 de outubro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência do Sr. Wilson Santiago, da Srª Vanessa Grazziotin,
e dos Srs. Mozarildo Cavalcanti, Acir Gurgacz e Walter Pinheiro*

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 15 minutos e encerra-se às 13 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB

– RR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB

– RR) – O Senado Federal recebeu os **Ofícios nºs 355 a 358, de 2011**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando os autógrafos dos seguintes Projetos de Lei do Senado:

- **nº 532, de 1999** (nº 2.294/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta § 6º ao art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece *as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo os símbolos nacionais como tema transversal nos currículos do ensino fundamental, sancionado e convertido na Lei nº 12.472, de 2011;*
- **nº 340, de 2009** (nº 6.587/2009, na Câmara dos Deputados), que *denomina Rodovia Tenente-Brigadeiro Murillo Santos o trecho rodoviário compreendido entre a Base Aérea de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, e o entroncamento com a BR-101, sancionado e convertido na Lei nº 12.473, de 2011;*
- **nº 325, de 2011** (nº 2.042/2011, na Câmara dos Deputados), que *concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios, sancionado e convertido na Lei nº 12.505, de 2011;* e
- **nº 89, de 1989** (nº 3.941/1989, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre o aviso prévio e dá*

outras providências, sancionado e convertido na Lei nº 12.506, de 2011.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 355/11/PS-GSE

Brasília, 19 de outubro de 2011

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 2.294, de 2000 (PLS nº 532/99), que “Acrescenta § 6º ao art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo os símbolos nacionais como tema transversal nos currículos do ensino fundamental”, foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 12.472, de 1º de setembro de 2011.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**,
Primeiro-Secretário.

Of. nº 356/11/PS-GSE

Brasília, 19 de outubro de 2011

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 6.587, de 2009 (PLS nº 340/09), que “Denomina Rodovia Tenente-Brigadeiro Murillo Santos o trecho rodoviário compreendido en-

tre a Base Aérea de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, e o entroncamento com a BR-101”, foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 12.473, de 1º de setembro de 2011.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**,
Primeiro-Secretário.

Of. nº 357/11/PS-GSE

Brasília, 19 de outubro de 2011

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 2.042, de 2011 (PLS nº 325/11), que “Concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios”, foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**,
Primeiro-Secretário.

Of. nº 358/11/PS-GSE

Brasília, 19 de outubro de 2011

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 3.941, de 1989 (PLS nº 89/89), que “Dispõe sobre o aviso prévio e dá outras providências”, foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 1.127, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2009 (nº 1.256/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Liberdade FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

RELATOR: Senador VITAL DO RÊGO

RELATOR "AD HOC": Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 336, de 2009 (nº 1.256, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Liberdade FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

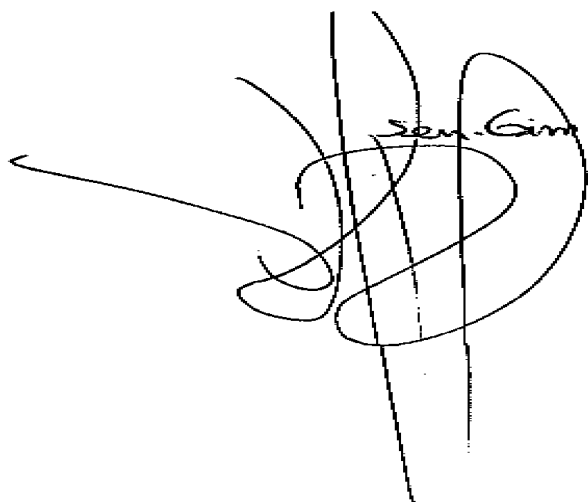
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Em atendimento ao Ofício nº 017/2011-CCT, de 27 de abril de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 336, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Rádio Liberdade FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

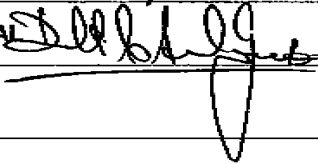
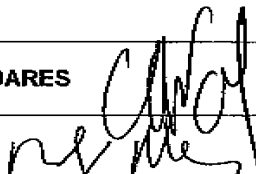
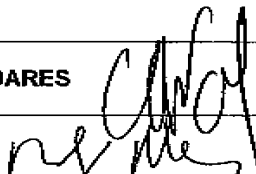
 Sen. Gim Angella Lima, Presidente no Exercício da Presidência

, Relator

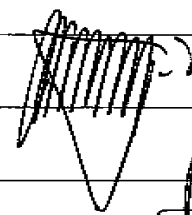
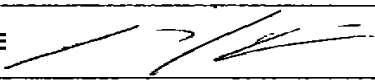
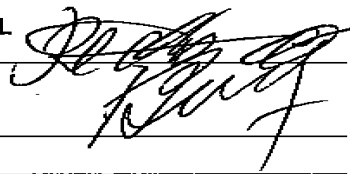
**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 336/2009 NA REUNIÃO DE 19 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL 
ANIBAL DINIZ 	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG 	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE 
VITAL DO RÉGO RELATOR	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO 	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL 
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO RELATOR AD HOC	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 336/2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					ACIR OURGAÇZ - PDT				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSE AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 14 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: L

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011


SENADOR GIM ARGELLO
 Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

PARECER

Nº 1.128, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2010 (nº 2.370/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranhos, Estado de Mato Grosso do Sul.

RELATOR: Senador DELCÍDIO AMARAL

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 442, de 2010 (nº 2.370, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranhos, Estado de Mato Grosso do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do

art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Em atendimento ao Ofício nº 17/2011-CCT, de 27 de abril de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 442, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranhos, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

San Gimignano, Vice Presidente no exercício da Presidência.

DDA Amador, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 442/2010 NA REUNIÃO DE 19 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA

1. DELCÍDIO DO AMARAL

ANIBAL DINIZ

2. PAULO PAIM

WALTER PINHEIRO

3. MAGNO MALTA

JOÃO RIBEIRO

4. ACIR GURGACZ

ANTONIO CARLOS VALADARES

5. LÍDICE DA MATA

RODRIGO ROLLEMBERG

6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA

1. SÉRGIO SOUZA

VALDIR RAUPP

2. LUIZ HENRIQUE

VITAL DO RÊGO

3. RICARDO FERRAÇO

LOBÃO FILHO

4. RENAN CALHEIROS

CIRO NOGUEIRA

5. REDITARIO CASSOL

EUNÍCIO OLIVEIRA

6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA

1. ALOYSIO NUNES FERREIRA

FLEXA RIBEIRO

2. CÍCERO LUCENA

JOSÉ AGRIPINO

3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO

1. FERNANDO COLLOR

PSOL

VAGO

1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 442/2010

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC de B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC de B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA FORTALEZA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					ACIR GURGACZ - PDT				
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB	X			
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB	X				RICARDO FERREIRA - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 62 NÃO: 11 ABS: 11 AUTOR: 11 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM

19 OUT 2011

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER

Nº 1.129, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2011 (nº 2.033/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Noroeste de Comunicação Ltda. EPP para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

RELATOR "AD HOC": Senador LOBÃO FILHO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 1, de 2011 (nº 2.033, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao *Sistema Noroeste de Comunicação Ltda. EPP* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Em atendimento ao Ofício nº 017/2011-CCT de 27 de abril de 2011 foram encaminhadas pelo Ministério das Comunicações os demonstrativos financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão ao *Sistema Noroeste de Comunicação Ltda. EPP* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

*Vice-Presidente no exercício
da Presidência*



Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 1/2011 NA REUNIÃO DE 19 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO RELATOR AD HOC	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA RELATOR
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 1/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					ACIR GURGACZ - PDT				
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO REGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB				
CÍRO NOGUEIRA - PP					REDITARIO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011

Publicado no DSF, de 22/10/2011.

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

PARECER

Nº 1.130, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2011 (nº 2.461/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

RELATOR "AD HOC": Senador **CYRO MIRANDA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 12, de 2011 (nº 2.461, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio e TV Centauro Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como, aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Em atendimento ao Ofício nº 017/2011-CCT, de 27 de abril de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 12, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Rádio e TV Centauro Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

Sen. Gerson Amgello Vice-Presidente, no exerc.
cio da Presidência.

, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 12/2011 NA REUNIÃO DE 19 OUT 2011,
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA RELATOR

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÉGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA RELATOR AD Hoc	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 12/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT	X				PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					ACIR GURGACZ - PDT				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITARIO CASSOL - PP	X			
EUNICIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 6 NÃO: 7 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011



SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

PARECER

Nº 1.131, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2011 (nº 2.553/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão.

RELATOR: Senador REDITARIO CASSOL

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 19, de 2011 (nº 2.553, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Radiodifusão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministério das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para

serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 19, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 19, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Radiodifusão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

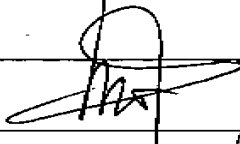
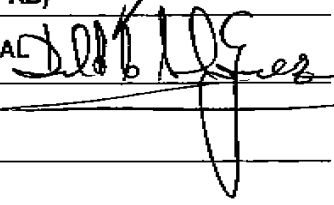
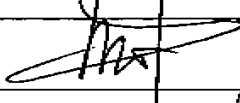
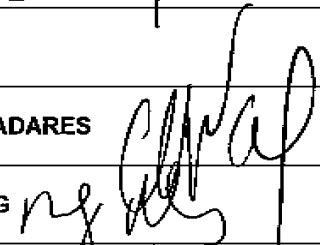
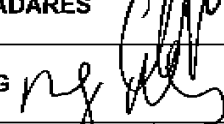
 *Sen. Sim Angello* Vice-Presidente, no exercício da Presidência

, Relator

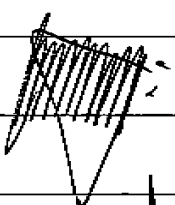
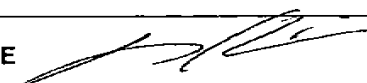
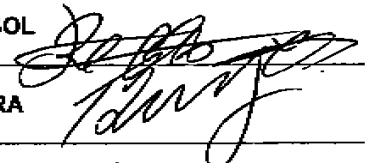
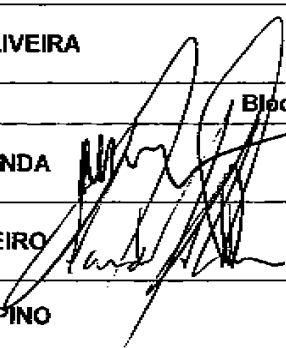
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 19/2011 NA REUNIÃO DE 19 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

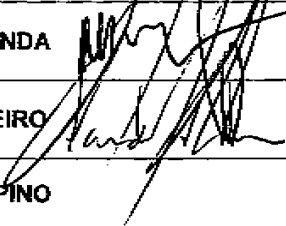
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL 
ANIBAL DINIZ 	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG 	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE 
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL 
EUNÍCIO OLIVEIRA 	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS N.º

19, 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					ACIR GURGACZ - PDT				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB	X			
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSE AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER

Nº 1.132, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2011 (nº 2.671/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RBS TV Criciúma Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

RELATOR: Senador RODRIGO ROLLEMBERG

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 34, de 2011 (nº 2.671, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *RBS TV Criciúma Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

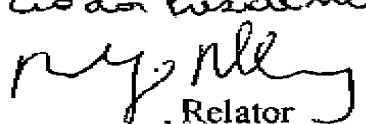
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 34, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *RBS TV Criciúma Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

Sen. Gilm Argello, Vice-Presidente no Exercício da Presidência.
, Relator

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 34/2011 NA REUNIÃO DE 19 OUT/2011
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG <i>RELATOR</i>	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÉGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSO
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 34/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELCEIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR	X				ACIR GURGACZ - PDT				
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LORÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITARIO CASSOL - PP	X			
EUNICIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
ELEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSE AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011


SENADOR GIM ARGELLO
 Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.133, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2011 (nº 2.710/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Campina do Monte Alegre-SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

RELATOR "AD HOC": Senador LOBÃO FILHO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 42, de 2011 (nº 2.710, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural Comunitária Campina do Monte Alegre - SP* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e

autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 42, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 42, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural Comunitária Campina do Monte Alegre - SP* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

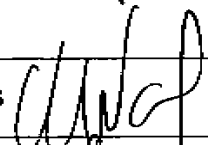
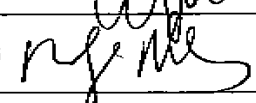
*Vice-Presidente no exercício
da Presidência*


Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA** Relator

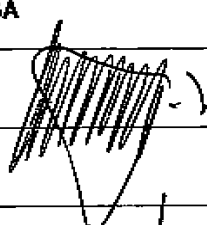
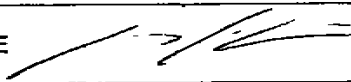
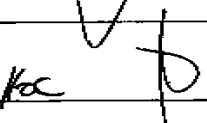
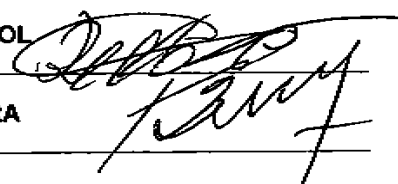
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 42/2011 NA REUNIÃO DE 19 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

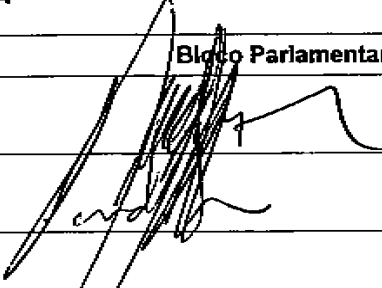
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL 
ANIBAL DINIZ 	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG 	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE 
VITAL DO RÉGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO RELATOR AD PAC 	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL 
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA RELATOR
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 42/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					ACIR GURGACZ - PDT				
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP	X			
EUNICIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 17 SIM: 12 NÃO: 5 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

PARECER

Nº 1.134, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2011 (nº 2.713/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palminópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palminópolis, Estado de Goiás.

RELATOR: Senador CYRO MIRANDA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 43, de 2011 (nº 2.713, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palminópolis* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palminópolis, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 43, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 43, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palminópolis* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palminópolis, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

Sen. Gim Argello, Vice-Presidente no exercício da Presidência.



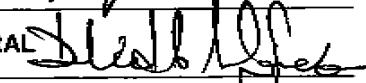
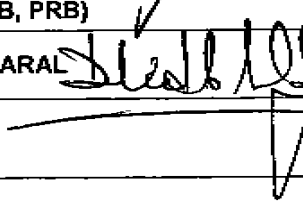
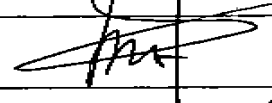
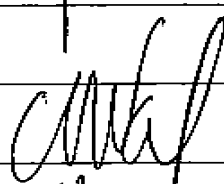
, Relator

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 43/2011 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:**

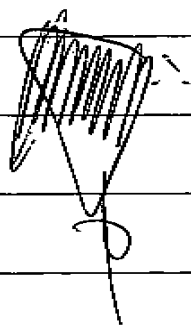
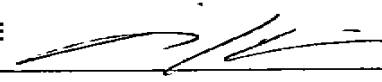
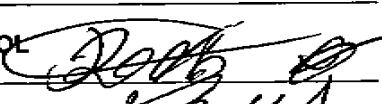
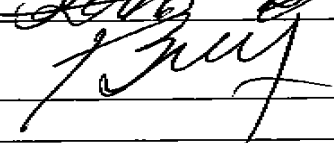
19 OUT 2011

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

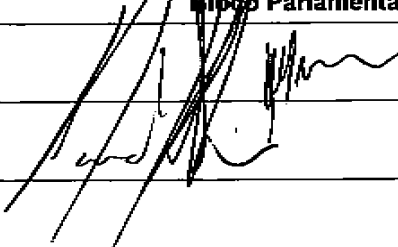
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL 
ANIBAL DINIZ 	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG 	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE 
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL 
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA 

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA RELATOR 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 43/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					ACIR GURGACZ - PDT				
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB	X			
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: L

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER

Nº 1.135, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2011 (nº 2.742/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Difusora Lucélia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lucélia, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

RELATOR "AD HOC": Senador LOBÃO FILHO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 46, de 2011 (nº 2.742, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA LUCÉLIA LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lucélia, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços

de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 46, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à **SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA LUCÉLIA LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lucélia, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

Sen. Gim Argello, Vice-Presidente no exercício da Presidência.


Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, Relator

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 46/2011 NA REUNIÃO DE 19 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO RELATOR AD HOC	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA RELATOR
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 46/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					ACIR GURGACZ - PDT				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER

Nº 1.136, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2011 (nº 2.757/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Onda Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Onda Verde, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

RELATOR "AD HOC": Senador LOBÃO FILHO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 49, de 2011 (nº 2.757, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Difusão Comunitária de Onda Verde* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Onda Verde, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 49, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 49, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Difusão Comunitária de Onda Verde* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Onda Verde, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

Vice-Presidente no exercício
da Presidência

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 49/2011 NA REUNIÃO DE 19 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO RELATOR AD HOC.	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA RELATOR
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 49/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA - PT	X				DELCEIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT	X				PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR	X				ACIR GURGACZ - PDT				
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LIDICÉ DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP	X			
EUNICIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.137, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2011 (nº 2.902/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Terra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP



I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 121, de 2011 (nº 2.902, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária Terra* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 121, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 121, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária Terra* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

Sem Gilm Angello, Vice-Presidente, no exercício da Presidência



, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 121/2011 NA REUNIÃO DE 19 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA

1. DELCÍDIO DO AMARAL

ANIBAL DINIZ

2. PAULO PAIM

WALTER PINHEIRO

3. MAGNO MALTA

JOÃO RIBEIRO

4. ACIR GURGACZ

ANTONIO CARLOS VALADARES

5. LÍDICE DA MATA

RODRIGO ROLLEMBERG

6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA

1. SÉRGIO SOUZA

VALDIR RAUPP

2. LUIZ HENRIQUE

VITAL DO RÊGO

3. RICARDO FERRAÇO

LOBÃO FILHO

4. RENAN CALHEIROS

CIRO NOGUEIRA

5. REDITÁRIO CASSOL

EUNÍCIO OLIVEIRA

6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA

1. ALOYSIO NUNES FERREIRA

FLEXA RIBEIRO

2. CÍCERO LUCENA

JOSÉ AGRIPINO

3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO

1. FERNANDO COLLOR

PSOL

VAGO

1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS N.º 121, 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANTÔNIO DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					ACIR GURJACZ - PDT				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO RÖLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALJOVISO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSE AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER

Nº 1.138, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2011 (nº 1.507/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Alpestrense de Cultura e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador ANIBAL DINIZ

RELATOR "AD HOC": Senador LUIZ HENRIQUE

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 145, de 2011 (nº 1.507, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Alpestrense de Cultura e Comunicação Social* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 145, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 145, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Alpestrense de Cultura e Comunicação Social* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

Sen. Gim Argello, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

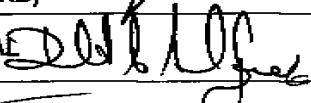
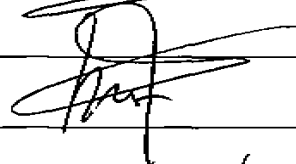
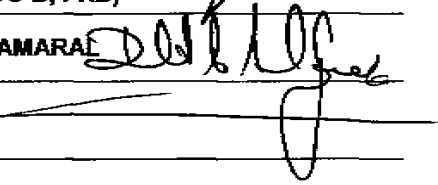
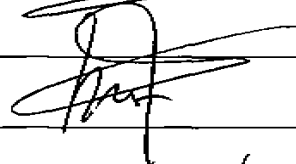
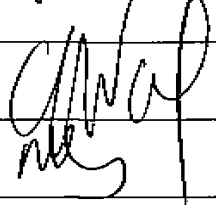
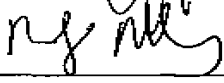
, Relator

Amílcar Simiz

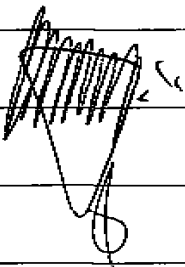
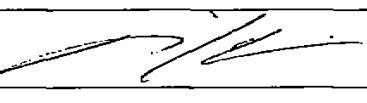
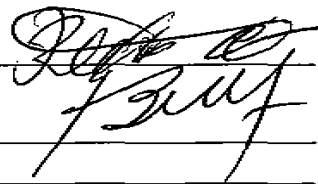
**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 145/2011 NA REUNIÃO DE 19 OUT 2011/
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

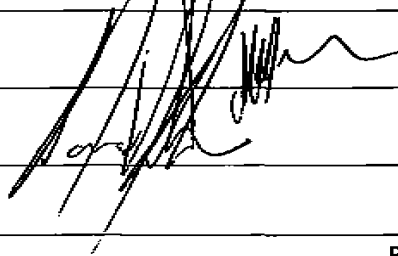
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL 
ANIBAL DINIZ <i>RELATOR</i> 	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG 	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE <i>RELATOR AO AC</i> 
VITAL DO RÉGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL 
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 145/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANÍBAL DINIZ - PT	X				PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR	X				ACIR GURGACZ - PDT				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB	X				SÉRGIO SOUZA - PMDB	X			
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO RÊGO - PMDB	X				RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB	X			
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.139, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2011 (nº 2.058/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Estância Turística de Itu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itu, Estado de São Paulo

RELATOR: Senador GIM ARGELLO

RELATOR “AD HOC”: Senador BENEDITO DE LIRA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 149, de 2011 (nº 2.058, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural Comunitária Estância Turística de Itu* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itu, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão,

televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 149, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 149, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Cultural Comunitária Estância Turística de Itu* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itu, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

SEN. SIM ANGELLO, Vice-Presidente no exercício da Presidência

, Relator

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 149/2011 NA REUNIÃO DE 19 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

VICE PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA (SEN. GIM ARGELLO)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA

1. DELCÍDIO DO AMARAL

ANIBAL DINIZ

2. PAULO PAIM

WALTER PINHEIRO

3. MAGNO MALTA

JOÃO RIBEIRO

4. ACIR GURGACZ

ANTONIO CARLOS VALADARES

5. LÍDICE DA MATA

RODRIGO ROLLEMBERG

6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA

1. SÉRGIO SOUZA

VALDIR RAUPP

2. LUIZ HENRIQUE

VITAL DO RÊGO

3. RICARDO FERRAÇO

LOBÃO FILHO

4. RENAN CALHEIROS

CIRO NOGUEIRA

5. REDITARIO CASSOL

EUNÍCIO OLIVEIRA

6. BENEDITO DE LIRA

RELATOR AO HC

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA

1. ALOYSIO NUNES FERREIRA

FLEXA RIBEIRO

2. CÍCERO LUCENA

JOSÉ AGRIPINO

3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO
RELATOR

1. FERNANDO COLLOR

PSOL

VAGO

1. MARINOR BRITO

*não
marco
Gim.*

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 149/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍDIO DO AMARAL - PT	X			
ANÍBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINJEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					ACIR GURGACZ - PDT				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUÍZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO REGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ARS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: L

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.140, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2011 (nº 2.060/2009, da Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Amigos do Brooklin para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 150, de 2011 (nº 2.060, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural Amigos do Brooklin* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão,

televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

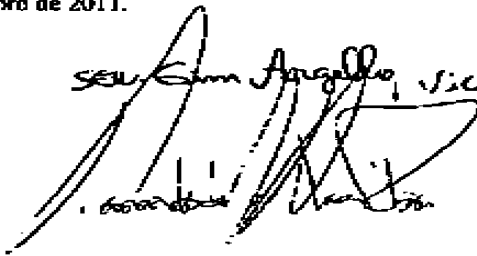
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 150, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 150, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo repuros quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Cultural Amigos do Brooklyn* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.


Sen. Américo de Oliveira, Vice-Presidente no Exercício da Presidência.
Relator

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 150/2011 NA REUNIÃO DE 19 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ANGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANÍBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLENBERG	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDÍRIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL									
FOL Nº 1907011									
TITULAR	SEN	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SEN	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULAR - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO					GOVERNO (PT, PPS, PSB, PC do B, PRB)				
ANGELA FORTALEZA - PT	X				CELIDIO DO ANARAL - PT	X			
ZILDO DIAS - PT					PAULO PAES - PT				
WALTER FUMIEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO ALBUQUERQUE - PR					ACR GUARACÁ - PPT				
ANTÔNIO CARLOS VAZ ALVARES - PRB	X				LÍDICE DA MATA - PPS				
MARCOS VINÍCIUS - PT	X				MARCELO PINHEIRO - PRB				
TITULAR - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PAN, PV)	SEN	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PAN, PV)	SEN	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
STENÃO BRAGA - PMDB	X				SÉRGIO SOUZA - PMDB	X			
VALDIR SAIX - PMDB					LUZIE SIQUEIRA - PMDB				
VITAL DA REGA - PMDB	X				RICARDO FERREIRA - PMDB				
EDUARDO - PMDB					REINALDO - PMDB	X			
EDUARDO OLIVEIRA - PMDB					RENATO DE LIMA - PMDB	X			
TITULAR - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PMDB, DEM)	SEN	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PMDB, DEM)	SEN	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OTACÍLIO - PMDB	X				ALDOREANO - PMDB				
ELENA - PMDB	X				CELESTINA - PMDB				
JOSÉ ACRÍCIO - PMDB	SEN	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MARIA DO CARMO - PMDB				
TITULAR - PMB					SUPLENTE - PMB				
DEMARCIO	SEN	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PERMANECEREM				
TITULAR - PSOL					SUPLENTE - PSOL				
VOTO					MINORIDADE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABST: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011

SENADOR GIM ARGELLO
Vice-presidente do Centro de Transparência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER

Nº 1.141, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2011 (nº 2.630/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FUNDAEPE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador ANIBAL DINIZ

RELATOR "AD HOC": Senador LUIZ HENRIQUE

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 157, de 2011 (nº 2.630, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FUNDAEPE* para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Devido à sua especificidade, os canais de *radiodifusão educativa* são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 157, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FUNDAEPE* para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, *com fins exclusivamente educativos*, na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

Sen. Gim Argello, Vice-Presidente no exercício da Presidência.
, Relator
Américo Pinheiro

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 157/2011 NA REUNIÃO DE 19 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANÍBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÉGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 157/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					ACIR GURGACZ - PDT				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSE AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.142, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2011 (nº 2.704/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema FM de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador CIRO NOGUEIRA

RELATOR "AD HOC": Senador DELCÍDIO DO AMARAL

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 158, de 2011 (nº 2.704, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada ao *Sistema FM de Rádio Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

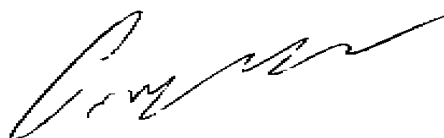
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 158, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada ao *Sistema FM de Rádio Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

Sen. Gim Angello, Vice-Presidente pro exercício
da Presidência.



, Relator

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 158/2011 NA REUNIÃO DE
OS SENHORES SENADORES:**

19 OUT 2011

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL RELATOR AD HOC
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÉGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA RELATOR	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 158/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANÍBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					ACIR GURGACZ - PDT				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUÍZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 14 NÃO: --- ABS: --- AUTOR: --- PRESIDENTE: 6

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011

SENADOR GIM ARGELLO

Visa-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

PARECER

Nº 1.143, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2011 (nº 2.714/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do Rolador - ACOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolador, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 160, de 2011 (nº 2.714, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Amigos do Rolador - ACOMAR* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolador, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de

proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 160, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 160, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Amigos do Rolador - ACOMAR* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolador, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

Sen. Gím Argello, Vice-Presidente no exercício da Presidência.


, Relatora

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 160/2011 NA REUNIÃO DE 19 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA
RELATORA

ANIBAL DINIZ

WALTER PINHEIRO

JOÃO RIBEIRO

ANTONIO CARLOS VALADARES

RODRIGO ROLLEMBERG

1. DELCÍDIO DO AMARAL

2. PAULO PAIM

3. MAGNO MALTA

4. ACIR GURGACZ

5. LÍDICE DA MATA

6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA

VALDIR RAUPP

VITAL DO RÊGO

LOBÃO FILHO

CIRO NOGUEIRA

EUNÍCIO OLIVEIRA

1. SÉRGIO SOUZA

2. LUIZ HENRIQUE

3. RICARDO FERRAÇO

4. RENAN CALHEIROS

5. REDITARIO CASSOL

6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA

FLEXA RIBEIRO

JOSÉ AGRIPINO

1. ALOYSIO NUNES FERREIRA

2. CÍCERO LUCENA

3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO

1. FERNANDO COLLOR

PSOL

VAGO

1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 160/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANÍBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					ACIR GURGACZ - PDT				
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITARIO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011


SENADOR GIMARGELLO
 Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência,
 Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.144, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2011 (nº 2.727/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Repórter Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador VITAL DO RÊGO

RELATOR “AD HOC”: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 161, de 2011 (nº 2.727, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Repórter Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

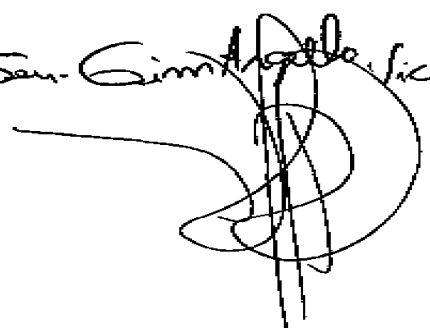
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 161, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Repórter Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

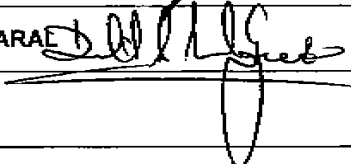
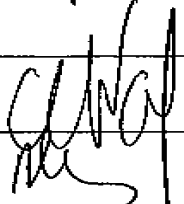
Sala da comissão, 19 de outubro de 2011.

San. Ginn Angelo Vica - Presidente no exercício da Presidência

, Relator

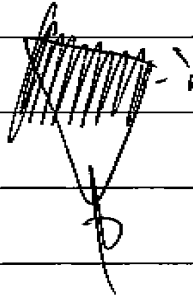
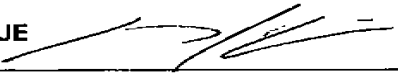
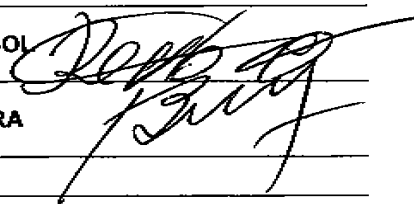
**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 161/2011 NA REUNIÃO DE 19 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

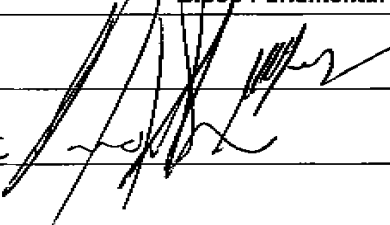
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL 
ANIBAL DINIZ 	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG 	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE 
VITAL DO RÊGO RELATOR	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL 
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO RELATOR AD HOC	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 161/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					ACIR GURGACZ - PDT				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUÍZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011

SENADOR GIMARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER

Nº 1.145, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2011 (nº 2.928/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à União Municipal dos Estudantes e Comunidades de Caucaia - UMECC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

RELATOR “AD HOC”: Senador **CYRO MIRANDA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 168, de 2011 (nº 2.928, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *União Municipal dos Estudantes e Comunidades de Caucaia - UMECC* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de

proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 168, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 168, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *União Municipal dos Estudantes e Comunidades de Caucaia - UMECC* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

 *Sen. Gilmário Almeida* Presidente no exercício da Presidência

, Relator

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 168/2011 NA REUNIÃO DE 19 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA RELATOR

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA RELATOR AD HOC	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 168/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					ACIR GURGACZ - PDT				
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITARIO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

PARECER

Nº 1.146, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2011 (nº 39/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, no Estado do Piauí.

RELATOR: Senador BENEDITO DE LIRA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 193, de 2011 (nº 39, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira* para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Teresina, no Estado do Piauí. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Devido à sua especificidade, os canais de *radiodifusão educativa* são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 193, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira* para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, *com fins exclusivamente educativos*, na cidade de Teresina, no Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2011.

Sen. Gum Angello Vice-Presidente no exercício da Presidência
Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 193/2011 NA REUNIÃO DE 19 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: SEN. GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B e PRB)

ÂNGELA PORTELA

1. DELCÍDIO DO AMARAL

ANIBAL DINIZ

2. PAULO PAIM

WALTER PINHEIRO

3. MAGNO MALTA

JOÃO RIBEIRO

4. ACIR GURGACZ

ANTONIO CARLOS VALADARES

5. LÍDICE DA MATA

RODRIGO ROLLEMBERG

6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA

1. SÉRGIO SOUZA

VALDIR RAUPP

2. LUIZ HENRIQUE

VITAL DO RÊGO

3. RICARDO FERRAÇO

LOBÃO FILHO

4. RENAN CALHEIROS

CIRO NOGUEIRA

5. REDITARIO CASSOL

EUNÍCIO OLIVEIRA

6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA

1. ALOYSIO NUNES FERREIRA

FLEXA RIBEIRO

2. CÍCERO LUCENA

JOSÉ AGRIPINO

1. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO

1. FERNANDO COLLOR

PSOL

VAGO

1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS N.º

193, 2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC de B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC de B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				MAGNO MALTA - PR				
JOAO RIBEIRO - PR					ACIR GURGACZ - PDT				
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB	X			
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB	X				RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: L

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 OUT 2011

SENADOR GIM ARGELLO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 135 e 169, de 2011**, do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 336, de 2009; 442, de 2010; e 1, 12, 19, 34, 42, 43, 46, 49, 121, 145, 149, 150, 157, 158, 160, 161, 168 e 193, de 2011.

São os seguintes os Ofícios:

OF. Nº 135/2011 – CCT

Brasília, 19 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos: 336 de 2009; 442 de 2010; 1, 12, 19, 34, 42, 43, 46, 49, 121, 145, 149, 150, 157, 158, 160, 161 e 168 de 2011.

– Senador **Gim Argello**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

OF. Nº 169/2011 – CCT

Brasília, 19 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 193 de 2011.

– Senador **Gim Argello**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com referência aos **Ofícios nºs 135 e 169, de 2011**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2011** (nº 218/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Bomfim, em 14 de setembro de 2009*.

É o seguinte o projeto:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 291, DE 2011

(nº 218/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Bonfim, em 14 de setembro de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Bonfim, em 14 de setembro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUIANA SOBRE ISENÇÃO PARCIAL DE VISTOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Guiana.
(doravante denominados as "Partes"),

Considerando o interesse em fortalecer as relações de amizade existentes entre ambos os países e o desejo de facilitar a entrada de nacionais de um país no território do outro,

Acordam o seguinte:

Artigo 1

1. Nacionais da República Federativa do Brasil e nacionais da República da Guiana que sejam titulares de passaportes comuns válidos poderão entrar, transitar, permanecer e sair do território do Estado da outra Parte, para fins de negócios, sem a necessidade de visto, pelo período de até noventa (90) dias, renovável por mais noventa (90), desde que a estada não exceda cento e oitenta (180) dias por ano.
2. Os nacionais da República Federativa do Brasil e da República da Guiana beneficiados por este Acordo não estarão autorizados, meramente em função deste Acordo, a exercer atividade empregatícia ou desenvolver atividade remunerada de qualquer natureza durante sua estada.
3. O visto de negócios mencionado neste Artigo aplica-se à visita de nacionais de uma Parte ao território do Estado da outra Parte, com o propósito de comparecer a reuniões de negócios, negociar contratos, discutir projetos, bem como outras atividades que não caracterizem trabalho remunerado ou emprego.

Artigo 2

Os portadores de passaportes válidos de ambas as Partes, conforme mencionado no Artigo 1 deste Acordo, poderão entrar, transitar e sair do território da outra Parte em todos os pontos abertos ao tráfego internacional de passageiros.

Artigo 3

1. A dispensa de visto introduzida pelo presente Acordo não exime os nacionais de uma das Partes da obrigação de cumprir as leis e os regulamentos em vigor no território do Estado da outra Parte relativos à entrada, permanência e saída de estrangeiros.
2. As Partes informar-se-ão, mutuamente, por via diplomática, com a mais breve antecipação, sobre qualquer mudança nas respectivas leis e regulamentos sobre o regime de entrada, permanência e saída de estrangeiros.

Artigo 4

As Partes readmitirão seus nacionais no território de seus respectivos Estados sem formalidades ou despesas adicionais.

Artigo 5

Este Acordo não prejudica o direito de as Partes negarem a entrada ou reduzirem a permanência em seu território de nacionais da outra Parte considerados indesejáveis.

Artigo 6

Por razões de segurança, ordem pública ou saúde pública, qualquer das Partes poderá suspender temporariamente a aplicação deste Acordo, integral ou parcialmente. A suspensão, bem como sua subsequente revogação, será notificada à outra Parte no mais breve prazo possível, por via diplomática.

Artigo 7

1. As Partes intercambiarão, por via diplomática, exemplares dos passaportes no prazo de até trinta (30) dias após a data de assinatura deste Acordo.
2. Em caso de modificação dos passaportes válidos, as Partes intercambiarão, por via diplomática, exemplares de seus novos passaportes, com informação pormenorizada sobre suas características e usos, com antecedência mínima de trinta (30) dias antes de sua entrada em circulação nos respectivos Estados.

Artigo 8

1. O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data da última notificação diplomática pela qual uma Parte informa a outra do cumprimento dos requisitos legais internos necessários para sua entrada em vigor.
2. O presente Acordo terá vigência indeterminada.
3. O presente Acordo poderá ser emendado por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática. As emendas entrarão em vigor nos termos do parágrafo 1 do presente Artigo.
4. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar a outra, por via diplomática, de sua intenção de denunciar o presente Acordo. A denúncia surtirá efeito trinta (30) dias após a data da notificação.
5. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou implementação do presente Acordo será resolvida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

Feito em Bonfim, em 14 de setembro de 2009, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**



Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA GUIANA**



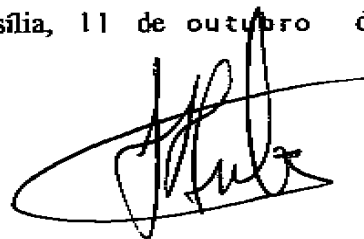
Carolyn Rodrigues-Birkett
Ministra dos Negócios Estrangeiros

Mensagem nº 585, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Bonfim, em 14 de setembro de 2009.

Brasília, 11 de outubro de 2010.



EM No 00093 MRE – DAI/DIM/DAM IV/AFEPA/PAIN-BRAS-GUIA

Brasília, 5 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de mensagem pela qual se submete ao referendo do Congresso Nacional o texto do "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos", assinado em Bonfim, em 14 de setembro de 2009, por mim mesmo e pela Ministra dos Negócios Estrangeiros da República da Guiana, Carolyn Rodrigues-Birkett.

2. Nos termos do Acordo, os nacionais de qualquer das Partes portadores de passaportes comuns válidos estarão isentos de visto para entrar, transitar, permanecer e sair do território da outra Parte, para fins de negócios, por um período de até 90 (noventa) dias até o máximo de 180 (cento e oitenta) dias por ano, contados a partir da data da primeira entrada.
3. Este acordo fortalecerá os laços e amizade e cooperação entre os dois países por meio da facilitação das viagens de portadores dos referidos passaportes entre seus territórios.
4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art.49, inciso I, combinado com o Artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O Projeto vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre a matéria, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, por permuta com este Senador, pelo tempo regimental.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta semana foi marcada por grandes decisões nesta Casa. Decisões que têm a ver com um tema que polariza todos os debates e que, de certa maneira, ocupa os espaços, eu diria, privilegiados na mídia. Refiro-me às questões de caráter tributário, da ordem econômica, das finanças públicas, o centro do debate no mundo de hoje por conta da própria crise econômica mundial. Mas, é um tema que, todas às vezes, meu caro Senador Mozarildo, envolve uma decisão sempre tomada de afogadilho, uma decisão que ocorre na undécima hora.

A esse tema temos vinculado questões importantíssimas que infligem, atuam, incidem sobre a vida das pessoas. De certa forma, esse tema é o oxigênio que mobiliza e mantém de pé as instituições, as prefeituras; é o oxigênio que movimenta todas as ações de diversos prefeitos, de governadores deste nosso País, numa permanente corrida para Brasília.

Iniciamos essa jornada, este ano, e não pela peça orçamentária, que é o grande debate, apesar de ainda, no primeiro período desta Legislatura, termos aprovado a Lei de Diretrizes Orçamentária, a qual poucos dão importância. Aham que é um mero compêndio de regras ou de tratativas. Na realidade, deveria essa lei ser adotada por nós como o caminho, a trilha da questão econômica e, conseqüentemente, desse reordenamento que todos de que todos falam e que batizam de pacto federativo em nosso País.

Passamos por ela, mas concentramos os esforços, neste último período, no debate sobre os **royalties** do petróleo. Óbvio, pela possibilidade de distribuição de mais R\$8 bilhões nesse bolo tributário, nessa seara financeira, nessa guerra fiscal, nessa disputa pelo naco da economia que alimenta as diversas ações locais.

E, efetivamente, apontamos uma alternativa que já sacudiu as pontas. Governadores descontentes, ontem, já afirmavam que o palco para o debate agora é o Supremo. Interessante, não é, Senador Pedro Simon?

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – Como é?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Os governadores descontentes apontaram que o palco para a decisão agora é o Supremo. Aliás, dois governadores que inclusive passaram por esta Casa. O Governador do Espírito Santo, gente muito boa, bom Senador, Senador Casagrande, e outro ex-Senador também, Governador do Rio de Janeiro, nosso Sergio Cabral.

Mas não foi o Supremo, por exemplo, que abriu essa seara de possibilidades para um novo caminho. Foi o Parlamento. Com críticas, e eu diria até com adjetivação, como eu ouvi de alguns aqui na noite de votação dos **royalties**. E aí me refiro, nessa adjetivação, à emenda Ibsen Pinheiro. Ela foi o caminho de abertura.

Tenhamos ou não a leitura do erro, como alguns assim levantam, ou da impropriedade daquela emenda, muitos diziam que era necessário efetivamente o veto. Tenho dito sempre, Senador Pedro Simon, que o veto àquela emenda, aportado pelo nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como uma solução, não era um atendimento ao ex-senador Sergio Cabral, mas era um atendimento a pressupostos do ponto de vista jurídico e da constitucionalidade. Esses pressupostos levariam o Presidente, se sancionasse aquela lei, a questionar a própria lei a partir dos interesses e das questões contratuais envolvidas, principalmente na condução da maior empresa de petróleo desta nossa banda do Continente Sul-Americano, o nosso solo Brasil e nossa maior **player** que é a Petrobras.

Afora isso, meu caro Senador Pedro Simon, esse foi o processo inclusive que conduziu a esse entendimento, não perfeito, aqui não é uma Casa de santos nem de perfeitos, aqui é um Parlamento, parte da sociedade está aqui; o que tem aqui dentro é um extrato da sociedade. O que veio para cá é exatamente parte do que está lá fora e construímos, eu diria, a lei do possível para esse momento, um dos nossos sonhos. Os nossos sonhos talvez fossem aquela toada diante da velha e conhecida reforma tributária, para botarmos os dedos na questão da guerra fiscal, tratarmos a questão do ICMS de uma vez por todas, efetivamente, resolvermos o Fundo de Participação dos Municípios, do Fundo de Participação dos Estados, equilibrarmos nesta nossa Federação o nível de investimento, para buscarmos exatamente o desenvolvimento local.

A pequenina cidade de Xorroxó, na Bahia, não está no atraso porque escolheu, Pedro Simon, o atraso. A ela não foi dada a opção da escolha do atraso ou do abandono, das dificuldades. Não é assim. A ela foi imposta a condição, na medida em que alguém tomou uma decisão de investimento centralizado neste País.

O Brasil cresceu, meu caro Senador Pedro Simon, sempre no eixo norte/sul e encostado ao litoral; aos de dentro, aos do interior geralmente se dispensa a sobra.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Norte e sul, que o sul termina em São Paulo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não estou falando em norte e sul, não é que venha lá do norte ou chegue ao sul; na realidade se concentra efetivamente...

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Lá no sul é São Paulo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – No chamado centro-sul.

Então, esse eixo a que estou me referindo tomo até como referência, porque ainda que a gente tenha desenvolvimento nas pontas, isso terminou indo para as capitais, para as regiões metropolitanas. Mas o grande investimento em ciência, em tecnologia, em desenvolvimento, em política industrial aconteceu em um eixo só neste País, no centro-sul.

Imaginem a nossa querida Roraima, meu caro Senador Mozarildo, que chegou inclusive depois. E alguns podem dizer “mas ela chegou depois” – e talvez até alguns usem aquele frase célebre do nosso companheiro do Congresso Nacional, do futebol, o Romário, que disse: “Chegou agora e já quer sentar na janela?” – tentando punir a nossa pequenina Roraima.

Portanto, o tema não pode ser tratado dessa maneira. Não se tratam dessas questões com o caráter nem de tempo, nem tampouco a partir das decisões que interessam a alguns neste País. Temos que tratá-lo a partir da necessidade de um povo.

Então, fizemos aqui a aprovação de uma LDO. Apostamos efetivamente na possibilidade de reordenar o nosso caminho nessas disputas enormes pela busca de mais recursos, mais recursos para a saúde. A solução que todo mundo apontava era sempre na direção de criar um novo imposto ou na outra direção do processo de industrialização: “Precisamos taxar mais aqui, ali ou acolá”.

Esta Casa também aprovou este ano desoneração de determinadas etapas da produção para incentivar. Ora, quando se faz a desoneração ou a política de incentivo na indústria eletroeletrônica na fabricação do *tablet*, meu caro Senador Cristovam ou, para os íntimos, Cristovinho, era, pelo menos na minha cabeça, a perspectiva de dizer que vamos desonerar isso para permitir efetivamente que o resultado desse processo possa chegar à esfera que todos desejamos da utilização de novas tecnologias e equipamentos, por exemplo, para a educação, para fazer a diferença em locais onde jamais as condições de novas tecnologias ou de novas ferramentas sequer foram apresentadas como soluções. É como se os moradores do interior ou da Zona da Mata de Pernambuco ou do interior do Rio Grande do Sul ou de lá, do interior de Roraima,

do Acre, de Rondônia ou mesmo do Centro-Oeste, a esses não fosse dado o direito de ter acesso ao que de mais moderno e facilitador essa nova caminhada tem para as pessoas.

Então, hoje, por exemplo, estou entregando agora, entre 10h e 10h30min, o relatório do PPA, peça que complementa essa estrutura, que chamamos de planejamento. Às vezes, adotamos só a cultura do fazimento, e não a do planejamento. É muito difícil!

Eu fui Secretário de Planejamento, Senador Cristovam, do Estado da Bahia, e quando chegávamos para conversar sobre essa questão do longo prazo – e eu não posso chamar o PPA de longo prazo, pois são quatro anos. Longo prazo, para mim, é pelo menos quatro vezes dez. Para você pensar uma nação, para você pensar um Estado, pensar o desenvolvimento local. As pessoas têm uma cultura muito próxima: “O que eu tenho para fazer amanhã? Como eu vou tocar nisso?”

A ausência do planejamento ao longo da nossa história neste País é que tem nos levado sempre à adoção de medidas imediatistas, e que não guardam certa linha de consequência. E assim vamos assistindo muitas vezes, meu caro Senador Pedro Simon, a algo que começa e, como diz o velho Caetano em uma de suas músicas, “ainda em construção e já é ruína”. São obras que vão ficando no meio do caminho, porque alguém vai lá e diz “Mas não era aqui! Mas não tinha recurso para ali. Faltava a ligação com acolá”. Faltava o eixo central, a espinha dorsal desse planejamento, para que efetivamente essas coisas se processassem. Ou nós vamos mais uma vez insistir nessa linha, ou vamos ficar aprovando coisas pontuais.

E quero insistir nisso, meu caro Pedro Simon – e vou conceder aparte a V. Ex^a: fizemos uma LDO, para apontarmos depois os caminhos em um PPA, consagrando aí toda a estrutura para que, daqui a quatro anos, a gente possa entender o que vamos fazer na infraestrutura, na área social, na inclusão produtiva neste País.

Aí, nos deparamos, no meio do caminho, com a necessidade de um atalho. Resolve o problema dos **royalties**; outro atalho: vamos ter de votar o FPE; outro atalho: “Ligeiro, temos de votar o incentivo para essa questão que é pontual”, vai atender a Minas, a Bahia, a não sei quem. Corre para aqui e para acolá, e vamos como quem produz uma colcha de retalho, não tão bonita quanto as colchas de retalhos produzidas por diversas mãos, mãos de artesãos. Ela termina sendo uma colcha de retalhos para o que nós pretendemos, algo que não conseguimos enxergar no todo.

Por exemplo, estamos engasgados até agora no Código Florestal, peça, na minha opinião, importante, do ponto de vista da preservação, mas também do

ponto de vista da economia da floresta. Ela é uma economia. Ou nós não tratamos a questão da vida como tão importante quanto a questão econômica? O Código Florestal é o caminho para um processo cada vez mais sustentável e orientado para uma caminhada segura do ponto de vista do que nós queremos para a vida, para o desenvolvimento local, para o reordenamento do solo e para as condições de desenvolvimento.

Entrego agora, meu caro Pedro Simon, esse primeiro passo que nós chamamos de regras para lidarmos com o Plano Plurianual, lastreado em quatro pontos. E faço isso de maneira que possamos orientar a nossa caminhada para outra peça, que é o Orçamento, que vamos aprovar este ano. Ao mesmo tempo, esse caminho aqui apresentado no PPA nos levará aos próximos passos, em 2012 para 2013, 2013 para 2014 e 2014 para 2015, apresentando a peça orçamentária.

Mas sabe como é que nós vamos votar o Orçamento aqui, Senador Pedro Simon? Na velha e conhecida batida de todo ano, entre o dia 15 e o dia 21 de dezembro. Vamos que vamos! Vamos que vamos! Vamos que vamos! Aí emendas serão feitas em Plenário na última hora, e nós vamos fechar a peça mais importante do ano, o Orçamento, na base da colcha de retalhos: pedaço aqui, pedaço acolá.

Há um trecho na Bíblia que diz assim, Senador Pedro Simon: o remendo no odre. Quando se faz um remendo naquele – os gaúchos conhecem muito bem isso – odre para botar o vinho, aquele remendo, efetivamente, é novo, mas o odre é velho, portanto, não resistirá muito tempo.

Um aparte.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Eu já tenho manifestado, em mais de uma oportunidade, a minha admiração por V. Ex^a. Eu achava que o Governo tinha de aproveitar melhor V. Ex^a, seja na Liderança, seja no Executivo. V. Ex^a tem sensibilidade e tem demonstrado isso ao longo deste ano.

É V. Ex^a um homem do Governo, fiel ao seu partido, mas a sua análise é feita com a independência e com a autoridade de quem realmente busca o melhor para o País. V. Ex^a está fazendo um pronunciamento da maior importância. Foi muito triste para mim. Era para ser, na minha opinião, talvez – estou aqui a trinta anos – mas, olhando para trás, não tinha sessão mais importante do Senado do que a dos **royalties**. Eu não me lembro. Se olhar para traz, ao longo de toda a História, eu não conheço nenhuma oportunidade tão importante quanto a dos **royalties** de nós fazermos a coisa certa. Eu não me lembro, porque a gente quis fazer reforma tributária a vida inteira. A vida inteira que a gente quis fazer um pacto federativo para valer. Mas todos os pactos federativos, todas as reformas tributá-

rias eram na base de tirar de um para colocar no outro. A União perde, o trabalhador perde, a prefeitura, no fim... E a União colocava a mão e não queria. Essa era a vez que todo mundo ia ganhar! Essa é uma diferença. Não vai ter uma chance a mais que nem esta. Só quando o Senador Cristovam, lá quando teve não sei quantos milhões de toneladas de ouro que aí tinha dinheiro; essa é a segunda chance e o comportamento do Senado foi triste, foi melancólico. Justiça seja feita que não é o comportamento do Senado. O Executivo é que impôs as regras e nós nos entregamos. Nós não tivemos condições nem coragem de fazer uma coisa séria. Eu só respeito o Governador do Rio e do Espírito Santo. Eles brigaram pelo que era deles. Ai não vamos querer agir de uma maneira diferente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Correto!

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Era normal a briga deles. Agora nós...! Nós... Foi vexatório!

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Nós vamos fazer a nossa parte.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Foi vexatório? Não houve uma discussão séria aqui, não houve uma discussão séria importante, uma tese que nem a do Cristovam e a do Senador Líder do PSB...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Aloysio...

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – No sentido de dizer: vamos ver para a educação, o que vamos fazer. Não houve. Outra coisa: os números foram apresentados não foram verdadeiros. Com todo o respeito ao Relator, mas ele usou de meia verdade. Ele só fez uma análise: quanto o Estado ganha hoje? Ganha 10; quanto vai ganhar pelo meu projeto? Vai ganhar 20. Mas pelo original ganhava 200. Quer dizer, o Rio Grande do Sul, no estudo que se fazia de 85 milhões ele iria para 1.200 bilhão; foi para 300 milhões. Quer dizer, foi para 10% do que se previa. Então, essa é uma análise que devia ser feita para decidir. Não como decidir, mas nós tínhamos que ter conhecimento dessa regra. Não foi feito, não foi debatido, não foi analisado. Na Bancada do PMDB nós nos reunimos. Pelo menos, a Bancada do PMDB se reuniu; pelo menos se reuniu. O relator leu, eu trouxe o Presidente do PMDB de lá, o Ibsen Pinheiro, que era o autor da emenda, para fazer uma exposição. Fez a exposição, e, quando ele terminou de fazer a exposição, a reunião foi encerrada. Quando a gente pensou que fosse discutir, foi encerrada a reunião. Foi o mesmo que aconteceu aqui. Nós não podíamos ter perdido essa oportunidade. Eu não sei, é quase impossível, mas eu acredito em milagre. Quem sabe a Câmara faz aquilo que nós não tivemos capacidade de fazer. Quem sabe, de repente, na Câmara,

haja uma discussão e se faça uma alteração nisso. V. Ex^a vem de lá. Eu nunca estive lá, não tive essa felicidade – porque acho que lá é a grande Casa de debate. A Câmara tem uma tradição, a Câmara não deixa a última palavra para o Senado. Não me lembro de nenhum projeto importante que nós tenhamos votado, a Câmara emendado e que tenha voltado para cá para nós decidirmos. Isso não acontece. Tenho quase que convicção absoluta de que esse projeto que foi para lá não vai voltar. Ela vai fazer um projeto novo, vai mudar as coisas, vai mandar para cá para nós emendarmos, e ela vai dar a última palavra. Queira Deus que ela faça alguma coisa séria. É a primeira chance... E me perdoe a Presidente da República. Mas eu entendo, ela não tem a visão, nunca foi governadora, ela ficou na visão estreita da liderança do Governo, o Governo não pode perder um tostão. Mas não teve a visão de analisar, “Não, olha, o momento é importante, é o mais sério que tem, ninguém teve esta chance que eu estou tendo de fazer uma reforma séria, verdadeira e concreta”. Perdemos a maior chance que tivemos. E vejo com felicidade o discurso de V. Ex^a porque até agora ninguém tinha falado nada. Agora, a imprensa está dando como festa, festa, uma maravilha, tudo bem. Meus cumprimentos a V. Ex^a. Eu não estava errado quando pensei que V. Ex^a é o grande nome do PT.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – São os olhos e o coração de V. Ex^a, um coração muito generoso, grande, capaz de nos abrigar. Portanto, agradeço.

Quero concluir, Sr. Presidente, fechando exatamente neste objetivo que é instituímos, de uma vez por todas, uma política que tenha esse eixo planejador, início, consequência e aspectos que se interligam numa capacidade de realização. E quero continuar entendendo a noite de votação dos **royalties** como a abertura de um caminho, como uma nova caminhada, como um alerta, um chamamento e uma possibilidade efetiva de olharmos todas essas coisas e apontarmos um caminho organizador dos nossos passos.

E aí – quero insistir –, o PPA que entregamos hoje orienta para esse procedimento. Construímos uma peça para tentar exatamente “lincar” os diversos aspectos num eixo programador. Espero que, a partir desse debate dos **royalties**, caminhemos para a discussão dos outros importantes projetos de maneira que nunca olhemos somente, da mesma forma que fizemos com os **royalties**, para quanto vai para aqui e quanto vai para acolá, mas, sim, para a maneira como vamos organizar os investimentos e os projetos neste País, para como vamos vincular níveis de investimento para que a gente tenha esses investimentos chegando na ponta, sendo aplicados nas questões centrais e importantes que incidem na vida do nosso povo, per-

mitindo que façamos o caminho do nosso desenvolvimento lastreado nas questões sociais, balizado nas questões de caráter ambiental e também do ponto de vista econômico, mas tendo como centro do nosso projeto a pessoa, o ser humano, o outro, tendo essa linha de desenvolvimento. Só assim vamos resolver graves problemas. Só assim vamos equilibrar o nível de investimento no País. Só assim vamos, efetivamente, agir na priorização dos investimentos na base, na educação, no ensino, na formação, na oportunidade de lidar com o conhecimento, de tratar essa etapa do conhecimento com todas as ações que ela merece para, a partir daí, produzirmos os caminhos da vida em nosso País.

Por isso, entrego agora essa importante peça, mas quero fazer um chamamento ao Congresso, particularmente ao Senado. A partir daquela disputa que não deveria ser uma disputa só pela distribuição do “bolo”, daquele pedaço, mas que deveria ser o início de uma caminhada em que nós pudéssemos trabalhar daqui para frente de forma cada vez mais não, eu diria, unificada ao extremo, mas, pelo menos, comprometidos em fazermos aqui, em uma das Casas do Congresso Nacional, o Senado, o bom debate sobre essa questão da Nação, tendo como pressuposto, como ponto de partida, cada Município, cada canto deste País.

Nós não vamos chegar ao todo sem passar pela pequenina parte. Ontem, dava um dado aqui, à noite, Senador Mozarildo, que é estarrecedor para todos nós. Nós temos mais de 50% dos Municípios brasileiros que se situam nas primeiras faixas da distribuição do Fundo de Participação dos Municípios – e são Municípios que geralmente têm até 10 mil habitantes, todos eles nas duas primeiras faixas de distribuição, ou de ponto 6, ou de ponto 8.

Portanto, é fundamental que a experiência da noite de quarta... E eu ainda tenho a certeza de que o meu amigo Vital do Rêgo fez um esforço e demonstrou uma capacidade muito grande de absorção, de sensibilidade, para tentar produzir uma peça mais próxima do que era possível. Mas ainda assim nós pecamos, porque fechamos a peça para resolver um problema pontual, mas não apontamos o caminho das coisas consequentes: como distribuir esses recursos, meu caro Cristovam? Onde investir? Onde priorizar? De que forma isso vai se aplicar em cada lugar? Não que a gente tenha que mandar para os Municípios, dizendo literalmente como cada um tem de se mover, mas não custa nada esta Casa aprovar as diretrizes para que esses investimentos possam verdadeiramente priorizar, possam verdadeiramente apontar para solução de problemas em nível local, mas tendo como eixo o que todo mundo coloca, em todos os cantos. Há três

pilares, Senador Cristovam, de que todo mundo fala, inclusive em época de campanha muito: educação é o ponto central para que nós eduquemos, formemos e, em acumulando conhecimento, consigamos produzir a outra etapa de que todo mundo fala, que é a ciência e tecnologia, para que, quando aplicada, tenhamos a oportunidade de desenvolver outras etapas; e o terceiro pilar é o pilar da saúde.

Então, por que nós não aproveitamos aquele debate e dizer: “vamos organizar, de forma planejada, o caminho para que esses investimentos, para que essa forma de agir, enquanto gestores, essas questões possam ter início, meio e fim plenamente encaixados e consequentemente bem planejados”.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/ PDT – DF) – Permite um...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Cristovam, e com a intervenção de V. Ex^a, encerro o meu pronunciamento desta manhã.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador, quero primeiro parabenizar o Senado que, na sexta-feira de manhã, está com esse seu pronunciamento. Portanto, quero cumprimentar o Senhor também por estar trazendo esse tema e por nos dizer que o relatório do PPA vai estar pronto para que a gente veja, e fico feliz com isso. Agora, sobre os **royalties**, o Senhor disse – e é verdade – e o Senador Vital do Rêgo reconheceu conversando aqui, que ele abriu para receber recursos dos **royalties** todos os setores que o pressionaram. Ele disse: foram as pressões, foram as pressões, foi colocando, luta contra as drogas, etc. Ele só não ouviu as vozes que nos chegam, porque somos obrigados a ouvi-las aqui, as vozes dos que ainda não nasceram no Brasil, as vozes dos que não têm 16 anos de idade e não votam ainda. Ele não ouviu a voz do futuro. E esse é o grande risco, queimar os **royalties** da mesma maneira que queimamos fisicamente o petróleo e que queimamos, no passado, os recursos que foram obtidos pelo ouro. Acho que perdemos a chance, não apenas, como diz o Senador Pedro Simon, vou mais longe. Nós traímos o futuro do Brasil, cometemos um ato de traição contra o futuro do Brasil ao comprometer os recursos do pré-sal, os recursos do petróleo, os recursos de um recurso finito apenas para nós desta geração, desde algo tão importante como a saúde. Claro que a saúde merece recursos, mas, íamos gastar o dinheiro na nossa saúde não na saúde das gerações futuras. A nossa saúde hoje, dos brasileiros vivos, temos que usar recursos, mas, podemos usar os nossos. Os recursos do futuro têm que ser usados para o futuro. E esse é um recurso do futuro, porque um recurso tem 200 milhões de anos para ser feito, porque não vai ser reposto. Então, fico feliz e

acho que esse debate não terminou ainda. O projeto, que o Senador Aloysio Nunes e eu demos entrada, continua. Vamos tentar fazê-lo avançar na velocidade do Senado e do Congresso geral, que às vezes é tão lenta que o petróleo se esgotará antes, talvez. Mas, eu queria lembrar porque tem uma coisa mais grave. Estava tudo aceito, muito bem, mas, veio uma emenda do Senador Valadares que dizia: 50% irá para a educação, e desses, 80% para a educação de base. Isso não foi nem discutido. Foi pior do que nas outras vezes, porque, no ano passado, havia...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senador. V. Ex^a...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Concluindo. Houve uma emenda aprovada aqui no ano passado, igualzinha a esta, e o Presidente Lula vetou. Ninguém lembrou disso aqui. O Presidente Lula vetou uma emenda que dizia que 50% do fundo social, não dos recursos do petróleo, do fundo social, 50% de quase nada iriam para a educação. Desses quase nada, uma parte iria para a educação de base. O Presidente Lula vetou. O Senador Valadares tentou recolocar aqui. No ano passado foi do Senador Inácio Arruda a proposta. Agora, tentou-se e nem debatido foi. Naquela confusão, quem está de acordo fique como está e acabou. Eu quero concluir dizendo que há algo mais grave que tudo isso, essa história de que líder vota e aí acaba o voto nosso. Nós somos liderados ou nós somos iguais aos líderes na hora de votarmos? Eu não queria nenhuma reunião de conselho de líderes, isso fica para eles, que representam os partidos. Mas, na hora de votar, eu quero meu direito de voto. Porque eu tenho que prestar contas aos meus eleitores do que eu voto aqui. Está-se falando de voto aberto. Que voto aberto se o voto aqui é acobertado pelos líderes? Aqui foi quase tudo decidido com base no voto dos líderes, que no máximo levantam as mãos, às vezes nem precisam. Esta é uma forma de corrupção política, os líderes votando por nós Senadores. Nós temos que protestar, eu não quero que meu nome fique na história como quem foi conivente – essa é a palavra – conivente com o desperdício desses recursos, como nós que demos a prova de que somos do conjunto, sou parte do conjunto. Quero me distanciar individualmente, mas do conjunto eu sou parte, eu sou um deles.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Nós votamos como ovelhinhas, porque outros votaram por nós numa decisão tão importante, como disse Pedro Simon há pouco, talvez a mais importante que tivemos para discutir aqui nos últimos anos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Cristovam, mas eu queria dizer a V. Ex^a que o futuro não está comprometido se efetivamente entendermos aquela noite como a noite que abriu o caminho para discutir uma importante área. Que nós não nos distanciemos, Senador Cristovam, dessa possibilidade de nós, ainda que rompendo essa ditadura de líderes – que eu tenho dito sempre que é importante, quebrarmos essa ditadura de líderes – que a gente, inclusive, não permita sempre a instalação de comissão de notáveis, mas que nós consigamos, cada vez mais, num processo permanente, trabalharmos os debates dessas questões de forma integrada, planejada...

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. *Fora do microfone.*) – E aí a gente vai ter, efetivamente, condições, Senadora Vanessa, de contribuir para esta Nação, olhando o presente, enxergando as riquezas do momento, pensando o passo seguinte, mas, efetivamente, planejando o futuro para que a gente possa entregar não para a próxima eleição, Senador Cristovam, não para a próxima eleição, mas para as próximas gerações, que esse é exatamente o nosso maior desafio nesta Casa.

Portanto, vamos fazer daquela noite a noite do desafio, desafio assumido por todos nós que aqui estamos, para que aquilo nos sirva como um grande alerta, um chamamento. Que o que ali foi discutido e apontado possa provocar todos nós para que não nos limitemos a aguardar, pura e simplesmente, a distribuição – não vou usar o termo migalha, para não ser muito forte – daqueles recursos como quem se acomoda e, a partir dali, acha que é suficiente. Façamos daquilo o ponto da nossa rebeldia para construir, nessa rebeldia, de forma consequente, outro caminho para este País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Walter Pinheiro, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a, Senador Walter Pinheiro, sobretudo pelo trabalho que tem feito à frente da relatoria do PPA, procurando fazer, de fato, um trabalho que possa ajudar o Brasil nos mais diversos segmentos.

Parabéns, Senador Walter.

Dando sequência à lista de oradores inscritos, convido para fazer uso da palavra, pelo tempo regimental, o Senador Mozarildo Cavalcanti, que falará,

neste momento, em permuta que fez com o Senador Geovani Borges.

Portanto, Senador Mozarildo, V. Ex^a dispõe do período regimental.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^a Senadora Vanessa Grazziotin, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, quero hoje fazer um registro que, para mim, é muito importante e, para o povo de Roraima, é também muito importante.

Roraima, como muita gente e o Brasil devem saber mas aqui quero repetir, já foi Amazonas, pertenceu ao Estado do Amazonas. Em 1943, o Presidente Getúlio Vargas, com sua visão de estadista, criou os Territórios do Amapá, de Roraima, Guaporé, que hoje é Rondônia, e mais dois, Ponta Porã e Iguacu, que foram reincorporados aos Estados de origem na Constituinte de 1946.

Roraima começou como território. Portanto, o povo de Roraima foi dormir, no dia 12 de setembro de 1943, como amazonense, e dormiu, no dia 13 de setembro, dia da assinatura do decreto de Getúlio Vargas, como rio-branquense, já que o território era território de Rio Branco. E ninguém entendia direito como seria essa história. Mas, depois de um tempo, já começamos a ver os benefícios de ter o poder público perto do cidadão, embora fosse um poder público distorcido, Senador Eurípedes, porque era um governador nomeado pelo Presidente da República e que, portanto, não conhecia a realidade local, não conhecia as pessoas. Ia para lá até por um ato de heroísmo, eu diria, mas, realmente, sem nada conhecer. O primeiro governador, por exemplo, era um tenente da guarda do Presidente Getúlio Vargas que, por sinal, foi um excelente governador, porque foi para lá com aquela cabeça de que ia cumprir uma missão dada pelo Presidente. E ele, como bom militar, realmente levou a coisa muito a sério e planejou, inclusive, a capital, que é uma cidade planejada em forma de leque – as ruas são em forma de leque, convergindo para o centro cívico.

Desde lá, nos 45 anos de território federal, e, depois, com a transformação em Estado pela Constituinte de 1988 – de que tive a honra de participar e na qual a minha principal bandeira foi a transformação de Roraima de território para Estado –, vivemos um período em que tivemos altos e baixos.

Mas eu quero registrar, hoje, o aniversário do jornal **Folha de Boa Vista**, que completa 28 anos; portanto, começou na época do território. É um jornal, como ele mesmo se intitula, necessário. Realmente, ao longo desse tempo, o jornal **Folha de Boa Vista** prestou um excelente serviço à democracia, à cidade-

nia, tendo a liberdade, a independência de colocar as suas opiniões, de noticiar os fatos como acontecem, sem nenhum tipo de subordinação ao governador existente na época do território, quando o governador era nomeado, nem agora, depois de Estado, com os governadores eleitos. Esteve aliado a alguns – eu não diria isso –, mas teve, pelo menos, o seu diretor proprietário fazendo parte do mesmo grupo. Independentemente disso, o **Folha de Boa Vista** sempre noticia os fatos tais quais eles acontecem.

E isso incomoda muita gente, geralmente governadores como o atual, que é uma espécie de tiranete que acha que o Estado é dele, apesar de já estar cassado, aguardando só o julgamento final aqui no TSE. Incomoda muito realmente a presença da **Folha de Boa Vista**, porque é um jornal com quase três décadas de história a serviço da sociedade roraimense, como está no artigo de hoje da jornalista Vanessa Grazziotin, “[...] divulgando notícias...” – Vanessa Lima, desculpe-me, Senadora – “[...]divulgando notícias com ética, responsabilidade e credibilidade, sendo a voz do povo e fiscal das ações dos poderes constituídos”.

Esse é o grande mote. E muita gente que não gosta de democracia, muita gente que está no grupo do Governador atual, que controla 90% da mídia local, incomoda-se com a existência de um jornal como o **Folha de Boa Vista**. E se incomoda muito, porque, realmente, como disse aqui a jornalista Vanessa Lima, ele publica as notícias com responsabilidade e credibilidade.

Continua o artigo da jornalista:

A contribuição para o desenvolvimento social do Estado é um dos destaques da trajetória da **Folha**. Para o diretor de relações públicas do Conselho Comunitário de Defesa Social de Boa Vista, José de Ribamar Guimarães, o jornal é o espaço democrático que há no Estado para a comunidade buscar melhorias de vida.

E, nas palavras do Ribamar:

É o espaço [democrático] para a sociedade falar aquilo que está sentindo e de levar esses problemas ao conhecimento das autoridades. Para os movimentos sociais, principalmente para aqueles que não têm espaço ou conhecimento de como se expressar e lutar por qualidade de vida [melhor], a **Folha** é um canal aberto e democrático. A gente tem confiança e garantia da imparcialidade que o meio oferece.

Quero homenagear, portanto, o Grupo **Folha**.

Aliás, hoje também é o aniversário da Rádio Folha, que está completando oito anos. O jornal, 28, e a Rádio Folha, oito anos. Também tem a mesma característica do jornal, um jornal plural, aberto a todas as opiniões, mas que noticia os fatos, como eu disse, de maneira verdadeira. E isso incomoda os poderosos de plantão, que, ao praticar os atos de corrupção que vêm praticando atualmente, não querem ter esses atos publicados nem sequer questionados ou denunciados.

E eu quero, portanto, Senadora Vanessa Grazziotin – que coincidência, V. Ex^a presidindo a sessão, e a jornalista, também sua xará, Vanessa Lima, que escreveu essa matéria tão importante –, pedir a transcrição, na íntegra, dessa matéria, que realmente relata toda a história do jornal **Folha de Boa Vista**, inclusive com depoimentos de vários cidadãos e anunciando que, já no ano que vem, o jornal será colorido e com mais suplementos. Vários leitores dão depoimento, e também o Presidente da Federação das Indústrias destaca o empreendedorismo do jornal e do Grupo Folha.

E, por fim, quero também pedir a transcrição do jornalista Jessé Souza, um bom jornalista, que escreveu um artigo muito importante, “Um dia para celebrar e refletir”. Realmente, é muito importante que as pessoas entendam que, sem liberdade de imprensa, sem uma imprensa livre, sem amarras, sem controles de qualquer espécie, a não ser o da Justiça, não pode haver democracia. E, no meu Estado, sob o governo do Governador atual, já cassado repito, o que nós estamos vivendo é o pior momento da nossa história, com uma má administração, com corrupção de todo tipo, com apadrinhamento dos seus parentes ou dos parentes dos seus aliados, transformando o dinheiro do povo de Roraima em dinheiro particular. Temos notícias de que o Governador e seu grupo estão comprando todos os postos de gasolina, fazendas; o Governador está construindo uma supermansão em um balneário próximo da capital. E tudo isso incomoda que seja dito.

É muito importante, portanto, que o povo de Roraima entenda e compreenda de maneira muito clara. Por isso estou usando hoje a tribuna para me dirigir, principalmente, a todos os cidadãos e cidadãs do meu Estado. Valorizem, portanto, essa conquista de termos um veículo de comunicação; aliás, no caso, dois – o jornal impresso e a rádio –, como guardiães da democracia, da liberdade, sendo a voz daqueles que não podem ter voz e, principalmente, daqueles que não fazem parte do banquete, da farra do atual Governador com o dinheiro do povo.

Quero encerrar, também dizendo que é importante que nós, que moramos em Roraima e realmente temos nossos filhos e nossos netos lá tenhamos a preocupação de identificar e que saibamos identificar

aqueles aventureiros que vão para lá se fazendo de falsos defensores do povo, mas na verdade para roubar as riquezas do povo de Roraima.

Portanto, Senadora Vanessa, quero encerrar, reiterando o meu pedido de transcrição dessas duas matérias a que me referi.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

**FOLHA COMPLETA 28 ANOS
NESTA SEXTA-FEIRA**

A **Folha** é o jornal mais antigo em circulação e com maior credibilidade em Roraima

Vanessa Lima

O jornal **Folha de Boa Vista** completa hoje seu 28º aniversário. São quase três décadas de história a serviço da sociedade roraimense divulgando notícias com ética, responsabilidade e credibilidade, sendo a voz do povo e fiscal das ações dos poderes constituídos.

A contribuição para o desenvolvimento social do Estado é um dos destaques da trajetória da **Folha**. Para o diretor de relações públicas do Conselho Comunitário de Defesa Social de Boa Vista, José de Ribamar Guimarães, o jornal é o espaço democrático que há no Estado para a comunidade buscar melhorias de vida.

“É o espaço para a sociedade falar aquilo que está sentindo e de levar esses problemas ao conhecimento das autoridades. Para os movimentos sociais, principalmente para aqueles que não têm espaço ou conhecimento de como se expressar e lutar por qualidade de vida, a **Folha** é um canal aberto e democrático. A gente tem confiança e garantia da imparcialidade que o meio oferece”, destacou Ribamar.

O presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis de Roraima (SINDPOL/RR), José Nilton Pereira, disse que o jornal tem cumprido “magistralmente” seu papel de informar e levar ao conhecimento do cidadão as lutas das categorias. Através da divulgação de assuntos de relevância, ele destacou que se tem conseguido muitos avanços na questão da própria segurança pública.

“Sem a imprensa, os poderes Legislativo e Executivo poderiam ter sido induzidos a aprovarem leis que viessem a prejudicar tanto as categorias quanto aos cidadãos. A **Folha** é de extrema importância porque sempre está ao lado dos seguimentos que estão lutando por seus direitos, para que nós tenhamos um Estado melhor para se viver”, declarou Nilton.

O cearense Edilberto Veras mora em Roraima há 19 anos. Desde então, o jornal sempre foi seu “com-

panheiro” diário. A linguagem de fácil entendimento e as informações precisas e de credibilidade são destacadas pelo empresário.

“Para mim a **Folha** é indiscutível o melhor que nós temos. É um jornal respeitado que a gente gosta de ler. Como leitor, acredito que tenho espaço dentro do jornal, temos livre acesso, e isso que é interessante, se ver no jornal. Nunca se recusaram a fazer uma matéria quando sugiro ou de dar alguma informação”, detalhou Edilberto.

Nas ruas da capital, onde o jornal tem maior circulação, a população também destacou o papel da **Folha** como instrumento de informação necessário. A estudante Maria do Socorro Alves sempre encontra no jornal notícias que a ajudam no seu crescimento profissional. “Tem sempre uma matéria sobre concurso, vestibular, Enem e isso é importante. O jornal contribui para a educação da sociedade”, disse.

“A imprensa é muito importante, mas tem que ser imparcial. Se não tiver os meios de comunicação, as coisas correm muito à vontade. A **Folha** tem contribuído para ser a voz da população”, comentou o empresário Jaime Huppés.

O peso que a **Folha** tem em contribuir para com o trabalho das autoridades foi citado pelo professor José Walter da Silva. Ele lembrou de informações que foram veiculadas no jornal e que a partir daí foram instaurados procedimentos e investigações.

**RÁDIO FOLHA COMPLETA HOJE 8 ANOS DE
CRIAÇÃO**

As ondas médias da Rádio Folha têm alcance em todo o Estado de Roraima

A Rádio **Folha AM 1020** também está de aniversário hoje. São oito anos cumprindo seu objetivo de levar informação de qualidade para os ouvintes. A emissora de ondas médias é a única com alcance em todo o Estado de Roraima.

Sua grade de programação conta hoje com 22 programas. O jornalismo é 24 horas com o Repórter 1020, que durante toda a programação tem entradas ao vivo para levar à população a notícia na hora em que está acontecendo. A emissora é ainda filiada à Jovem Pan AM. “O jornalismo é diário, feito por uma equipe de profissionais que vai desde o repórter ao âncora da emissora”, informou a diretora da rádio, Carolina Cruz.

A emissora também está na internet. O ouvinte pode ter acesso à programação diária da Rádio **Folha 1020** acessando um link hospedado no site do Grupo **Folha de Comunicação**, na **FolhaWeb** (www.folhabv.com.br).

EM 2012, JORNAL SERÁ COLORIDO E COM MAIS SUPLEMENTOS, ANUNCIA DIRETORA

Para 2012, a diretora-geral da Folha, Paula Cruz, informou que a meta é investir na FolhaWeb. A empresa já está há um ano com projeto em andamento para fazer jornalismo digital, com a TV digital, através do canal de comunicação. “A **FolhaWeb** vai deixar de ser apenas um site para se transformar em portal”, adiantou.

O novo parque gráfico entrará em funcionamento no Distrito Industrial até fevereiro, quando a Folha pretende investir em mais suplementos. Até o final deste ano todos serão formatados e o jornal também passará a circular com cadernos especiais de agropecuária, automóveis e bem-estar. “Com o novo equipamento, tem como fazer colorido”, informou Cruz.

A ideia ainda para 2012 é formatar um jornal popular, seguindo a tendência dos grandes jornais nacionais. “O jornal popular deve entrar em circulação até março do ano que vem, com preço mais acessível e com notícias mais leves”, detalhou a diretora-geral. O público interno também será foco dos projetos desenvolvidos para o ano que vem. “A nossa ideia é fazer alguns investimentos para os nossos colaboradores internos já dando os primeiros passos para a comemoração dos 30 anos da **Folha**, que acontece em 2013”, adiantou Paula Cruz.

LEITORES FAZEM ANIVERSÁRIO NO MESMO DIA QUE A FOLHA

*Leitores assíduos da **Folha**, Wallace Coelho e Márcio Deodato fazem aniversário junto com o jornal*

Muitos leitores apagam velinhas junto com a **Folha**. O bacharel em direito Márcio Deodato também comemora hoje seus 28 anos. Segundo ele, o jornal sempre esteve presente em sua trajetória de vida, até mesmo quando passou dois anos morando no Estado do Amazonas.

Por meio da **FolhaWeb**, Márcio tinha informações diárias de sua terra natal. “O jornal sempre me aproximou de casa. Era como me mantinha atualizado do que se passava no Estado”, destacou.

Além de ser seu principal meio de informação, a Folha teve papel importante profissionalmente para ele. O primeiro emprego de Márcio foi como diagramador do jornal, em 2004.

O jornalista Bruno Willemon também está de aniversário. Ele completa hoje 29 anos. “A primeira experiência na área de comunicação que tive foi na Folha. Trabalhei na Rádio Folha 1020, no jornal impresso e na Folha Web. Me ajudou muito a conhecer e me firmar na área”, disse.

A contribuição da **Folha** para o cotidiano da sociedade roraimense com informações de qualidade foi destacado pelo dentista Wallace Coelho Amorim. Ele comemora hoje seus 33 anos de vida. “Você não fica

perdido no tempo. Consegue se atualizar e debater com as pessoas as notícias do dia a dia”, comentou.

EMPREENDEDORISMO EM DESTAQUE NAS PÁGINAS DO JORNAL

A **Folha** acredita no empresariado local e sempre deu destaque a esse segmento, tendo a preocupação de elaborar matérias que visem alavancar o desenvolvimento econômico do Estado. Um dos reconhecimentos deste trabalho de relevância para a sociedade local foi o troféu Mérito Empresarial, honraria recebida em setembro, no aniversário de 67 anos da Associação Comercial e Industrial de Roraima (Acir).

“Sem dúvida nenhuma a Folha hoje é um jornal que faz parte do Estado, do cotidiano do roraimense e do desenvolvimento local. Quando a pessoa sai de casa, a primeira coisa que faz é comprar o jornal para se inteirar das notícias do dia a dia”, destacou o presidente da Acir, Jadir Correa.

Airton Dias, presidente da Federação do Comércio (Fecomercio), disse que a Folha é um instrumento necessário. “Desde que se pautou pela isenção, que ajude a funcionar o desenvolvimento do Estado e que tenha não só a transparência, mas a liberdade de expressão do cidadão. Não é à toa que o jornal está há 28 anos no mercado roraimense”, enfatizou.

O presidente da Federação das Indústrias de Roraima (FIER), Rivaldo Fernandes Neves, congratulou o jornal pelos 28 anos de serviços prestados à sociedade “atuando na apuração e disseminação de informações de interesse público, fortalecendo o processo democrático e acompanhando o desenvolvimento da indústria roraimense”.

UM DIA PARA CELEBRAR E REFLETIR

*Jessé Souza **

Dos 28 anos que a **Folha** comemora hoje, pelo menos 16 deles participei ativamente. E comecei na empresa escrevendo exatamente nesse espaço de Opinião, como colaborador, assim como fazem hoje alguns que escrevem esporadicamente seus artigos.

Somente comecei a escrever diariamente aqui quando passei a trabalhar como repórter, no ano de 1996. A Redação do jornal foi uma escola e continua sendo, pois no jornalismo o aprendizado é constante, a cada matéria produzida, a cada opinião emitida e até mesmo nos erros que fatalmente o jornalista vai cometer.

É neste espaço de opinião que vi o Estado crescer nessas quase três décadas. E, sempre que pude, quis também emitir minha opinião sobre os assuntos que influenciaram e continuam influenciando a vida dos roraimenses, como forma de não ser omissos em algumas questões.

Não é fácil criticar, como muitos afirmam. Criticar não é falar mal. Criticar exige senso crítico, enquanto falar mal cabe em qualquer impulso ou superficialidade. É justamente isso que tento fazer: contribuir para o debate, polemizar e tentar fazer com que as pessoas passem a enxergar a realidade por outra visão que não seja a oficial.

São o debate e o embate que nos habilitam a sair da condição de meros receptores de informação e conformados para contestadores e atores do que a realidade nos impõe. E a faísca que acende a discussão é a polêmica, instrumento necessário em qualquer democracia.

Nesses anos, tenho recebido avaliações erradas e rótulos depreciativos do meu papel como articulista. Não sou contra ricos; apenas não concordo com quem fica rico à custa da pobreza da maioria ou da ação rapinadora dos cofres públicos. Não sou contra governos, mas contra ações nefastas de governantes.

Também não tenho nada pessoal contra governantes, políticos e autoridades de toda ordem; tenho, isso sim, posicionamento contra seus erros, mazelas, incompetências, desleixo e imobilidade. Cada pessoa, por mais ruim que possa parecer, tem seus pontos positivos, seus acertos e suas histórias. Mas quando se fala em embate de governos, quem está sendo julgada é a pessoa pública. E é isso que precisa ser bem compreendido por todos.

Comento isso para deixar bem claro que tenho consciência desse caminho que tracei para mim. Os governos passam, o jornalismo fica. O jornalismo fica, mas os jornalistas passam. Ninguém é eterno ou absoluto. E o que procuro fazer neste espaço é apenas isso: contribuir para o debate, sem querer ser absoluto.

Não há dia melhor para explicar isso na data do aniversário da Folha, pois é um momento de festa ideal para refletir sobre nossas ações. Tenho consciência também dos erros cometidos; porém, na maioria das vezes, esses erros são praticados não por irresponsabilidade ou incompetência, mas pela pressão do fechamento, pela pressa que o jornalismo exige, por uma avaliação errada feita numa produção que exige tudo para ontem e até mesmo pelo cansaço da longa jornada.

Mas todo erro, como já escrevi acima, é um aprendizado. Com certeza, nesses 28 anos de Folha e 16 trabalhando na casa, quero reforçar meu compromisso de aqui provocar o debate e a reflexão, dois fatores essenciais numa sociedade onde somos forçados ao conformismo ou ao silêncio. O que desejo mesmo é um Estado de Roraima forte e justo, não só para meus filhos e netos, mas todos que aqui estão na dura batalha pela sobrevivência.

* Jornalista – jesse@folhabv.com.br – Twitter: <http://twitter.com/JesseSouza>

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Cumprimento o Senador Mozarildo por seu pronunciamento.

V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Convido-o a continuar na direção dos trabalhos desta sessão de debates do dia de hoje, para que eu possa fazer o meu pronunciamento, Senador. Quero dar o meu testemunho de que V. Ex^a tem presença constante não só no plenário, mas também tem feito um belo trabalho na Comissão de Relações Exteriores, sobretudo à frente da subcomissão que discute a Amazônia e as questões de fronteiras.

Cumprimento V. Ex^a. Temos feito uma grande parceria para debatermos o futuro da região e conseguirmos aplicar um processo mais efetivo de desenvolvimento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

A Sr^a Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Ao agradecer as gentis palavras da Senadora Vanessa Grazziotin, concedo a palavra a S. Ex^a, por permuta com a Senadora Lúcia Vânia, pelo tempo regimental.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Quero cumprimentar as Senadoras e os Senadores que aqui estão, companheiras e companheiros.

Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, venho a esta tribuna, com muita alegria, para falar a respeito de uma data importante: a próxima segunda-feira, dia 24 do mês de outubro, quando a querida cidade de Manaus, a minha cidade de Manaus completará 342 anos de fundação.

Manaus, capital do Estado do Amazonas, não é a cidade onde nasci, Sr. Presidente, entretanto é a cidade que eu escolhi para viver. Lá cheguei muito nova, acompanhando minha família, no ano de 1976. Portanto, lá se vão 35 anos de toda uma vida na cidade de Manaus. Então, eu posso dizer que as transformações, as modificações, a consolidação, o fortalecimento, as crises do nosso modelo de desenvolvimento, sobretudo do parque industrial da Zona Franca de Manaus lá instalado, eu vivi nestes últimos 35 anos, Sr. Presidente.

Foi lá também que desenvolvi a minha consciência política e passei a atuar, a militar politicamente. Antes de ser Parlamentar, Sr. Presidente, eu militei no movimento estudantil, quando cursava Farmácia na Uni-

versidade Federal do Amazonas. Imediatamente iniciei a minha participação no movimento estudantil, que, à época, em 1979, 1980, ressurgia num regime, num momento em que a ditadura ainda não tinha concluído o seu período. Foi algo muito importante. E em 1988, eu fui eleita, pela primeira vez, Vereadora da cidade de Manaus e reeleita mais duas vezes, portanto, fiquei na Câmara Municipal de Manaus durante dez anos.

Então, V. Ex^a pode ter uma idéia de como é importante este momento, vir à tribuna, desta vez do Senado Federal, para comemorar junto com todos os amazonenses, manauaras, com aqueles que vivem naquela bela cidade, obviamente cheia de problemas e carências, mas uma bela cidade, acima de tudo, acolhedora e de uma gente muito solidária, Sr. Presidente.

Então, é com muita alegria que eu venho aqui comemorar esses 342 anos da cidade de Manaus, dos bravos índios manaós, principal centro financeiro, corporativo e econômico da região Norte do Brasil, cidade mais populosa da Amazônia, de acordo com dados do IBGE, com quase 2 milhões de habitantes, sétima mais populosa do País e a sexta mais rica do Brasil.

No ano passado, Manaus registrou um crescimento industrial de 60%, e, por isso, é responsável por 98% da economia do Amazonas, nosso querido Estado. E 98% da economia concentrada na cidade decorre exatamente do fato de termos como base do desenvolvimento, da geração de emprego e renda o Polo Industrial de Manaus, que nasceu a partir do modelo Zona Franca de Manaus. Isso fez com que Manaus pudesse ter a possibilidade de voltar a experimentar o desenvolvimento, depois de tantos altos e baixos vividos em momentos anteriores.

Manaus também é o maior centro industrial brasileiro de fabricação de eletrônicos, que inclui desde celulares até televisores e computadores modernos.

O modelo Zona Franca de Manaus leva abrangência a toda uma região, não apenas à cidade de Manaus. O modelo Zona Franca de Manaus está estabelecido não apenas em incentivos para a fabricação de produtos, para indústrias que queiram se instalar no Parque Industrial de Manaus; também é um modelo que garante áreas de livre comércio em Estados da Amazônia ocidental, além do Amazonas, de Rondônia, da Roraima do Senador Mozarildo, do Acre e de parte do Estado do Amapá.

A superintendência da Zona Franca, o modelo Zona Franca tem sido fundamental, tem sido muito importante para acelerar o desenvolvimento da Amazônia ocidental e, dessa forma, também contribuir significativamente para a proteção e a preservação ambiental.

Sinto muita satisfação em comentar aqui com as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que este ano, no

dia do seu aniversário, aquela bela cidade vai receber um presente que nos dará não apenas uma possibilidade de maior integração de Manaus com algumas cidades do interior, mas a possibilidade de fazer com que aquela região metropolitana – porque hoje Manaus é o centro de uma área caracterizada, reconhecida como uma região metropolitana – possa ter o seu ritmo de crescimento e de desenvolvimento um pouco freado e esse desenvolvimento passe a ocorrer nas cidades vizinhas pertencentes também à região metropolitana.

Refiro-me aqui, Sr. Presidente, à ponte sobre o rio Negro, que será inaugurada na próxima segunda-feira, dia 24, com a participação da Presidenta Dilma.

Essa ponte, que teve suas obras iniciadas ainda no Governo do hoje Senador Eduardo Braga, para muitos era apenas parte de um sonho. Eu diria até, Senador Mozarildo Cavalcanti, que, para a maioria daqueles que vivem em Manaus, a possibilidade de ter uma ponte sobre o Rio Negro ligando Manaus ao Município de Iranduba, a possibilidade de chegar mais rapidamente a Manacapuru e a vários outros Municípios como Novo Airão era como um sonho, era algo presente somente no imaginário até que o Senador e então Governador Eduardo Braga e o Governo Federal, em diversas reuniões que tiveram, tomaram a decisão apoiada obviamente não apenas por aqueles que detêm mandatos eletivos: Deputados estaduais, Deputados federais, mas pela população como um todo.

O Bndes efetivou o financiamento da obra, que será paga, já está sendo paga pelo Governo do Estado do Amazonas. Foi iniciada e agora concluída pelo Governador Omar Aziz, ou seja, metade da ponte vem do período do Governo do Senador Eduardo Braga e a outra metade já com o Governador Omar Aziz, que também entende a importância dessa obra.

Então, não tenho dúvida de que Manaus estará em festa na próxima segunda-feira, porque, além de comemarmos os 342 anos, nós faremos, juntamente com o Governador Omar, com o Senador Eduardo Braga, com a Presidente Dilma, a inauguração da ponte.

O Presidente Lula, quando estava ainda no exercício da Presidência da República, visitou as obras da ponte, no mínimo, duas vezes, como eu me recordo, Sr. Presidente. Ele tinha um apreço muito grande por aquela obra, porque sabe que, além da sua beleza, da sua dimensão, trará a possibilidade de um desenvolvimento mais ordenado da cidade de Manaus.

Acabei de falar, não sei se todos prestaram atenção, que Manaus, hoje, Senador Mozarildo, é a sétima cidade mais populosa do Brasil. Nós ultrapassamos vários Municípios: Curitiba, Porto Alegre, por quê? Porque a cidade não tem qualquer outro Município próximo para que a expansão pudesse acontecer, pois o mais

próximo, aliás, colado à cidade de Manaus, é Iranduba, entretanto, separado da cidade pelo Rio Negro.

Problemas causados por esse crescimento acelerado da cidade de Manaus: quando cheguei lá, no ano de 1976, a cidade não tinha sequer 300 mil habitantes. Hoje conta com quase 2 milhões de habitantes e um crescimento que vem sendo permanente e sequente.

Portanto, essa ponte trará a possibilidade de fazer com que haja uma expansão da cidade, do crescimento populacional a partir do Município de Iranduba.

É por isso também, Sr. Presidente, que nós, durante a campanha, e muito antes dela, estamos pleiteando à Presidência da República que amplie a área – e V. Ex^a entende bem, porque conhece profundamente o modelo Zona Franca de Manaus, não apenas porque Roraima também usufrui, de certa forma, em alguns dos segmentos, dos benefícios, mas porque morou na cidade de Manaus, inclusive, estudou lá durante muitos anos, Senador Mozarildo, e sabe da importância do papel que tem a Zona Franca de Manaus.

Hoje o polo industrial, que é localizado na cidade de Manaus, já está exaurido. Não há mais terreno, não há mais possibilidade de expansão, o que encarece o investimento profundamente. E nós estamos pleiteando, já há alguns anos, a possibilidade de o polo industrial de Manaus ser expandido para o Município de Iranduba, para os Municípios da região metropolitana, o que faria, primeiro, com que nós pudéssemos, em alguns setores, em alguns segmentos produtivos, abrir outros polos de produção não exatamente na cidade de Manaus, mas poderá ser em Iranduba ou em Manacapuru, cidades que vêm logo após a ponte sobre o Rio Negro.

Se tudo der certo, a Presidente, na próxima segunda-feira – ela que se comprometeu publicamente com a população de Manaus a promover a expansão, a possibilidade de a Zona Franca expandir-se territorialmente, o que não significa dizer ônus a mais, nenhum incentivo a mais para a Zona Franca de Manaus e nenhum ônus a mais para o Governo brasileiro, mas tão somente a possibilidade de que as indústrias possam ter outros locais para instalar as suas fábricas também –, então, ela deverá, na próxima segunda-feira, fazer algum anúncio formal em relação a esse aspecto.

Outra questão que também estamos trabalhando desde que a Presidenta Dilma era Ministra de Estado é a expansão dos incentivos, ou seja, a prorrogação dos incentivos da Zona Franca de Manaus por mais cinquenta anos. Nós conseguimos, assim que o Presidente Lula assumiu o poder, que o modelo tivesse os incentivos prorrogados e agora pleiteamos cinquenta anos de prorrogação.

Eu aqui explico, para quem acha cinquenta anos muito tempo, o porquê de pleitear desde já a prorrogação. Porque diferentemente de outros incentivos fiscais, os incentivos oferecidos na Zona Franca de Manaus só passam a ocorrer, passam a vigorar a partir do momento em que a indústria já está instalada, a produção já foi efetivada e o produto passa a ser comercializado. Só aí, Senador Mozarildo, é que a indústria usufrui dos incentivos fiscais. Não há qualquer incentivo para a sua instalação efetiva no polo industrial. São incentivos que só passam a ocorrer, passam a vigorar a partir do momento em que a indústria já está instalada, a produção já foi efetivada e o produto passa a ser comercializado. Só aí, Senador Mozarildo, é que a indústria usufrui dos incentivos fiscais. Não há qualquer incentivo para a sua instalação efetiva no polo industrial.

Ou seja, como nós estamos aqui tratando de segmentos de alta tecnologia – porque são motocicletas, bicicletas, mas, além disso, eletroeletrônicos, televisores, computadores, microcomputadores, aparelhos de ar condicionado, que são produzidos na Zona Franca de Manaus –, isso requer um investimento inicial significativo, muitas vezes, superior a US\$100 milhões. As indústrias que desejam, que têm a intenção e que tenham seus projetos, obviamente, aprovados no Conselho de Administração da Suframa, seu processo produtivo básico devidamente aprovado, têm que desembolsar recursos significativos. Então, nenhuma indústria, Sr. Presidente, instala-se na cidade de Manaus se não tiver a perspectiva de produção, pelo menos, de um período longo, para que possa haver o retorno de todos aqueles investimentos feitos.

Portanto, nós aguardamos, com muita ansiedade, no pronunciamento da Presidenta Dilma, as suas declarações a respeito da expansão dos incentivos para a região metropolitana, assim como da prorrogação da Zona Franca de Manaus por 50 anos.

Repito: esse já é um acordo selado, firmado entre o Estado do Amazonas e a Presidenta Dilma. O que nós ouviremos, apenas, serão as explicações de quais os métodos, porque eu creio que, para a expansão para a região metropolitana, não haja necessidade de um projeto de lei, Sr. Presidente; tão somente um decreto da Presidência da República poderá permitir que a Zona Franca, o polo industrial de Manaus seja expandido para os Municípios da região metropolitana.

Quanto à prorrogação dos incentivos, aí, sim, há necessidade da aprovação de uma emenda constitucional. Então, a perspectiva, a expectativa é de que a Presidenta Dilma encaminhe pelo Poder Executivo uma proposta de emenda à Constituição ao Congresso Nacional, à Câmara e ao Senado, para que possamos

efetivamente aprovar a prorrogação da Zona Franca de Manaus.

Mas, Sr. Presidente, não é apenas a ponte que será inaugurada no dia 24. Temos outras questões também a levantar que são importantes.

Eu dizia aqui que a Cidade de Manaus, em um período muito curto, em um espaço muito curto de tempo obteve um crescimento explosivo: de 200 mil habitantes passou a ter uma população de aproximadamente dois milhões de habitantes, Sr. Presidente. E isso ocorreu por conta do modelo Zona Franca de Manaus, que, apesar de ter 44 anos, foi efetivamente se desenvolvendo a partir do quinto, sexto ano de instalação. Então, foi aí que a cidade de Manaus voltou a viver um período importante de geração de emprego e de desenvolvimento. E eu digo que voltou por quê? Porque Manaus foi, no passado, Sr. Presidente, no final do século XIX, início do século XX, uma das cidades mais importantes do Brasil.

A história brasileira não reconhece e não conta ainda, mas foi exatamente na cidade de Manaus que surgiu a primeira universidade brasileira. Nós fazemos aqui muita revisão constitucional, revisão legal, vamos unificar as leis a respeito de um assunto, mas é necessário rever a história do Brasil também. Manaus teve luz elétrica muito antes da maioria das cidades brasileiras, Manaus teve bonde muito antes da maioria das cidades brasileiras. Aliás, no final do século XIX, a região amazônica, e principalmente o Estado do Amazonas, Srs. Senadores, era responsável pela exportação brasileira na ordem de 25%; ou seja, 25% das exportações de nosso País vinham exatamente da Amazônia e da região do Estado do Amazonas, que era a exportação do látex, da borracha.

Então, nós chamamos aquele período de período áureo da borracha, que foi mais ou menos de mil oitocentos e trinta e pouco até 1812, quando aconteceu o *débâcle*, por uma série de questões que nós já conhecemos. Foi traficada para fora, levada para a Malásia a borracha brasileira, e a Malásia passou a ser o maior produtor de borracha. Como lá passaram a extrair a borracha a partir de um cultivo feito que não era de forma natural, a produção de lá era muito superior à nossa produção; as árvores, as estévias eram plantas naturais e distantes uma das outras, portanto, uma atividade de difícil execução.

Aliás, os soldados da borracha, a quem aqui eu quero fazer uma homenagem também, foram grandes responsáveis, em um segundo período, uma segunda tentativa, já na década de 30, entre as décadas de 30 e de 40, por reerguer a economia do Estado do Amazonas a partir de uma necessidade mundial de borracha em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Houve

esta segunda iniciativa entre as décadas de 1930 e 1940 de se elevar a produção de borracha no nosso Estado. Entretanto, infelizmente, essa tentativa durou pouco; o suficiente apenas para abastecer o mercado industrial de borracha, que estava em falta em decorrência da Segunda Guerra Mundial.

Enfim, vem exatamente daí, do período do final de 1800, início de 1900, algumas das construções mais importantes da cidade de Manaus, o Teatro Amazonas, a Ponte da Sete de Setembro, o ex-Palácio da Justiça, hoje o Museu da Justiça, o Palácio Rio Negro, que hoje também abriga, recebe autoridades que chegam ao Estado do Amazonas. Enfim, Manaus foi uma cidade que viveu momentos altos, extremamente altos, e extremamente baixos; viveu do seu melhor ao seu pior período. E hoje completa 342 anos.

Acho que foram exatamente essas dificuldades, Sr. Presidente, essas dificuldades que fizeram com que o povo daquela região fosse tão solidário, tão solidário. Digo isso não porque lá vivo, não porque fui Vereadora durante dez anos na cidade de Manaus ou porque tenha sido Deputada Federal durante 12 anos ou porque sou Senadora agora. Digo isso porque sou cidadã, que chegou menina naquela cidade, que enfrentou uma cultura muito diferente – porque é uma cultura significativamente diferente – mas que aprendeu que as dificuldades de quem vive no Norte são bem maiores do que as dificuldades de quem vive no Sul, principalmente do ponto de vista da estrutura. As pessoas mais humildes de lá não conhecem uma cidade além da sua; a maioria dos manauaras sequer conhece as cidades do interior. Agora, com a ponte, poderão ter a possibilidade de conhecer Manacapuru, conhecer Iranduba. Mas isso é muito parte da cultura do isolamento de quem vive numa cidade que não tem nenhuma outra ligação com o Brasil, a não ser Roraima e o Norte. Não tem nenhuma outra ligação com o Sul e o Sudeste, a não ser por rio ou por via aérea, porque a estrada que tivemos, a BR-319, operou por pouquíssimo tempo e hoje praticamente não funciona.

Então, é um povo que aprendeu, durante a construção da cidade, durante esses mais de três séculos, a conviver com tudo que havia de melhor e com tudo que havia de pior.

Quando a borracha acabou, Sr. Presidente, não só os empregos foram embora: a luz também foi embora, literalmente. Era a Light que atuava lá. As luzes foram desligadas. O bonde foi paralisado. Não havia emprego. Isto aconteceu até que a cidade fosse se reinventando, com a ajuda do Governo Federal. Aí eu quero fazer um parêntesis: temos todas as críticas ao governo militar, mas, no que diz respeito à geopolítica, foi muito acertada a instalação da Zona Franca de

Manaus, e assim Manaus pôde voltar a oferecer uma qualidade de vida melhor para seu povo.

Eu não poderia vir aqui falar dos 342 anos de Manaus falando apenas das coisas boas, da ponte que será inaugurada. Temos que falar também que esse crescimento abrupto foi desordenado e trouxe muitos problemas para a cidade. Um deles é a questão habitacional, Sr. Presidente.

Recentemente, foi divulgada uma pesquisa pelo IBGE que revelou que o maior déficit de moradias está exatamente na cidade de Manaus. A média do déficit habitacional do Brasil, Senador Luiz Henrique, é de 9,3%. O déficit habitacional na cidade de Manaus é de 25,4%, contra uma média nacional de 9,3%.

Agora, esse problema vem sendo trabalhado. Em breve, será inaugurada a primeira etapa do programa Minha Casa, Minha Vida, com quase cinco mil unidades habitacionais. A segunda virá em seguida, com novas cinco mil unidades, que já estão com suas obras bem adiantadas.

O programa Minha Casa, Minha Vida é muito importante, porque permite à população que tem realmente necessidade, mais carente, uma parcela importante da população, que ganha um salário médio, mas que, pelas regras das construtoras brasileiras, jamais poderia ter acesso à moradia própria, permite o acesso à casa própria. Para quem ganha até três salários mínimos, a média da prestação é de R\$50,00.

Já me encaminho para o encerramento, Senador Mozarildo.

O Presidente Lula foi, à época em que era Presidente, à cidade de Manaus lançar o programa. Foi a primeira cidade a que ele foi, sabendo que lá se concentra o maior déficit habitacional.

Então, comemorar os 342 anos da cidade de Manaus, Sr. Presidente, é fazer um passeio pela história da nossa cidade.

É óbvio que temos muitas dificuldades, muitos problemas, como disse. Falei aqui a respeito da questão habitacional, mas poderia mencionar também a mobilidade urbana, que é um problema grave, um problema sério, poderia falar da saúde, poderia falar da educação, mas são problemas que vêm sendo trabalhados.

Manaus mesmo, uma das 12 sedes da Copa do Mundo, abrigará, conforme divulgado na noite de ontem, quatro jogos, e a cidade está se preparando não só fisicamente, estruturalmente, mas o povo está preparando a sua alegria para receber os visitantes. Aliás, não queremos que os estrangeiros vão para o Amazonas apenas para assistir aos jogos, mas também para conhecer a maior floresta tropical do Planeta e, quem sabe, Senador Mozarildo, chegar também até o Estado de Roraima. Então, nós prepararemos não

só a cidade e a região metropolitana, mas todo o Estado para receber muito bem, no ano de 2014, todos os turistas que virão ao Brasil. Não somos sede da Copa das Confederações, mas talvez isso mude, porque ainda falta decidir duas das sedes desse torneio. Não sei se Manaus terá essa possibilidade, mas, se não tiver a possibilidade de sediar a Copa das Confederações, tenho absoluta convicção de que faremos grandes ações no sentido de atrair os turistas que virão para a Copa das Confederações para fazer um passeio até a Amazônia.

(Interrupção do som.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Conhece o Brasil, Sr. Presidente, aquele que conhece a Amazônia, porque o Brasil vai muito além do Sul, com suas características europeias, vai muito além do Sudeste, com suas características de elevado desenvolvimento produtivo. A Amazônia é uma região que detém uma bela riqueza, um belo povo mestiço e muito solidário, Senador Requião. Não existe ninguém mais solidário neste País do que aqueles que vivem na região Norte, aqueles que vivem na distante Amazônia. O povo, muitas vezes, deixa de comprar algo para si para ajudar o vizinho, para ajudar o parente.

Concedo aparte a V. Ex^a.

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Eu quero me associar a toda a análise que V. Ex^a faz da nossa Manaus, mas, por dever de ofício, quero também fazer um registro: a universidade mais antiga do Brasil é a Universidade Federal do Paraná.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador, nós poderemos não abrir uma CPI, mas vamos fazer uma auditoria. Não cabe uma CPI, mas cabe uma auditoria... Trarei um exemplar de um livro lançado há alguns anos por um conjunto de professores e pesquisadores da Universidade. Eu quero ler toda a história da Universidade do Paraná, aliás, Estado natal de meu pai.

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Vamos corrigir o livro ou demitir esse professor.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, quem sabe aquele que disse que a mais antiga universidade do Brasil é a Universidade Federal do Paraná. O senhor tem razão, vamos fazer isso com aquele que disse que é exatamente a universidade de lá.

Mas, enfim, é isso. Acho que essa grandiosidade, essa diversidade do Brasil faz isto, com que muitos de nós reivindicamos muitas questões. Mas, isso é importante, acho que é muito importante.

Então, quero agradecer a V. Ex^a, Senador Mozarildo, e dizer que já encaminhei à Mesa um requerimento solicitando a inserção na Ata de um voto de

congratulações e aplausos à cidade de Manaus, a minha querida cidade, pelos seus 342 anos.

E, por fim, só para dizer, a festa lá de comemoração, Senador Requião, já começou há mais de um mês. Não é dos 342 anos, é todos os anos. A festa começa com o Boi Manaus, temos lá o Boi Manaus, agora, antes, tem a venda dos tururis, enfim, é um mês de festa comemorando o aniversário da cidade, que é o aniversário do povo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senadora Vanessa, quero me associar às palavras de V. Ex^a, cumprimentando todas as pessoas que vivem em Manaus.

Como disse V. Ex^a, eu passei dois anos da minha existência como estudante em Manaus, fiz uma parte do 2º ano científico, o 1º e o 2º ano científico. Saí de lá porque quis estudar Medicina, e, na época, lá não tinha Medicina. E o povo de Roraima tem um vínculo muito estreito com os amazonenses, até porque vieram do Amazonas, quer dizer, fomos desmembrados do Estado do Amazonas.

Portanto, parabéns a V. Ex^a e parabéns a todo o povo de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.295, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, a cidade de Manaus, que comemora 342 anos, no dia 24 de outubro, bem como seja encaminhado o referido voto ao Senhor Amazonino Armando Mendes, Prefeito de Manaus, no seguinte endereço: Av. Brasil, 2971, Bairro Compensa I, CEP: 69.036-110, Manaus/AM.

Justificação

Manaus surgiu na segunda metade do Século XVII, com a construção do Forte de São José da Barra, na margem esquerda do rio Negro, cuja finalidade era proteger a região contra a invasão estrangeira. Foi elevada a Vila em 1832 com o nome de cidade da Barra do Rio Negro. Somente em 4 de setembro de 1856, foi denominada de Manaus, em homenagem à nação Indígena dos Manaós o mais importante grupo étnico habitante da região.

Manaus é um município brasileiro, capital do Estado do Amazonas e o principal centro financeiro, corporativo e econômico da região Norte do Brasil. É uma cidade histórica e portuária, localizada no centro da maior floresta tropical do mundo. Situa-se na con-

fluência dos rios Negro e Solimões. É a cidade mais populosa da Amazônia, de acordo com o IBGE, sendo uma das cidades brasileiras mais conhecidas mundialmente, principalmente pelo seu potencial turístico e pelo ecoturismo, sendo o décimo maior destino de turistas no Brasil. Manaus é diferente porque ao invés de morarmos nela é ela que mora na gente.

A cidade, que é o mais importante portão de entrada para o turismo do norte brasileiro, integra harmoniosamente as belezas de seu passado histórico e cultural com as necessidades e exigências da vida contemporânea.

Manaus tem um extraordinário estoque de recursos naturais, representando 20% da reserva de água doce do mundo, um banco genético de inestimável valor e grandes jazidas de minérios, gás e petróleo.

O fuso horário difere do resto do Brasil, com uma hora a menos em relação a Brasília. Esta localização proporciona um dos mais belos espetáculos naturais da terra: o encontro entre as águas escuras do rio Negro e as águas barrentas do rio Solimões.

Há mais de cem anos, no auge do ciclo econômico da borracha foi construído o Teatro Amazonas que surpreendeu o mundo com seu luxo, requinte e beleza arquitetônica. É o principal patrimônio cultural arquitetônico do Amazonas. Tombado como patrimônio histórico em 28 de novembro de 1966.

Manaus foi uma das primeiras cidades a contar com luz elétrica, galerias pluviais, tratamento de águas e esgotos e serviços de bondes elétricos.

Em 1909, foi criada a primeira Universidade Brasileira, hoje chamada de Universidade Federal do Amazonas, contribuindo decisivamente para a formação de cidadãos e o desenvolvimento da Amazônia.

A cidade de Manaus, é a sétima cidade mais rica do Brasil, possui a segunda maior região metropolitana do norte do País, e a décima segunda do Brasil, com mais de dois milhões de habitantes (Censo/2010).

A cidade movimenta e acompanha as exigências do seu tempo. Ao lado da exuberância das belezas naturais está a paisagem do Pólo Industrial de Manaus – PIM, com mais de 600 empresas cuja tecnologia de ponta é a mesma utilizada nos mais avançados centros de produção de todo o mundo, que comemora esse ano de 2011 a marca de mais de 120 mil empregos gerados, entre trabalhadores efetivos, temporários e terceirizados.

Não dá para transmitir toda energia, o clima e o carisma do povo manauara. Gente simples, receptiva e prestativa, embasada numa cultura de séculos de tradição no contexto cultural do Brasil. A tradição milenar dos povos indígenas amalgamada com as mais diversas influências seculares das culturas portuguesa,

francesa, africana, holandesa, norte americana, inglesa, espanhola, quicá de outros povos, estão presentes nas mais variadas formas da expressão socioeconômica e cultural da cidade.

Parabéns, a minha, a sua, a nossa Manaus querida e amada!

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo. Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.296, DE 2011

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as informações abaixo, relativas à condução, na região Norte, do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo e do Programa Terra Legal:

- a. Quais os objetivos, metas e instrumentos do Plano? E do Programa?
- b. Quais as ações que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Plano? E do Programa?
- c. Como se articulam os diversos órgãos envolvidos na elaboração e implementação do Plano? E do Programa?
- d. Em que medida as ações do Plano e do Programa se articulam com outras iniciativas governamentais de regularização fundiária e de promoção do desenvolvimento sustentável na região Norte?
- e. Qual a avaliação que o Ministério do Desenvolvimento Agrário faz da efetividade do Plano? E do Programa?
- f. Quais as próximas etapas da implantação do Plano? E do Programa?

Justificação

A violência no campo e a regularização fundiária são dois temas estreitamente relacionados. Em muitos casos, a primeira decorre de falhas na efetivação da segunda. Para fazer frente a essas questões, o governo federal instituiu, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, duas linhas de ação complementares: o Plano Nacional de Combate à Violência no Campo e o Programa Terra Legal.

Contudo, ainda ocorrem inaceitáveis casos de assassinatos de líderes populares, decorrentes de conflitos pela posse de terras na Amazônia. No primeiro semestre de 2011, muito após a criação dessas linhas

de ação, esses crimes voltaram a ocorrer no Pará e em Rondônia.

Passados quatro meses da ocorrência desses assassinatos, cumpre reavaliar a efetividade do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo e do Programa Terra Legal na Região Norte. Por esse motivo, consideramos oportuno solicitar essas informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, que coordena ambas as linhas de ação.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de conceder a palavra à próxima oradora, a Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 9 de novembro do corrente, quarta-feira, às 10 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar os 70 anos do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira – FAB.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, à Senadora Lúcia Vânia, que permutou anteriormente com a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, foi aprovado neste plenário, na noite de quarta-feira, o substitutivo do Senador Vital do Rêgo ao PLC 16, de 2010, de iniciativa do Poder Executivo, que trata do regime de partilha de produção do pré-sal, ao qual se encontravam apensados outros 23 projetos, entre os quais os de autoria dos Senadores Wellington Dias e Francisco Dornelles.

Além de tratar do mérito do trabalho do Senador Vital do Rêgo, é preciso pontuar, com clareza, a origem de toda essa discussão.

Ao mudar do regime de concessão para o de partilha, o Governo Federal criou, para si próprio e para todos nós, um grande problema. Seus objetivos eram, acima de tudo, fortalecer financeiramente o poder central, além de manter em suas mãos todas as decisões sobre o petróleo.

Então, o que está por trás de tudo isto é o clássico debate “Centralização **versus** Descentralização”. Ao longo da história da Federação brasileira, cumprem-se ciclos de longo prazo em que variam a concentração

do poder e de recursos. Esse pêndulo, agora, tende para o lado da União.

Com o fim da distribuição das participações especiais, surge o lucro excedente, que estará nas mãos do Governo Federal. Reduziu-se a parcela destinada aos estados produtores, utilizando o argumento do aumento futuro da produção. Foi criada a participação dos estados não-produtores nos resultados dos campos já licitados, extinguindo-se os direitos adquiridos pelas unidades federativas produtoras sobre o faturamento e os lucros adicionais das petroleiras.

O que efetivamente perdemos ontem foi a oportunidade de encontrar uma solução capaz de distribuir as receitas de maneira equitativa, sem impactar as unidades da Federação, que hoje dependem desses recursos.

Há poucas semanas, subi a esta tribuna para alertar a sociedade brasileira de que esta não deveria ser uma discussão puramente econômica ou financeira, mas, sim, estar sustentada em valores que se refletissem diretamente na rediscussão do pacto federativo. Lamento que o consenso não tenha sido atingido, e que tenhamos perdido a oportunidade de aperfeiçoar a proposição com soluções que atendessem a todos.

Reconheço o esforço feito pelo Senador Vital do Rêgo no sentido de englobar, em seu trabalho, o máximo dos pontos construtivos das diversas propostas em tramitação na Casa, inclusive as emendas que apresentei. Refiro-me às que resultaram nos dispositivos limitando a distribuição de **royalties** para Municípios com grande concentração de recursos e possibilitando maior controle na comercialização do óleo de propriedade da União, sempre a valor de mercado. É bom que se diga que essa emenda só atingiria os Municípios cujos blocos ainda não foram licitados.

Cumprimento o Senador Vital do Rêgo pela referência feita ao nosso trabalho, o que muito nos honra.

Nossa proposta de conferir maior controle à comercialização do petróleo, de forma a que não se pratiquem preços abaixo do mercado, busca impedir as práticas e privilégios que poderiam ter fins muito menos nobres do que o genuíno interesse estratégico. O subsídio implícito por meio da subprecificação do óleo não é transparente e deixa a sociedade à margem do debate, além de facilitar a ação de agentes públicos de má-fé.

Se o Governo quiser subsidiar determinado setor ou país, que o faça através do Orçamento, em cuja discussão, no seio do Congresso Nacional, a sociedade poderá opinar sobre as áreas que devem merecer apoio governamental.

Outra sugestão que fizemos e que foi acolhida pelo Relator impedirá, no futuro, que parte significa-

tiva dos recursos arrecadados com o regime de partilha fique excessivamente concentrada em poucos Municípios.

Para tanto, propusemos que a arrecadação máxima fique limitada ao equivalente a duas vezes a distribuição **per capita** do FPM – um ponto de extrema importância que segue na direção de uma solução ao problema de desigualdade regional no País.

Lamentamos, porém, que o relator não tenha acatado nossa sugestão de substituir os critérios de repartição dos recursos do Fundo Especial, hoje pautados no modelo de distribuição do FPE, por propostas constitucionalmente válidas.

O Senador Vital do Rêgo justificou a manutenção dos critérios do FPE pelo fato de o prazo concedido pelo STF expirar somente em dezembro de 2012, o que, portanto, permitiria a validade, hoje, desses critérios.

Pedimos licença ao Senador para discordar. O projeto, ao determinar que os recursos do Fundo Especial deverão ser distribuídos com base no FPE, continua, em última instância, gerando forte incerteza sobre como será...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senadora Lúcia Vânia, permita-me interromper V. Ex^a só para registrar a presença aqui de advogados da Federação Interamericana de Advogados da Espanha, que já estão se retirando.

Sejam bem-vindos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pedimos licença ao Senador para discordar. O projeto, ao determinar que os recursos do Fundo Especial deverão ser distribuídos com base no FPE, continua, em última instância, gerando forte incerteza sobre como será feita a distribuição. Afinal, ninguém sabe como serão os novos critérios de rateio do FPE. Logo, como seria possível avaliar se a proposta de distribuição de **royalties** do petróleo que hoje discutimos é interessante?

Nossa emenda propunha-se a garantir maior previsibilidade para as futuras receitas, de forma que os recursos do Fundo Especial fossem distribuídos de acordo com a população, com o inverso da renda **per capita** e com o inverso do Índice de Desenvolvimento Humano, observados determinados pesos que atribuímos a cada uma das variáveis.

Por nossa proposta, Estados com maior população, com menor renda **per capita** ou com piores indicadores de desenvolvimento humano receberiam mais recursos das receitas do petróleo.

Nossa intenção sempre foi a de permitir que essa riqueza – pertencente a TODOS os brasileiros – pudesse ser efetivamente utilizada para reduzir as fortes disparidades regionais existentes em nosso País.

Sr. Presidente, segundo o relator, apesar da redução dos percentuais, não haveria perda real de recursos para Estados e Municípios produtores, uma vez que há previsão de aumento na produção. A arrecadação de **royalties** e participação especial de R\$20,7 bilhões em 2010, crescendo para R\$28 bilhões em 2011, sustentaria, em valores absolutos, uma nivelção da arrecadação, ainda que em percentuais inferiores.

Temos, entretanto, muitas dúvidas sobre o real efeito do substitutivo aprovado ontem para a preservação, em valor, das receitas necessárias à manutenção dos compromissos assumidos pelas regiões produtoras. Lamento que a emenda nesse sentido, defendida pelo Senador Ricardo Ferraço, não tenha sido aprovada.

Justificar cortes tão drásticos nas alíquotas de Estados e Municípios produtores sob a justificativa de previsão de aumento de receita não se sustenta. Ainda que Estados e Municípios não produtores beneficiem-se, entendemos que essa deveria ser uma discussão mais justa e, sobretudo, mais leal.

Preocupa-nos também a excessiva dispersão dos recursos, no que diz respeito à sua aplicação. Muitas destinações foram aprovadas: educação, infraestrutura, saúde, segurança, erradicação da miséria, pobreza, cultura, esporte, pesquisa, ciência e tecnologia, defesa civil, meio ambiente, prevenção do uso de drogas, tratamento e reinserção social de dependentes químicos.

Também penso que a emenda apresentada pelos Senadores Cristovam Buarque e Aloysio Nunes Ferreira merecia ter sido incorporada, pois previa mecanismos para garantir às futuras gerações o usufruto dessa riqueza que a natureza, como muito bem sinalizou o Senador Cristovam, levou milhões de anos para criar.

Para finalizar, reconhecemos que o texto incorpora dispositivos que poderão resultar na extensão de benefícios dessa riqueza, promovendo o desenvolvimento a toda a população brasileira.

Agradeço aqui ao Senador Vital do Rêgo pelo acolhimento de duas de nossas sugestões.

Vimos, nessa discussão, uma oportunidade única para dar mais um passo na direção do fim das desigualdades regionais, uma bandeira por que luto desde o meu primeiro mandato como Deputada Federal pelo Estado de Goiás. No entanto, infelizmente, acredito que nós não soubemos aproveitar essa oportunidade de forma efetiva. Fizemos, na minha visão, uma discussão açodada, embora tenhamos devotado uma grande parte do tempo a essa discussão. Infelizmente, acredito que a União, através dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, não teve a sensibilidade de entender que os recursos que estão concentrados no Governo Federal precisam ser repassados a Estados e Municípios. Não se tolera mais que prefeitos e governadores

venham ao Governo Federal todos os anos, com opires na mão, para buscar aqueles recursos que são de direito de cada um dos entes federados.

É incrível estarmos aqui discutindo, a cada ano, o Orçamento, as emendas parlamentares, discutindo inclusive o desvio de alguns recursos dessas emendas, e, no entanto, o Governo não se sensibilizar que tudo isso seria muito mais simples e seria resolvido se houvesse uma desconcentração de recursos para cada um dos entes federados.

É por isso que precisamos lutar nesta Casa, é para isso que estamos aqui. Não para fazer uma divisão privilegiada para este ou aquele Estado da Federação, mas para fazer com que o País possa se desenvolver de forma mais justa. E essa foi uma oportunidade. Outras oportunidades teremos na discussão do FPE, teremos na discussão dos **royalties** dos minérios, teremos na rediscussão do pactuamento da dívida de Estados e Municípios. E estaremos sempre atentos para que, cada vez mais, possamos lutar para que a descentralização de recursos se efetive em nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Cumprimento a Senadora Lúcia Vânia por abordar um tema tão importante, justamente a questão de, no fundo, repensar a Federação, fazer um novo pacto federativo que possa de fato cumprir a Constituição, que é eliminar as desigualdades regionais.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ulysses Guimarães, com quem convivi intensamente nos seus últimos dez anos de vida pública exemplar e inextinguível, relatou-me uma conversa que teve com Oscar Niemeyer sobre a arquitetura do Congresso Nacional.

Ulysses indagou de Oscar Niemeyer por quê, na Praça dos Três Poderes, o Congresso Nacional estava à frente e acima; a sede do Poder Executivo, atrás e à direita, e a sede do Supremo Tribunal Federal, atrás e à esquerda. E Oscar Niemeyer disse uma frase sintética: o Poder Legislativo é o Poder dos Poderes; onde há desenvolvimento, o poder emana do Legislativo, na figura de um primeiro-ministro governante. Mas Oscar Niemeyer, ao desenhar o Congresso Nacional, também estabeleceu outro simbolismo na arquitetura que define a Câmara dos Deputados e na arquitetura que define o Senado Federal.

À Câmara dos Deputados deu a configuração de uma concha côncava; ao Senado deu a configuração de uma concha convexa. Qual era o sentido, qual era o objetivo dessa mudança entre as duas Casas do

Parlamento brasileiro? Oscar Niemeyer queria simbolizar, com isso, que o papel legislativo da Câmara é o de uma Casa mais aberta, de discussões mais acaloradas, de debates mais intensos e mais fervorosos, de lançamentos, de iniciativas, de ideias, de proposições, de projetos; enquanto o Senado, como Casa revisora, teria a função de um exame mais sereno, mais equilibrado, mais sensato, até porque, normalmente, chegam ao Senado políticos já com uma longa carreira, com uma longa série de mandatos.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por que faço essa introdução? Por que rememoro as origens da Praça dos Três Poderes e do prédio do Congresso Nacional? Faço-o para assinalar que, sucedendo-se a um debate caloroso na Câmara dos Deputados, estabeleceu-se aqui, no Senado, um debate convergente a respeito do projeto mais importante que tramita nesta Casa, o Código Florestal.

Na próxima terça-feira, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós apresentaremos o nosso parecer em reunião conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia, e de Agricultura e Política Rural, em ambas as quais eu tive a honra de ser designado Relator.

Como é que nós procedemos até chegar ao texto proposta que vamos apresentar na próxima terça-feira? Procedemos dialogando intensamente: dialogando com os Srs. Senadores, ouvindo as opiniões mais divergentes e dialogando com as mais diversas corporações que representam esse arco de pensamentos diversos a respeito desse tema.

Ouvimos a comunidade científica, o Ministério Público Estadual e o Federal. Ouvimos personalidades do Poder Judiciário, ouvimos agricultores e pecuaristas de todos os níveis, desde os agricultores familiares até os grandes empresários do **agribusiness**. Ouvimos as organizações não governamentais nacionais e internacionais que atuam nessa área, e fomos ouvindo os setores mais diversos na busca sempre de uma convergência que possa dar ao País aquilo que pensamos estamos elaborando.

E quando eu digo estamos, eu me refiro ao Senador acreano Jorge Viana, que vem trabalhando comigo a quatro mãos na redação das modificações, que seguramente vão aprimorar, de maneira muito forte, o texto originário da Câmara, sem deixar de respeitar a estrutura básica daquele projeto, até porque obteve 80% dos votos naquela Casa.

Como é que trabalhamos, o Senador Jorge Viana e eu? Trabalhamos com a atenção em três direções: primeiro, a atenção aos Senadores, que são os legítimos representantes dos Estados, e os Estados têm um interesse inequívoco nisso e interpretam a opinião pública nacional em todos os aspectos da vida brasi-

leira; ouvimos o Governo, que tem parte mais que legítima nessa discussão, primeiro porque as políticas nacionais são de sua competência e, segundo, porque o Governo faz parte do processo legislativo com o poder de veto; em terceiro lugar, trabalhamos conectados com as lideranças da Câmara, especialmente aquelas que promoveram a elaboração do projeto, hoje em julgamento no Senado.

Por que procuramos ouvir o Governo? Porque procuramos ouvir os Deputados Federais? Porque, depois de doze mandatos seguidos, em 40 anos de vida pública desde 1970, nós não temos mais o direito de cometer um erro primário na política, que é o da prática do gesto inútil.

Se nós não tivéssemos dialogado com o Governo, nós certamente faríamos um texto que mereceria veto da Sr^a Presidente, Dilma Rousseff. Se nós não tivéssemos dialogado com os Srs. Deputados, as modificações aprimoradoras – na nossa visão muito aprimoradoras – do texto original seriam derrubadas em votação na Câmara e o processo voltaria àquele clima de falso dilema entre ambientalistas e ruralistas.

Esse dilema não existe, Sr. Presidente, até porque preservação e produção são como irmãs siamesas. Não há possibilidade de se produzir com produtividade, não há possibilidade de se produzir eficientemente na agricultura se não houver qualidade de solo e qualidade de água. E o que garante isso é a preservação florestal.

Por outro lado, é preciso atender ao objetivo básico de toda e qualquer política e também da política ambiental, que é o interesse da pessoa humana. E o abastecimento da população com produtos agropecuários é uma condição fundamental para a redução da pobreza, para a qualidade de vida das pessoas.

O grande impasse que se estabeleceu no Senado foi em relação à chamada Emenda nº 164. Já na Comissão de Justiça, onde também fomos Relator, nós eliminamos esse impasse, deixando bem claro, com a nova redação que lhe demos, que aquela emenda não tinha objetivo de promover novos desmatamento, nem tinha objetivo de anistiar depredadores da natureza. Através da nova redação que operamos, fechamos a porta para toda e qualquer nova hipótese de desmatamento ilegal, de desmatamento criminoso, de desmatamento clandestino.

A partir daí, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na definição das exceções estabelecidas naquele artigo, nós colocamos no texto uma clara definição do que é utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental, que são as três exceções pelas quais podem ocorrer novas supressões. Seja para a extensão de uma rede de energia elétrica, seja para o estabelecimento de um gasoduto ou de um oleoduto,

seja para a construção de uma estrada fundamental, definimos onde há o interesse público como exceção à possibilidade de futuras supressões de vegetação e definimos também o baixo impacto ambiental que deve caracterizar essas eventuais futuras supressões.

Relativamente àquele que é o drama dos agricultores, daqueles que foram para a sua região, Presidente Senador Mozarildo, incentivados pelo Governo, daqueles que, segundo a lei vigente à época, deveriam desmatar até 50% do seu terreno, e respeitando os agricultores das várzeas que foram incentivados pelo governo autoritário quando criou o Projeto Pró-Varzea e outros tantos, respeitando essas áreas rurais consolidadas até 28 de julho de 2008, nós estabelecemos também a impossibilidade de, após 2008, se fazer qualquer nova regularização de novas supressões. Nós colocamos uma trava final para dizer à Nação o seguinte: nós estamos reconhecendo situações históricas, como, por exemplo, a criação de gado na Ilha de Marajó, a criação de gado no Pantanal; nós estamos respeitando ocupações antrópicas que foram feitas com base legal, com base na lei da época, mas essa será a última vez, a última oportunidade, a última chance para essas regularizações que foram chamadas inadequadamente de anistia. Na verdade, o proprietário ou possuidor de imóvel onde tenha havido desmatamento só ficará livre das penalidades, sejam multas administrativas ou ações criminais, se recompuser aquilo que foi desmatado.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Adotamos uma linha na elaboração desse projeto de absoluta consonância com a Constituição Federal. Procuramos fazer um projeto autoaplicável e dar a ele uma redação clara e objetiva que não permita o transbordamento dessa futura lei à interpretação do Judiciário.

Em relação à autoaplicabilidade, o projeto que veio da Câmara remetia disposições de 33 artigos ao Regulamento. Nós excluímos essas remissões ao Regulamento para que cada artigo, parágrafo ou inciso valha por si só, excluídas evidentemente algumas exceções que poderão ser regulamentadas, mas não por qualquer agente do Poder Público; por ato do Chefe do Poder Executivo Federal, por exemplo, para definir outras hipóteses de utilidade pública, de interesse social e de baixo impacto ambiental, além daquelas elencadas no projeto.

Mas nós operamos, Sr. Presidente, por sugestão – e eu quero assinalar isso porque essa foi uma contribuição muito importante –, uma cirurgia no texto, separando a parte permanente da parte transitória. Essa separação é importantíssima para que numa parte do projeto tratemos das normas que vigorarão eu espero que por muito tempo. E na parte das disposições tran-

sitórias, disposições regulando o passado, para que este seja tratado no sentido de impor a necessidade de regularizar, por recomposição ou por outra forma, os desmatamentos feitos até 28 de julho de 2008.

Sr. Presidente, demos ao projeto também condições de resolver com isso um grave problema que aflige milhares de trabalhadores do Nordeste. Como o projeto de lei que veio da Câmara tratava, ao mesmo tempo, de normas permanentes e transitórias, o projeto que veio da Câmara deixou de mencionar como objeto de...

(Interrupção no som.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) –

Por quê? Porque há no Nordeste uma atividade econômica de pequenos empreendedores, principalmente de carcinicultura e de extração de sal em apicuns e salgados. Então, o projeto omitiu a palavra manguezais e tratou os apicuns e salgados para excepcionar das normas gerais de proteção das APPs – Áreas de Preservação Permanente.

Com a separação de disposições permanentes e transitórias, nós estamos definindo, nas disposições permanentes, os manguezais, que são um ecossistema que inclui os marismas, os apicuns e os salgados. Então, os manguezais são tratados, daqui para frente, como um sistema único que não pode ter ocupação antrópica.

Nas disposições transitórias, estamos respeitando as áreas já ocupadas até 28 de julho de 2008. Com isso, acredito que nós preservamos as atividades já existentes de um lado e colocamos um basta na ocupação de qualquer área de mangue para o futuro, o que é, sem dúvida nenhuma, um ganho excepcional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós estamos buscando também, nessa ampla negociação, mudar o eixo, mudar o paradigma desse projeto, mantendo, evidentemente, as disposições de comando e controle, mas priorizando o incentivo à preservação em relação à ação ou mentalidade ou objetivo policialesco. Ou seja, o que nós queremos construir para o futuro? Nós queremos construir a mentalidade de que o cidadão, preservando, pode ter um ganho econômico, pode ter uma vantagem econômica. Isso será muito mais eficiente do que a mera política policialesca. Se nós conseguirmos essa mudança, ela, acredito, criará uma nova era na política ambiental deste País.

Por outro lado, nós estamos instituindo o que chamamos de “renavam da madeira”. O Brasil não sabe distinguir o que é madeira retirada legalmente do que é madeira retirada ilegalmente. É preciso que haja uma ação conjunta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para criar um cadastro

único que permita um controle absoluto, e os meios eletrônicos hoje permitem que se tenha esse grande inventário madeireiro do País, como temos o grande inventário de controle dos veículos. Essa também é outra mudança importante que vai permitir ao País saber distinguir extração legal de extração ilegal de madeira e ter uma ação de comando e controle muito mais eficiente.

Sr. Presidente, leremos nosso parecer na terça-feira. Creio que, como foi elaborado com a participação do Senador Jorge Viana; dos Presidentes das três Comissões: o Senador Acir Gurgacz, aqui presente, Presidente da Comissão de Agricultura; o Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; e o Senador Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; e com a participação dos Senadores que propuseram emendas muitas delas de grande criatividade e que vão nos ajudar a melhorar o texto, agradecendo todas as entidades corporativas que têm interesse mais direto nesse processo e a todos os que puderem nos mandar colaborações, acredito que nós vamos ter um texto que, se não é o ideal, se aproximará muito desse ideal que todos nós buscamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Mozarildo, para minha alegria, momentos antes de ocupar esta tribuna, o Senador Luiz Henrique me dizia: “Senador Requião, você vai gostar do projeto da lei ambiental”. É um bom presságio, porque o Senador sabe que eu sou ambientalista e, se ele prevê que a lei me agradará, significa que teremos, enfim, uma lei ambiental equilibrada.

De resto, Senador Luiz Henrique, não sendo assim, a nossa Presidenta, em função das pressões de 80% da opinião pública brasileira, seria obrigada a pôr o seu veto ao projeto, e isso não seria agradável para nós e não seria o indicado para o trabalho que V. Ex^a está fazendo.

Senador Mozarildo, no próximo dia 30, eu estarei no Uruguai com a mesa diretiva da comissão do Parlasul para ver se, depois de mais de onze meses de paralisação, nós conseguimos iniciar as reuniões do Parlasul na nossa sede uruguaia.

Fui eleito para presidir a representação brasileira do Parlamento do Mercosul, o Parlasul, e reafirmo aqui a minha paixão sul-americana. Brasileiro de nascimento, sou também cidadão do continente, uma identidade nem sempre fácil de ser portada, reconhecida ou respeitada. Somos, nós todos, ainda fortemente

condicionados pela herança colonial, que, entre tantos legados, marcou-nos com o europacentrismo e com essa perniciosa inclinação a menoscar tudo que é nacional, logo, tudo que é continental.

Sob a luz comercial, aduaneira, não se nega que avançamos desde o Tratado de Assunção, há vinte anos. Os números são consistentes, pelo menos em escala continental, mas pergunta-se: além do comércio, avançamos? Além das trocas e vantagens comerciais, o que mais nos aproxima, o que mais nos une, o que mais nos agrega e fortalece? Não é uma resposta que se possa ter na ponta da língua. Os economicistas e alguns diplomatas entusiasmados com o novo papel de caixeiros-viajantes talvez exultem e satisfaçam-se com a contabilidade, com os números, com o balanço comercial destes últimos vinte anos. É o que basta? A integração é tão simplesmente econômica? Sustenta-se, consolida-se, pereniza-se uma integração fundada apenas no comércio, apenas em negócios? Não acredito e, caso alguém duvide, que abra os olhos para o que acontece na União Europeia, tida por muitos como a nossa referência para a construção da união sul-americana.

Como Presidente da representação do Parlasul, comprometo-me a fazer tudo para que o Mercado Comum do Sul ultrapasse os estreitos limites comerciais e se projete como uma grande aliança de solidariedade, de cidadania, de integração cultural, de fusão de culturas, de busca comum de caminhos que levem à superação do atraso das desigualdades nacionais e continentais. Mas é ainda significativa a distância entre nós.

Como Presidente da Representação do Parlasul, comprometo-me a fazer tudo para que o Mercado Comum do Sul ultrapasse os estreitos limites comerciais e se projete como uma grande aliança de solidariedade, de cidadania, de integração cultural, de fusão de culturas, de busca comum de caminhos que levem à superação do atraso e das desigualdades, nacionais e continentais.

Mas é ainda significativa a distância entre nós. Que conhecimentos temos uns dos outros? Que sabemos da história de nossos vizinhos? Excetuando-se alguns pontos turísticos que cada cultura divulga, a rivalidade futebolística nem sempre saudável, a carta de vinhos e algumas informações gastronômicas, que mais sabemos uns dos outros?

Na verdade, quando não estamos ensimesmados, olhamos para o Norte como se de lá viesse a luz.

Meses atrás, quando se discutiu aqui neste plenário a revisão do Tratado de Itaipu, manifestaram-se, no Congresso e na mídia, desapreços ao nosso parceiro na construção da hidrelétrica, como se o Paraguai

fosse dispensável, por ser economicamente pequeno, territorial e demograficamente pequeno. Nessa toada, o Uruguai também seria dispensável, assim como possíveis futuros parceiros do bloco, como o Equador, a Bolívia e até mesmo o Chile.

Se o critério para a formação do bloco fosse a extensão territorial, o número de habitantes e o Produto Interno Bruto, não teríamos, Senador Mozarildo, por exemplo, a União Europeia. Unidade e complementaridade. Unidade e consciência das diferenças. Unidade e respeito à realidade local.

Não vamos construir o Mercado Comum do Sul, não vamos avançar na unidade latino-americana com cacoetes imperiais, com tentações coloniais.

De passagem pelo Brasil, há anos, o Prof. Lester Thurow, um dos papas da globalização, falando sobre a possibilidade de se viabilizar o Mercosul, fez uma distinção entre mercado comum e área de livre comércio.

As áreas de livre comércio, explicava, são circunstanciais, não implicam compromissos mais abrangentes entre os países, não os integram. Se o Mercosul for apenas uma área de livre comércio, advertia, fracassará, inexoravelmente.

Para ter sucesso, dizia, o Mercosul precisa ser um mercado comum, o que quer dizer que Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai devem se dispor a abrir mão de alguns poderes de governo; harmonizar regras; pagar impostos para ajudar áreas mais pobres. E concluía: se não for possível pegar dinheiro do imposto brasileiro para colocar em outro país do bloco, o Mercosul não tem futuro.

O que queremos? A quebra das cancelas nas aduanas para que comerciemos isso e aquilo, sem enraizar compromissos ou queremos um enlace de nossos destinos?

Nesse mundo em ebulição, nesse mundo às voltas com estripulias do capitalismo financeiro e com os desarranjos provocados pelo neoliberalismo, não podemos navegar solitariamente e muito menos orbitar na dependência dos países imperiais.

A União Europeia desenvolve um esforço enorme para impedir que a crise desagregue, debilite e imploda o seu bloco.

O Primeiro-Ministro da Rússia, Vladimir Putin, anuncia os primeiros passos para a formação de um bloco econômico que reúna os antigos países da União Soviética, para fortalecer política e economicamente os países do oriente europeu em suas relações com o ocidente e com a China. E esta, por sua vez, busca, se não a formação de um bloco asiático, pelo menos acordos regionais com os países do oriente.

Enfim, vivemos um tempo adequado para que avancemos na consolidação da unidade sul-americana.

Tempo, também, para que discutamos os pressupostos em cima dos quais vamos construir essa unidade.

A crise do capitalismo financeiro, a *débâcle* dos principais dogmas do neoliberalismo são advertências, são gritos extraordinariamente claros sobre que caminhos devemos evitar.

Antigas e sólidas verdades, desprezadas pelo deslumbramento com o mercado, esse baal que tanto encantou os néscios, afloram e convidam-nos a pensar, a refletir, a agir.

Pensar, esse exercício que ficou tão fora de moda, que caiu em desuso desde aquela parvoíce sobre o fim da história e o triunfo do mercado, **per omnia saecula saeculorum**.

E aqui retomo uma corrente de pensamento que foi colocada no índice pela cruzada neoliberal, no desatinado, fanático ardor de impor a sua bíblia, a corrente de pensamento que se formou em torno da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a antiga e mística Cepal.

Raul Prebisch, Celso Furtado, Aldo Ferrer, o recentemente falecido Antônio Barros de Castro, Medina Echavarría, Carlos Lessa, Octavio Rodriguez, Maria da Conceição Tavares e Aníbal Pinto compõem o mais brilhante grupo de teóricos e pensadores a formular uma proposta que remisse a América Latina do atraso, da dependência, da miséria e do obscurantismo.

Esse grupo sacode o continente da pasmaceira, do conformismo, da subserviência colonial, subverte as acomodadas academias e propõe um caminho para o desenvolvimento. Eles mudaram a forma de a América Latina se olhar, identificaram as origens de nosso subdesenvolvimento e apontaram um caminho possível para a superação da pobreza e do atraso.

Com referências em Keynes, na crítica ao liberalismo e às suas teorias sobre o comércio internacional, eles criaram uma nova escola de pensamento.

Os golpes militares que desgraçaram o continente nos anos 60 e 70, como caudatários dos interesses imperiais, sufocaram o pensamento cepalino e o substituíram pela indigência intelectual e a crueldade social dos Chicago Boys do Milton Friedman. E a ideia da unidade latino-americana foi suplantada pela proposta de acordos bilaterais de vassalagem aos Estados Unidos, de que a proposta da Alca é mera continuidade ou simples eufemismo.

No entanto, da mesma forma que internacionalmente a crise neoliberal repõe o pensamento de John Maynard Keynes, que havia sido esconjurado desde que os neoliberais substituíram-no pelos operadores do Lehman Bank e pelos geniais rapazes das agências de avaliação de riscos, vemos, na América Latina,

o mesmo movimento em direção às teses cepalinas, revistas à luz da realidade que vivemos hoje.

Que ideias são essas?

A ideia que rompe com a doutrina que reserva à nossa América Latina, como periferia do sistema econômico mundial, o papel de produtora de alimentos e matérias-primas para os centros industriais.

Na divisão internacional do trabalho, o nosso destino era o atraso, um atraso que os Estados Unidos romperam nos dias seguintes da independência, com as teses de Alexander Hamilton, Friedrich List, Henry Clay e Henry Carey: o pressuposto de que havia, sim, espaço para a industrialização dos países novos, como dizia Prebisch, que nos indicava de modo decisivo o caminho da atividade industrial e do desenvolvimento, que a construção nacional não se dá apartada do mundo, que se integra e interage com ele, mantendo-se, no entanto, firme no comando do próprio destino; o conceito de que o desenvolvimento é sempre um processo endógeno dentro de um espaço determinado, fundado nas próprias forças, com a participação solidária da sociedade, com a distribuição dos benefícios e com claros, claríssimos fundamentos de justiça social; o entendimento de que ao Estado reserva-se um papel insubstituível nesse processo, organizando energias, talentos, recursos, construindo a infraestrutura que servisse de base de lançamento para as iniciativas, estimulando pessoas, ideias e projetos, mediando com o mais radical senso de justiça as contradições sociais.

Um parêntese, Presidente Acir Gurgacz.

Nós, segundo previsões, vamos pagar de juros da dívida pública do Brasil, num ano, R\$250 bilhões e nos sobrarão para investir na infraestrutura do nosso País R\$44 bilhões.

Estamos num caminho errado, e eu, que me entusiasmo com os discursos da Presidenta Dilma e do Ministro Mantega, decepçiono-me com a tibieza da redução dos juros quando se reúne o Copom e estabelece a queda de apenas meio ponto.

A concepção de que o desenvolvimento exige a transformação da estrutura produtiva com industrialização e com ciência e tecnologia é o juízo definitivo no sentido de que não há desenvolvimento sem transformação produtiva e, sem conhecimento, não há desenvolvimento com um País inteiro trabalhando para pagar juros absurdos da dívida pública.

O convencimento de que a economia interna e os recursos próprios são fontes básicas para as transformações, que crédito e investimentos internacionais serão e são, sempre e apenas, complementares e não substituem a economia nacional e a poupança interna. A contraposição, as teses de que não havia mais espaço para transformações nacionais ou regionais, que a era

das revoluções nacionais encerrara-se, restando-nos apenas a vassalagem e a dependência foram derrotadas com a *débâcle* da economia capitalista financeira nos Estados Unidos.

A compreensão de que a construção da identidade nacional completava-se com a construção de uma identidade latino-americana, sul-americana, na verdade, para nós; que a existência de Estados nacionais fortes, desenvolvidos, democráticos, socialmente justos implicava na existência de uma América do Sul forte, desenvolvida, democrática e socialmente justa, são as crenças que vão-se consolidando na cabeça dos latino-americanos, dos sul-americanos.

A convicção de que essa construção não poderia ser delegada às tais forças livres do mercado, porque, em nossa região, existem profundos desequilíbrios e desigualdades dolorosas e que esses desequilíbrios e essas desigualdades só podem ser enfrentados com políticas públicas compartilhadas pelos Estados. Não haverá Brasil forte com Paraguai fraco, com Uruguai fraco, com a América do Sul enfraquecida. O nosso projeto é um projeto único.

Pois bem, todo esse pensamento começa a ser sufocado com a sequência de golpes que varreram e infelicitaram a América do Sul – todo o pensamento progressista não reacionário nos anos de 60 e 70 –, tornando o continente caudatário dos interesses econômicos e políticos norte-americanos. E a asfixia completa-se nos anos 80 e 90 com o triunfo neoliberal, que tenta impor ao Planeta Terra um só pensamento, uma só ideologia, um único senhor, o senhor mercado. No entanto, depois da crise de 2008, que desmoralizou e ridicularizou os mitos neoliberais, essas velhas e boas ideias, essas já esquecidas verdades voltam a circular.

A crise oferece-nos a oportunidade de retomar o caminho interrompido. O Parlamento do Mercosul é um espaço adequado para o debate, para a formulação, para avivar verdades esquecidas, para transformar as intenções de integração em atos de integração. A consolidação do Parlamento é condição essencial para a consolidação do Mercosul.

O Parlasul é o meio que faltava para fazer do Mercosul uma realidade incontestável, um protagonista forte, altaneiro nas relações com outros países e outros blocos comerciais. Esse é o meu compromisso como Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercado Comum do Sul. Preciso e espero contar sempre com o apoio deste Senado, das Senadoras e dos Senadores para o bom desempenho desta tarefa. Dias 31, 1, e 2 estaremos reunidos no Uruguai para interromper a paralisação e colocar esse instrumento de integração sul-americana em movimento.

Obrigado pela tolerância com o tempo, se é que não cumpri o tempo regimental, o que me parece que, na verdade, aconteceu.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Roberto Requião. Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

De fato, um Brasil forte depende de uma América Latina forte.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz, do PT, eleito pelo nosso querido Estado do Acre, vizinho do Estado de Rondônia.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna na manhã desta sexta-feira para fazer alguns registros que considero da maior importância tanto para nós, que estamos aqui no Senado Federal, quanto para as pessoas que estão nos assistindo nas mais diferentes cidades brasileiras.

O primeiro registro que eu queria fazer é de cumprimento ao Senador Vital do Rêgo, ao Senador Wellington Dias, ao Senador José Pimentel, ao Líder do Governo aqui na Casa, Senador Romero Jucá, pela aprovação do substitutivo ao PL 448, do Senador Wellington Dias, de maneira a se restabelecer uma distribuição diferenciada dos **royalties** do petróleo e dos recursos advindos da participação especial para todos os Estados e todos os Municípios brasileiros.

Sei que houve descontentamento, que houve enfrentamento dos Estados produtores, o Rio de Janeiro, o Espírito Santo, mas considero que prevaleceu o interesse da maioria do povo brasileiro, porque um recurso e um benefício que estava sendo majoritariamente sendo destinado aos Estados produtores e Municípios produtores agora também será dividido, partilhado com os Estados e Municípios não produtores.

E quero dizer aqui que tenho certeza de que o Governador do Estado do Acre, Tião Viana, uma pessoa íntegra, preocupada e completamente dedicada ao serviço de fazer o Acre melhor para todos os acreanos, tão logo tenhamos essa matéria aprovada na Câmara dos Deputados e sancionada pela Presidenta Dilma, certamente fará a regulamentação, nos termos do que for recomendado na redação final para esses investimentos, no sentido de fazer que esses investimentos não caiam na vala comum dos gastos fixos, nem daqueles custos operacionais que já são incorporados

ao orçamento do Estado, mas, sim, que seja um fundo destinado a um investimento especial em benefício de todos os cidadãos acreanos.

E o mesmo eu imagino que vai acontecer nos demais Estados, com os governadores, nos Municípios, com os prefeitos, que vão procurar fazer o melhor uso possível em benefício da população dos respectivos Estados e Municípios, de maneira a fazer os investimentos para o futuro, principalmente na área de educação e da melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Gostaria também, Sr. Presidente, de fazer um registro aqui muito especial, relacionado ao Orçamento de 2012. Tivemos esta semana uma reunião, dos coordenadores das bancadas federais com o Ministro da Integração Nacional, Ministro Fernando Bezerra, em que o Ministério da Integração Nacional apresentou uma cartilha com os critérios e prioridades do Ministério da Integração Nacional para alocação de emendas parlamentares; uma proposta para o Congresso Nacional em que o Ministro Fernando Bezerra apresentou quais são as prioridades, quais são as ações estratégicas previstas para o Ministério da Integração, sugerindo aos parlamentares, às bancadas parlamentares, que as emendas sejam apresentadas em sintonia com o programa estratégico do Governo da Presidenta Dilma e também com o Ministério da Integração Nacional, de forma que tenhamos mais eficiência na apresentação de emendas e também na liberação dos recursos.

Louvo a iniciativa do Ministro Fernando Bezerra e até sugiro que outros ministros, que tenham grande participação dos investimentos do Brasil nos Estados e nos Municípios, possam também convocar as coordenações de bancadas para orientar para onde devemos direcionar as emendas parlamentares, para que elas tenham maior efeito e possamos ter maior eficiência na liberação desses recursos.

Ao mesmo tempo, ainda relacionado ao Orçamento da União e ao Plano Plurianual, recebemos hoje, do relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2012, o Deputado Arlindo Chinaglia, uma informação sobre os critérios para emendas ao Orçamento-Geral da União, de iniciativa popular. Ele informa que os prefeitos e vereadores dos Municípios com até 50 mil habitantes devem estar atentos aos critérios que ele aponta para as emendas de iniciativa popular. Vale a pena ressaltar que é uma iniciativa nova e que vai democratizar ainda mais a participação no Orçamento da União, no Projeto de Lei Orçamentária que está sendo relatado pelo Deputado Arlindo Chinaglia.

Dessa forma, ele sugere que, em todas as prefeituras com população de até 50 mil habitantes, haja uma audiência pública envolvendo as câmaras municipais e as prefeituras para que se estabeleça a prioridade para

a emenda de iniciativa popular. Há toda uma orientação de como as prefeituras devem proceder para que essas emendas sejam acatadas pela Comissão Mista de Orçamento.

Vale a pena ressaltar que municípios com até 5 mil habitantes podem apresentar uma emenda de até R\$300 mil; municípios de 5 mil a 10 mil habitantes podem apresentar uma emenda de até R\$400 mil; municípios de 10 mil a 20 mil habitantes podem apresentar uma emenda de até R\$500 mil; e municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes podem apresentar uma emenda de até R\$600 mil.

Essas emendas também têm que obedecer a um critério. Primeiro, tem que ter audiência pública. Tem que se estabelecer uma ata dessa audiência pública, que tem que ser ampla e previamente divulgada, para que, preenchida nos termos que estão sendo orientados pela Comissão Mista de Orçamento, seja encaminhada para a CMO. Essas emendas devem se destinar principalmente para estruturação da rede de serviços de atenção básica à saúde, implementação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos, apoio à recuperação da rede física escolar pública, implantação de escolas para educação infantil, apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário, incluindo patrulhas mecanizadas, aquisição de máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais para municípios de até 50 mil habitantes, apoio à política nacional de desenvolvimento urbano e infraestrutura e apoio a obras preventivas de desastres.

Esse é um recado muito importante para todos os prefeitos e todas as câmaras de vereadores do Brasil. Elas podem, até o dia 23 de novembro de 2011, apresentar as suas propostas de emenda, fazer essas propostas chegarem à Comissão Mista de Orçamento para que sejam acatadas pela relatoria ou pelo relator-geral do orçamento do Projeto de Lei Orçamentária de 2012, que é o Deputado Arlindo Chinaglia. Então, essa informação é muito importante para prefeitos e para as câmaras de vereadores.

Eu quero fazer um alerta, inclusive, a todos os prefeitos do Estado do Acre – no nosso caso, temos 22 municípios, e 20 deles se enquadram exatamente nessas recomendações do relator-geral da proposta orçamentária para 2012. Nesse sentido, faço um alerta e um apelo a todos os prefeitos do Acre e aos presidentes da câmara de vereadores. Nós vamos encaminhar, a partir de hoje, essas orientações para cada uma das câmaras de vereadores e para cada um dos prefeitos para que possamos seguir, de maneira bem atenta, as orientações que estão sendo encaminhadas pelo relator-geral da Lei Orçamentária de 2012.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar um pouco desta minha fala, deste meu tempo, para fazer uma defesa do Estado do Acre, no que diz respeito ao seu projeto de desenvolvimento sustentável, hoje conduzido, com muita competência e responsabilidade, pelo Governador Tião Viana, que foi senador da República durante 12 anos, prestou grandes serviços ao Brasil e enormes serviços ao Estado do Acre. Hoje ele é governador do Estado do Acre, por reconhecimento do nosso povo e por uma prova de que o projeto em curso no nosso Estado, que já está completando 13 anos agora, é amplamente aprovado pela sociedade do Acre.

Há poucos dias, nas redes sociais, tivemos a publicação de um documento intitulado Carta do Acre, que foi um documento formatado por um conjunto de entidades, que foi um documento duramente escrito com o sentido de atacar fortemente o projeto de desenvolvimento sustentável do Acre.

Essas entidades, que circularam nas redes sociais na semana passada, atacando o projeto de desenvolvimento sustentável do Estado do Acre, foi capitaneado principalmente por um grupo de entidades que tem como ponto de suporte a oposição do Acre, que está tentando se articular para voltar ao poder.

Temos de estar muito atentos no sentido de fazer a defesa, porque o projeto de desenvolvimento sustentável que está em curso hoje no Estado Acre é um projeto referência. Por que é referência? Porque, antes de 1999, quando assumiu o Governador Jorge Viana, o Estado do Acre não tinha um projeto de desenvolvimento sustentável, e nós estávamos vivendo uma falência completa, tanto em termos econômicos, quanto em termos sociais. Em todos os aspectos em que analisávamos o Acre, ele estava vivendo um momento de grande depressão: a economia estava combalida, as instituições sociais estavam completamente desacreditadas, e havia uma situação em que o próprio Estado de direito, no Estado do Acre, não estava funcionando. Tanto é que os repasses constitucionais obrigatórios não eram obedecidos, por exemplo, do Executivo para o Legislativo ou para o Judiciário. Vivia-se uma instabilidade completa no Estado do Acre, e uma das situações que apresentamos como referência é o fato de que havia até cinco meses de salários atrasados para os servidores. Isso antes de 1999.

Quando Jorge Viana assumiu o Governo – depois sucedido por Binho Marques e, agora, por Tião Viana –, o Acre mudou radicalmente a sua forma de se programar, de se planejar e, principalmente, passou a respeitar a sua vocação natural, que é a vocação florestal. Dessa maneira, por meio do Governo da Floresta, através do fortalecimento de um sentimento

que se criou no Estado, que é o sentimento da floresta, passamos a ter a floresta como referência de modelo de desenvolvimento, e não como empecilho ao desenvolvimento, como era no passado.

Hoje, passados 12 anos dessa administração – estamos no 13º ano, com o Governador Tião Viana –, temos resultados muito expressivos a comemorar de tudo o que aconteceu ao longo desse período: a nossa economia melhorou; os servidores do Estado têm, há 12 anos e 10 meses, os salários pagos absolutamente em dia; e as condições salariais melhoraram muito. Para se ter uma ideia, em 1999 nós tínhamos uma folha de pagamento, no Estado do Acre, que não chegava a R\$20 milhões, e hoje nós temos uma folha que chega a, aproximadamente, R\$115 milhões. E isso tudo repercutiu na melhoria da qualidade dos serviços públicos ofertados à população e, principalmente, naquilo que para nós é a nossa referência maior, a nossa base da sustentabilidade do nosso projeto, que é a educação. Tivemos uma qualidade melhorada significativamente: saímos na 27ª colocação no Plano Nacional e hoje estamos já posicionados na 9ª colocação, e com o objetivo de avançar degraus importantes nos próximos anos. Isso tudo porque há um projeto com responsabilidade e com seriedade.

Dessa forma, essa Carta do Acre publicada por uma série de entidades também foi contestada por outras entidades, como a nossa Central Única dos Trabalhadores, que reúne inúmeras entidades.

Vários outros conselhos se reuniram – o Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, o Conselho Florestal Estadual e também o Conselho de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável – e todos emitiram documento reconhecendo que o projeto de desenvolvimento sustentável no Estado do Acre é algo que merece o nosso total respeito e consideração, porque, se não fosse dessa forma, não teríamos conseguido os avanços todos que conseguimos ao longo desses anos e, fundamentalmente, não teríamos conseguido mudar um paradigma que era muito cruel para o Estado do Acre.

Antes, a visão que se tinha de Governo era que a floresta era um empecilho ao desenvolvimento: ou trabalhávamos a conversão da floresta em pastagem, em áreas agrícolas, ou não haveria desenvolvimento. Hoje, a partir do zoneamento ecológico e econômico que foi construído como um grande pacto da sociedade ao logo desses doze anos, foi possível estabelecer que nós temos que potencializar a floresta e obter dividendos dos seus recursos, potencializando as condições de vida do nosso povo da floresta. Mas também temos que dar uma solução para as áreas que já foram convertidas, para as áreas antropizadas.

Nesse sentido, o Acre tem hoje 87% da sua floresta ainda preservada. Mas nós temos 13% de áreas convertidas, e temos que dar solução para essas áreas. Por exemplo, temos uma usina de álcool verde que está instalada em uma área de 30 mil hectares, e é muito importante, porque essa área da usina Álcool Verde é um aproveitamento adequado de uma área que já estava degradada, e temos que dar uma resposta para as áreas degradadas.

E, nesse documento, a Carta do Acre, eles acusam o Governo, como se o Governo estivesse patrocinando a degradação da natureza em favor de uma usina de álcool. Isso não é verdadeiro. Na realidade, é o contrário: é um empreendimento que busca dar uma resposta para uma área que já está degradada e que precisa ser potencializada, precisa gerar dividendos econômicos, gerar empregos e construir melhores condições de vida para o nosso povo.

Então, da mesma forma que houve um grupo de entidades que assinou a Carta do Acre para atacar o projeto de desenvolvimento sustentável do Acre, nós tivemos um amplo conjunto de entidades que assinou documentos em defesa do projeto de desenvolvimento sustentável do Estado. Por exemplo, o Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia é composto por 22 organizações governamentais e não governamentais, e todas assinam e atestam a importância do projeto de desenvolvimento sustentável em curso no Acre. O Conselho Florestal Estadual é composto por 22 organizações governamentais e não governamentais do Estado do Acre, e todas também atestaram a importância do projeto de desenvolvimento sustentável em curso hoje no nosso Estado. O Conselho de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável é composto por 16 organizações governamentais e não governamentais de ciência e tecnologia, de pesquisa, como a Embrapa, e todas assinaram também essa defesa do projeto de desenvolvimento sustentável do Acre, numa demonstração...

(Interrupção do som.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Dois minutos para concluir, Sr. Presidente.

Então, quando todas essas entidades, do alto da respeitabilidade que têm, assinam esse documento, dão-nos a garantia de que nós temos um projeto que está adequadamente conduzido pelo Governo do Estado do Acre. Exatamente por isso, fiz questão de apresentar aqui a manifestação dessas entidades.

Sr. Presidente, gostaria de pedir que todos estes documentos fiquem registrados nos *Anais* do Senado, porque é de grande importância para nós, do Estado do Acre, que integramos o Governo da Frente Popular

do Acre, com o Governador Tião Viana, com o Senador Jorge Viana, com o prefeito da capital, Raimundo Angelim, com o ex-Governador Binho Marques. Todos nós estamos irmanados no objetivo maior de defender esse projeto, porque ele está fazendo muito bem ao povo do Acre, tem um grande legado de realizações, de transformação da qualidade de vida do nosso povo e, fundamentalmente, de proteção das nossas florestas.

Vamos aprofundar ainda mais as discussões sobre o projeto em sessões posteriores, mas é fundamental deixarmos consignado aqui que esse projeto está fazendo muito bem para o povo do Acre e está sendo muito bem conduzido pelo Governador Tião Viana.

É por isso que faço esta defesa aqui no Senado Federal, para conhecimento de todos os brasileiros de que nós temos orgulho do projeto em curso no Governo do Estado do Acre neste ano de 2011.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno do Senado Federal)

MANIFESTO DA FLORESTANIA

Nós, abaixo assinados, repudiamos os termos e intenções da “Carta do Acre”, documento que: circulou semana passada nas redes sociais da internet atacando de modo irracional o projeto de desenvolvimento do Acre, empreendido pelo Governo Estadual. O documento assinado por algumas entidades, foi produzido durante uma oficina sobre Serviços Ambientais, REDD e Fundos Verdes nos dias 5, 6 e 7, em Rio Branco, Acre.

Na verdade, o encontro que resultou numa ofensiva contra o programa acriano de sustentabilidade foi promovido pela Rede Brasil de Instituições Financeiras Multilaterais, pretensamente como uma preparação para a Conferência Internacional Rio+20, prevista para acontecer no Rio de Janeiro em 2012.

Entendemos ser legítimo suspeitar do modelo de inspiração capitalista que propõe intervenções mercadológicas para resolver questões do meio ambiente no mundo, e particularmente na Amazônia, mas ainda não existe consenso nessa discussão, razão porque consideramos inadequado e injusto replicar isso para o caso do Acre. As acusações e críticas acabam servindo tão somente a estratégias políticas articuladas por grupos que se opõem a florestania, um conceito ou sentimento criado no movimento de resistência dos povos da floresta acrianos.

O que incomoda a esses grupos é o trabalho sério e bem-sucedido da Frente Popular do Acre, cons-

tituída de 13 partidos que, desde 1999, em mandatos sucessivos promove a sustentabilidade na região. A floresta, que antes vinha sendo destruída pelo desmatamento e as queimadas, e que nos anos 70 e 80 foi bravamente defendida por seringueiros, ribeirinhos e indígenas sob a liderança de Wilson Pinheiro e Chico Mendes, hoje se encontra protegida por legislação e programas instituídos por um governo que nasceu desse movimento de resistência.

Isto é um fato: graças a mecanismos como o Zonamento Ecológico e Econômico (ZEE) que promoveu o ordenamento territorial do Estado – levando em consideração tanto nossos recursos naturais quanto as culturas dos povos tradicionais – o Acre mantém hoje 87% de sua floresta protegida. A lei estadual florestal nº 1.426/01 regulamentou o uso dos recursos florestais no Estado e instituiu o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas que integra as Unidades de Conservação de Proteção Integral, as Unidades de Uso Sustentável e as Terras Indígenas, cuja inclusão representa um diferencial quando comparada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Além disso, não é possível deixar de considerar que, em pouco mais de uma década, o Acre dobrou o número de suas terras protegidas. No período de 1999 a 2009 houve um aumento de mais três milhões de hectares nestas áreas representando um incremento de 144%. Ao todo, hoje, as áreas protegidas representam 46% (7,5 milhões de hectares) do território acriano.

Os signatários da “carta” afirmam ter feito pesquisa de campo durante o encontro, visitando projetos de manejo florestal no Antimary e no seringal São Bernardo, bem como a fábrica de preservativo masculino Natex em Xapuri. E se apressam a denunciar através de um texto bem escrito, mas falso, o que viram e o que não viram.

Com menos pressa e maior interesse nos fatos verdadeiros, saberiam que a prática do manejo ainda é nova no Estado e enfrenta dificuldades que estão sendo enfrentadas e superadas. Saberiam também que parte dessas dificuldades são criadas por pessoas que apostam na desorganização e no conflito para colher dividendos políticos. Ainda assim, refletindo o esforço de toda sociedade acriana, desde 2004, 85% da madeira produzida no Estado vem de planos de manejo, invertendo a lógica anterior na qual 90% das madeiras vinha de desmatamentos.

Quanto à fábrica de preservativos, deveriam envergonhar-se da mentira que difundiram, supostamente, com base em informações deformadas. A Natex é um projeto bem-sucedido, industrial e socialmente. Sua produção anual é de 100 milhões de preservativos, toda vendida ao Ministério da Saúde, e já está previs-

ta sua duplicação com aval do Governo Federal que a fiscaliza. A matéria-prima – látex de seringal nativo – é fornecida por 800 famílias de seringueiros da Reserva Extrativista Chico Mendes e outras unidades produtivas que receberam treinamento, **kits** que facilitam a coleta do látex e o valor justo pelo produto, duas vezes maior que o preço do mercado convencional.

As pessoas sensatas e honestas que acompanham a história do Acre nas últimas três décadas reconhecem os avanços promovidos na saúde, na educação, na segurança e na infraestrutura do Estado, além da prioridade e cuidados com a área ambiental nos últimos treze anos. Elas não cometeriam a irresponsabilidade de dizer, como fizeram os signatários, que famílias da floresta estão sendo expulsas de suas colocações ou proibidas de caçar e abrir pequenos roçados de sobrevivência. Expulsão de extrativistas nas florestas acrianas é coisa do passado, e a caça é garantida, até por exigência do Ministério Público Estadual.

Não caberia neste manifesto um detalhamento desses avanços, mas recomendamos aos interessados em opinar sobre nossa realidade que o façam, para não faltar com a verdade nem ferir nossa acrianidade. Assim, saberão que exigir reforma agrária no Acre, berço da Reserva Extrativista, o modelo mais avançado de assentamento de trabalhadores na Amazônia, e que contraria frontalmente a lógica capitalista de propriedade e uso da terra, é no mínimo uma tolice. Além disso, junto com o Ministério Público Estadual, o Governo só autoriza planos de manejo em áreas privadas sem conflitos sociais. Em função disso, muitos proprietários passaram a titular os posseiros legítimos destas áreas, dando origem a uma nova e inédita forma de regularização fundiária com recursos privados.

Aliás, tivemos a curiosidade de verificar quem na “Carta do Acre” avalizou documento tão pretensioso e agressivo contra nossa realidade. A metade dos signatários é de fora, nunca atuou na região. Da outra metade, alguns já admitiram que assinaram sem inteirar-se completamente do conteúdo da carta, e teve quem pediu para retirar o nome da lista por discordar das críticas feitas no documento. Algumas siglas acobertam candidaturas para subir aos palanques eleitorais.

Por fim, acreditamos que os signatários da “Carta do Acre” erraram também por preconceito. Na pressa de difundir sua análise pretensiosa e alheia aos fatos subestimaram a força, a cultura e o imaginário dos povos da floresta. Arvoraram-se em porta-vozes com pensamento torto sobre um povo que não se enquadra pura e simplesmente na economia de mercado que domina o mundo, mas busca alternativas para valorar seus modos de vida e caminhar verdadeiramente para um desenvolvimento humano sustentável.

MOÇÃO CEMACT/CFE/CDRFS Nº 1 DE 30 DE SETEMBRO DE 2011

Os Presidentes dos Conselhos Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 1.022, de 21 de janeiro de 1992, do Conselho Florestal Estadual – CFE, no uso das atribuições que lhe confere o Dec. Nº 8.402, de 14 de agosto de 2003 e Dec. Nº 2.980, de 13 de maio de 2008, e do Conselho de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável – CDRFS, de acordo com o Decreto Nº 138, de 02 de março de 2007 e Resolução CDRFS Nº 24, de 2 de setembro de 2010; e

Considerando as deliberações e encaminhamentos da plenária da 3ª Reunião Ordinária do CEMACT e 1ª Reunião Ordinária Conjunta do CEMACT, CFE e CDRFS, realizada no dia 18 de outubro de 2011.

Considerando ainda, que o Conselho Florestal Estadual – CFE, o Conselho de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável – CDRFS, e o Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT, enquanto instâncias fundamentais de tomada de decisões e controle social, quanto às questões relativas ao uso racional dos recursos naturais do Estado do Acre, constituídas democraticamente por representantes da sociedade civil, das populações tradicionais, dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, tendo em vista as notícias veiculadas recentemente nos meios de comunicação sobre a atividade de manejo florestal sustentável;

- Conselho Estadual de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia do Acre;
- Conselho Florestal Estadual;
- Conselho de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável.

Resolvem:

Aprovar moção em defesa do manejo florestal sustentável no Estado do Acre, na qual vem em conjunto manifestar publicamente:

EM DEFESA DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL NO ACRE

O manejo florestal é hoje uma das atividades econômicas mais importantes do Estado do Acre, sendo que, de acordo com dados recentes, a atividade florestal representa mais de 20 % do Valor Bruto da Produção do Estado. Dados de órgãos oficiais indicam que no Acre existem mais de 500 empresas, entre grande e médias e pequenas empresas, relacionadas ao setor florestal, que produzem mais de 700 mil metros cúbicos de madeira por ano, gerando em torno de 4.600

empregos diretos, movimentando uma economia de mais de R\$500 milhões por ano.

Para alcançar esses indicadores, um esforço inédito no Acre tem sido empreendido ao longo da última década por órgãos governamentais das esferas federal, estadual, municipal, bem como por representantes da sociedade civil e populações tradicionais. Por isso, é importante lembrar que a situação da atividade florestal no Acre, anterior a esses dados, com mais de 90% da madeira sendo suprida pela atividade de desmatamento, muitas vezes também ilegal, com enormes impactos negativos ao meio ambiente e às populações residentes nas florestas.

Atualmente, dados do Instituto de Meio Ambiente do Acre mostram que mais de 90% da exploração florestal é oriunda de planos de manejo, que passam por um processo de licenciamento e monitoramento de acordo com a legislação federal e estadual e com base em conhecimento científico e tecnológico de ponta.

Esta reviravolta na base de suprimento se deve a mais de uma década de implementação de uma política pública florestal, que pelos resultados acima expostos, tem se mostrado como um caminho viável para que a população acriana possa usufruir de forma sustentável dos seus recursos florestais, com inclusão social e conservação do meio ambiente.

A formulação dessa política passou pela constituição e consolidação de fóruns de discussão, cujos principais exemplos são estes três Conselhos, com larga participação dos representantes da sociedade civil, e que ao longo da última década elaboraram, aprovaram e implantaram as normas para o adequado uso e ocupação do solo no Estado do Acre, tendo como destaque a própria aprovação do Zoneamento Econômico-Ecológico do Acre. No Acre, as instituições públicas federais e estaduais de fiscalização e controle ambiental, como os Ministérios Públicos Estadual (MPPE) e Federal (MPF) tem cumprido ativamente suas funções. Outrossim, como resultado dessa política, e, principalmente, da atuação dos órgãos de fiscalização, além da sensibilização dos empresários do setor, houve uma verdadeira mudança no comportamento das empresas florestais do Estado.

Problemas até podem existir como em qualquer atividade humana, mas nenhuma das denúncias veiculadas nos meios de comunicação são verídicas, pois não traduzem a realidade vivida na Floresta Estadual do Antimary, sendo desmentidas pelo grande desenvolvimento social e econômico trazido para a população lá residente pelo manejo florestal, que não pode ser contaminado por eventuais atividades ilegais realizadas à margem da lei e da vontade do Estado do Acre.

Em todo processo de construção coletiva, principalmente naqueles que pretendem reverter modelos produtivos não sustentáveis há muito tempo arraigados, podem ocorrer problemas a exigir ajustes, devendo prevalecer o contexto geral de desenvolvimento sócio e econômico e de conservação ambiental trazido pelo manejo florestal empreendido na Floresta Estadual do Antimary sobre eventuais problemas pontuais, que exigem solução pontual e não o retrocesso ao modelo de produção anterior.

Dessa forma, não podemos permitir o retrocesso no debate de questões importantes para a sociedade acriana, como é a atividade de manejo florestal, cujos resultados econômicos, ambientais e sociais não podem ser negados. Neste aspecto, vale destacar que a criação de Unidades de Conservação e demarcação de Terras Indígenas associadas às atividades de manejo florestal, contribuem para o êxito na conservação de 87 % das florestas acrianas, diminuição significativa das nossas taxas de desmatamento, ao mesmo tempo em que promoveu um expressivo crescimento econômico.

O Conselho Florestal Estadual – CFE, o Conselho de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável – CDRFS, e o Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT, repudiam as ações de indivíduos ou grupos interessados em sobrepor seus interesses em detrimento aos interesses maiores da sociedade acriana. Não podemos aceitar que isto cause retrocesso na atividade de manejo florestal no Acre, que reconhecidamente tem avançada e cujos resultados econômicos, ambientais e sociais são reconhecidos em âmbito nacional e internacional.

Rio Branco, Acre, 18 de outubro de 2011. – **Carlos Edegard de Deus**, Presidente do CEMACT – **João Paulo Santos Mastrangelo** – Presidente do CFE – **Lourival Marques de O. Filho** – Presidente do CDRFS

Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT

Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA
Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN
Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC
Fundação de Tecnologia do Est. do Acre – FUNTAC
Secretaria de Estado de Esporte Turismo e Lazer – SETUL

Secretaria de Estado de Educação – SEE
Secretaria de Estado de Agropecuária – SEAP
Secretaria de Est. de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF

Associação dos Municípios do Acre – AMAC
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI

Universidade Federal do Acre – UFAC
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EM-BRAPA
Federação das Indústrias do Estado do Acre – FIEAC
Federação da Agricultura do Est. do Acre – FAEAC
Federação do Comércio do Estado do Acre – FECOMÉRCIO
Grupo de Pesquisa e Ext. em Sistemas Agro florestais do Acre – PESACRE
Rede Acriana de Mulheres e Homens – RAMH
SOS Amazônia
Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Acre – FETACRE
Centro de Trabalhadores da Amazônia – CTA
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Estado do Acre – AMAAIAC

Conselho Florestal Estadual – CFE

Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN
Secretaria de Estado de Floresta – SEF
Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA
Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF
Secretaria de Estado de Educação – SEE
Fundação de Tecnologia do Acre – FUNTAC
Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC
Instituto de Terras do Acre – ITERACRE
Procuradoria Geral do Estado do Acre – PGE
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EM-BRAPA
Universidade Federal do Acre – UFAC
Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS
Grupo de Trabalho Amazônico – GTA
Fundo Mundial para a Natureza – WWF-Brasil
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre – FETACRE
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários – COOPERFLORESTA
Associação das Indústrias de Madeira de Manejo Florestal do Estado do Acre – ASIMMANEJO
Federação das Indústrias do Estado do Acre – FIEAC
Instituto de Mudanças Climáticas – IMC

Conselho de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável – CDRFS

Secretaria Estadual de Florestas – SEF
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA SFA/AC
Instituto de Terras do Acre – ITERACRE

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS Secretaria de Estado de Agropecuária – SEAP Centro de Trabalhadores da Amazônia – CTA
Grupo de Pesquisa e Ext. em Sistemas Agro florestais do Acre – PESACRE
Central Única dos Trabalhadores – CUT
Comissão Pró-Índio do Acre – CPI
Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal – IDAF
Grupo de Trabalho Amazônico – GTA
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre – FETACRE Secretaria de Est. de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EM-BRAPA

EM DEFESA DO ACRE PARA NÃO VOLTAR AO PASSADO

Nos últimos dias o Acre tem vivenciado um acalorado debate sobre o modelo de desenvolvimento em curso há 12 anos. O governo do Estado substituiu uma economia predatória dos recursos naturais por um desenvolvimento sustentável que respeita as particularidades de cada município de cada região acreana. O Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE do Estado contribui para consolidar este modelo.

Os trabalhadores do Acre, organizados em centrais sindicais e em Sindicatos vem a público contribuir neste debate por avaliar que o projeto de desenvolvimento sustentável transformou para melhor a vida das famílias rurais e também das famílias que vivem na cidade. O governo acreano foi muito feliz quando mudou a base da economia acreana e passou a defender o desenvolvimento sustentável. Quando o mundo ainda não ouvia falar do aquecimento global pondo em xeque a vida do ser humano no planeta já nos próximos 50-80 anos, o Acre destacava-se por defender uma nova forma de se relacionar com o meio ambiente. Hoje, o Acre é respeitado como referência positiva de Política Ambiental.

Mas nem tudo é perfeito. As centrais sindicais e sindicatos de trabalhadores acreanos têm críticas à forma como o manejo empresarial vem sendo executado em campo. Mas garantiu alguns ganhos, como por exemplo, o manejo comunitário tem beneficiado exclusivamente família de pequenos produtores rurais. Não podemos esquecer que o Estado deve crescer para Todos.

Isto sem falar no clima de medo que pairava sobre o Acre, onde o famigerado Esquadrão da Morte promovia torturas, mortes, tráfico de drogas, impunidade

a estes criminosos e outros desmandos. À população de bem restava apenas a opção de ficar calada para não sofrer retaliações. A população tinha medo dos policiais e hoje, eles são respeitados pela sociedade.

O número de pessoas abaixo da linha de pobreza era assustador, na periferia reinava a miséria absoluta. O quadro da maioria dos bairros era de estado de calamidade sem pavimentação, sem cobertura de transporte coletivo. A sociedade estava refém do crime, não adiantava ligar para a polícia, pois os serviços de segurança pública não davam cobertura à maioria dos bairros.

No interior a situação era deplorável, sem nenhuma perspectiva de melhoria na infra-estrutura, nas condições de vida do povo. Hoje a zona urbana assim como a zona Rural estão mais estruturadas e muitos outros avanços foram realizados pelo governo do Estado. Apesar de ainda não ser a situação ideal, melhorou muito em relação a como estava 12 anos atrás e de como poderia estar se estivesse no mesmo ritmo e (des) modelo de desenvolvimento.

O que está acontecendo é um jogo de interesse político. Quem não está no poder está desesperado e fazendo o jogo da contra informação. Importante destacar que a oposição que temos e que por mais de 90 anos esteve no poder no Acre, desde a administração do ex-território, nunca fez política pensando no povo. Quem não se lembra da corrupção desenfreada? Dos milhares que eram saqueados dos cofres públicos? Lembram do Banacre que roubaram tanto a ponto do banco do Estado falir? E quem não se lembra da situação de calamidade da saúde, onde os ratos roíam os pacientes no pronto socorro? E quem não lembra como era a educação dos nossos filhos?

Os trabalhadores acreanos têm a clareza de que este governo que não é perfeito é importante registrar. Porém, até os mais lúcidos da oposição reconhecem que os trabalhadores do campo e da cidade têm conquistado avanços inquestionáveis no governo da frente popular. E não queremos voltar ao passado de salários atrasados e completo descrédito junto ao comércio acreano. Hoje todas as categorias do funcionalismo público acumulam conquistas importantes que com certeza não teriam conquistado em um governo de direita. Mesmo reconhecendo que se faz necessário avançar a cada ano na valorização profissional e condições de trabalho.

Na zona rural a situação era ainda mais grave. Quem não lembra? Não havia ramais e os agricultores familiares enfrentam as maiores dificuldades para escoar e vender a produção. Ainda existe, mas nada comparável àquele sofrimento do passado. As poucas escolas e postos de saúde que existiam es-

tavam caindo aos pedaços. As crianças do campo e da cidade estudavam sem receberem uma merenda escolar reforçada. Pensar em internet, em aluno com **notbook** não existia nos sonhos mais otimistas dos estudantes acreanos.

O desenvolvimento não se deu somente na zona rural e nos serviços públicos. No setor privado também tivemos a geração de emprego na indústria da construção civil, que mais cresceu no Estado, reflexo do desenvolvimento em todo o Estado. Não poderíamos deixar de citar a BR 364 ligando Rio Branco até Cruzeiro do Sul. Um sonho que agora é realidade e oportunizará a metade da população acreana melhores condições de vida.

Em nenhum lugar do mundo existem políticas de desenvolvimento sem causar danos ambientais. No Acre, com as populações tradicionais foi diferente. Têm respeitado, levado em consideração tanto nossas florestas quanto quem vive nela. É claro que nem tudo é um mar de rosas, mas também não é desgraça como era antes de 1999.

Imaginar como seria o Acre hoje se a Frente Popular não tivesse chegado ao poder não é animador. Principalmente quando pensamos nas nossas matas. Com certeza já estaria toda no chão, com os seringueiros e pequenos produtores rurais passando fome na periferia das cidades, um calor ainda mais insuportável, bem menos chuvas e bem menos perspectivas de vida e emprego decente para os trabalhadores e suas famílias. Isso sem pensar na situação da saúde, educação e segurança pública, a exemplo da situação de calamidade pública, vivida em outros estados brasileiros.

A sociedade acreana conquistou o respeito, a credibilidade e a auto-estima de outros estados brasileiros e de todos os países do mundo graças à política de desenvolvimento sustentável. Temos que lutar para melhorar este projeto e não retroagir. O movimento sindical fala com propriedade porque somos construtores deste processo elegendo governos e propondo políticas de desenvolvimento com respeito ao trabalhador, ao meio ambiente desenhado e sonhado por aqueles que não mais estão conosco como Chico Mendes, Wilson Pinheiro e outros assassinado pelos defensores do desmatamento desenfreado.

Contudo, é claro que temos ressalvas na execução de muitas políticas deste projeto de desenvolvimento, mas daí a dizer que tudo é desgraça é muito exagero. A floresta é um grande potencial econômico do estado, como tal deve ser explorado sem destruição. É preciso manejar com sustentabilidade tanto das espécies vegetais quanto animal e com retorno social para as comunidades; como o subsídio do governo para o manejo florestal comunitário com os maquiná-

rios necessários. Daí dizer que não serve que tudo é desgraça é descompromisso com o estado.

Só toma esta atitude quem não ama o Acre, só faz denúncias da política de desenvolvimento sustentável quem quer a desgraça. Esta oposição que governou o Acre por tanto anos, não tiveram a capacidade de captar recursos para o Acre, um Estado pobre e pequeno. Mas esta sempre foi a meta da oposição, sempre buscaram desmoralizar o Acre a nível nacional e internacional, quem fala mal de sua família é porque não ama e, a oposição, não tem sentimento pelo o Acre, sempre buscou a desgraça.

Quem fez denuncia da política de desenvolvimento sustentável no Acre na ONU, esteve na construção deste projeto e grande defensor enquanto era de interesse pessoal, quando não pode ter seus interesses pessoais atendidos passou a atacar o Acre, atacar o povo. Nunca foi parlamentar para o povo, pois não tem projeto para o povo acreano. Sempre defenderam o Acre da desgraça, da miséria.

O movimento sindical não admite que pessoas que nunca defenderam os trabalhadores nem os interesses da população acreana venham manchar o nome do acre e dos acreanos em nível nacional e internacional apenas para defender interesses particulares.

Assinam esta nota: CUT – FETACRE, CNS,...

**NOTA DE ESCLARECIMENTO REFERENTE À
MATÉRIA INTITULADA “O GOLPE VERDE”,
PUBLICADA PELA REVISTA ISTOÉ NA EDIÇÃO
Nº 2188 DE 14 DE OUTUBRO DE 2011**

Por: Comunicação 1 Fonte: Imaflora [18-10-2011] <http://www.imaflora.org/index.pho/noticia/detalhe/200>

O IMAFLORA (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) esclarece que atua como certificador do sistema FSC (Forest Stewardship Council) no Brasil, representando o Programa SmartWood da ONG Rainforest Alliance, mas não representa o FSC no Brasil. Existem diversas entidades habilitadas a realizar auditorias de certificação FSC no Brasil e o Imaflora é uma delas.

Sobre a afirmação de que o Imaflora “distribui às empresas o selo verde”, é importante esclarecer que a certificação só é concedida à empresas que comprovem o cumprimento às rigorosas normas estabelecidas pelo FSC e reconhecidas internacionalmente. Para isso, às empresas certificadas passam por um processo de auditoria em campo, conduzido por técnicos qualificados e habilitados, os quais também realizam uma ampla consulta à partes interessadas locais. Maiores detalhes sobre o processo de certificação FSC e sobre os

empreendimentos certificados podem ser encontrados nos site do Imaflora e do FSC.

Com relação a empresa Triunfo, o Imaflora publicou uma nota em 3 de outubro de 2011, esclarecendo o processo de avaliação das questões relacionadas a abertura do ramal de acesso a Fazenda Ranchão II. Como informado anteriormente, essa área não faz parte do escopo de certificação da empresa Triunfo. A empresa possui um certificado FSC (código SW-FM/COC-001586) ativo para 7.497,00 hectares, onde cumpre com os critérios de certificação, conforme pode ser constatado no resumo público das últimas auditorias de campo.

Em relação a Floresta Estadual do Antimary (FEA), também citada na referida matéria, esclarecemos que trata-se de uma floresta pública sob gestão da Secretaria de Estado de Florestas do Governo do Estado do Acre. A certificação FSC da FEA foi concedida em 2005 após um longo processo de avaliação e consulta pública e, desde então, auditorias independentes são realizadas anualmente pelo Imaflora. As informações sobre estas auditorias são públicas e podem ser encontradas no site do FSC. A “mata do Limoeiro”, mencionada na matéria, apesar de estar situada nas proximidades da mesma, não faz parte da certificação da Floresta Estadual do Antimary.

Na qualidade de responsáveis pelas certificações FSC da empresa Triunfo e da Floresta Estadual do Antimary, o Imaflora encoraja partes interessadas a enviarem comentários sobre estas áreas diretamente para imaflora@imaflora.org, sempre que possível, apoiados em evidências concretas. Todos os comentários recebidos serão devidamente avaliados e respondidos publicamente pela equipe de auditores do Imaflora.

(19) 3429-0800 www.imaflora.org

Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, pela Liderança do PDT.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quero, em primeiro lugar, agradecer ao Senador Acir por ter me autorizado a falar agora, antes dele.

Senador Acir e Srs. Senadores, eu tento evitar aqui dizer obviedades. É um esforço que faço para não dizer o óbvio, mas há momentos em que a gente precisa falar o óbvio. Por exemplo, o óbvio de que um país

é feito de passado, presente e futuro. Parece incrível, Senador Santiago, mas essa obviedade eu sinto ser necessário explicitar.

Temos esquecido, no Brasil, o passado e, ainda mais, o futuro. Esta semana aconteceram fatos que nos permitem mostrar como passado, presente e futuro, como cada um deles é tratado de forma tão diferente no Brasil.

Não falo do passado de dias, porque este, nós, pessoas, também sentimos e pensamos. Falo do passado de séculos, falo do futuro de séculos, pelo menos de décadas.

Esta semana, por exemplo, tivemos um fato que lembra o passado, mas lembra de uma maneira que mostra como nós desprezamos o passado histórico do País.

Esta semana, 30 anos depois da Anistia, é que nós vamos considerar analisar, aqui no Congresso, um projeto de lei para instituir a Comissão da Verdade – 30 anos! Estamos começando agora o processo de votação, que certamente não terminará este ano – talvez até consigamos. Aí vai se instalar essa Comissão, aí vai começar o trabalho, que pode levar algumas décadas mais.

Os outros países que passaram pelo trauma de regimes autoritários, terminado o regime, imediatamente começaram Comissões da Verdade. A África do Sul, que, inclusive, instituiu esse nome, de maneira até generosa disse: “Ninguém será punido pelo crime do **apartheid**, pelas barbaridades cometidas naquela época se confessar o que fez”. Porque o que se quer não é punir; o que se quer é conhecer. O que se quer não é pôr na cadeia criminosos durante o regime, tanto torturadores como terroristas que podem ter surgido do lado das forças de esquerda. Não, isso foi resolvido pela Anistia. O que a gente quer não é prender nem punir; o que a gente quer é saber e conhecer. O que a gente quer é saber quem esteve de um lado e de outro, e o que fez de um lado e o que fez do outro. Mas nós temos um desprezo pela história. Nós confundimos anistia com amnésia: anistia foi dada; amnésia não temos o direito de dar nem de conceder. Amnésia: um país que sofre disso é um país que não merece existir, porque um país é, sobretudo, o conhecimento da sua história, o tratamento do seu presente e a preocupação com o seu futuro.

Nesta semana, nós mostramos como, no Brasil, o passado histórico é pouco cuidado. Um exemplo é este: esperamos 30 anos para começar aqui a trabalhar na criação de uma lei para a Comissão da Verdade.

Outro exemplo, talvez mais grave ainda, do desconhecimento, da ignorância, do desprezo ao passado, é como nós votamos a forma de usar os recursos que

virão dos **royalties** do petróleo, sem considerar que, no passado, o Brasil já teve um pré-sal que foi jogado fora. Para aquele pré-sal não precisava perfurar nada: era na superfície da Terra que aparecia o ouro; era do leite dos rios que a gente tirava o ouro, e aquele ouro, que tinha um valor naquela época talvez ainda maior do que o pré-sal hoje, foi embora, evaporou.

Não evaporou do ponto de vista físico, porque o ouro é um metal resistente, mas o valor, o resultado daquele ouro não ficou no Brasil, nem mesmo na metrópole portuguesa. Aquele ouro, que se estima entre mil a três mil toneladas – imaginem o valor disso! –, deixou alguns anjinhos barrocos em algumas igrejas, serviu para construir alguns prédios, como o Convento de Mafra em Portugal, ajudou até a recuperar Lisboa depois do terrível terremoto, mas o resultado do ouro do Brasil foi viabilizar a industrialização da Inglaterra e transformar aquele país numa das maiores potências que a história da humanidade já teve.

O nosso ouro evaporou das nossas mãos e pousou na ilha inglesa. E nós esquecemos isso ao votar o que fazer com os recursos do pré-sal. Nós não percebemos que a maneira como autorizamos o Brasil a gastar os recursos do **royalty** é a mesma forma como os reis de Portugal utilizaram os recursos que vieram do ouro das Minas Gerais. Com a diferença de que, quando a gente analisa a história, a gente tem de reconhecer que os reis de Portugal não podem ser culpados de nada, porque naquela época ninguém sabia que o ouro ia acabar, ninguém sabia também que havia uma revolução industrial na Inglaterra. E, naquela época, a riqueza estava nas igrejas que eram feitas.

Hoje a gente sabe que o petróleo se esgotará rapidamente. Cada barril de petróleo queimado é um barril de petróleo que vai embora; é pior do que o ouro, porque este fica. E sabemos que está havendo uma revolução igual àquela que aconteceu nos séculos XVIII e XIX na Inglaterra: está acontecendo uma nova revolução industrial, que é a revolução da economia, do conhecimento.

Se Portugal tivesse, naquela época, usado o ouro do Brasil para desenvolver a indústria portuguesa, que não existia ainda – como também não existia a inglesa – aqueles grandes inventores não teriam ficado em Londres, teriam ido para Lisboa. As indústrias, que depois transformaram a Inglaterra num grande império mundial, teriam sido no território português. Os reis de Portugal não são culpados de não terem feito certo. Nós seremos culpados!

Nós, os Senadores, nesta semana aqui no Senado, ao votarmos S. Ex^a maneira irresponsável de como o **royalty** vai ser gasto, seremos, sim, culpados! E nós seremos olhados com a lente da história.

Senador Santiago, faz alguns anos eu fiz esse trabalho de olhar as Atas dos debates aqui, no Senado, relacionados à votação da Lei Áurea. Eu fui lá, publiquei um livrinho – *Dez Dias de Maio em 1888* –, porque foi em dez dias, do dia 3 de maio ao dia 13 de maio, que a Lei Áurea foi votada. Eu lá identifiquei os escravocratas do Brasil, que não tinham coragem de defender a escravidão. Eles apenas diziam: “Queremos abolir a escravidão, mas é cedo. Se fizermos isso agora, vai atrapalhar a agricultura. A mão de obra escrava, como é que vamos liberá-la?” Mas eles estavam lá, contra a lei da abolição. Daqui a 50 anos – não vai precisar de 120, como eu fiz, com a abolição –, daqui a 30, 40 anos haverá historiador descobrindo como é que foi votada aqui a lei que permitiu jogar fora – porque jogar fora é aquilo que não considera o futuro do País – os recursos do pré-sal.

E aí, eu entro no presente. Vejam como desprezamos o passado. Desprezamos o passado esperando 30 anos para começar a aprovar uma lei da verdade, uma Comissão da Verdade para apurar o que aconteceu no regime militar – 30 anos! –, e votamos aqui, sem nos lembrar do passado, o que fizemos com o ouro brasileiro. Fizemos nós, dessa comunidade luso-brasileira. Não pensamos no passado.

Agora, nesta mesma semana, o presente esteve presente. Vejam as comemorações que se estão fazendo no Brasil inteiro porque a Copa do Mundo decidiu onde vai ser cada jogo. É como se o mundo inteiro, o Brasil inteiro fosse apenas o grande espetáculo de futebol que durará três semanas – no presente, não vai ficar para o futuro muita coisa. É claro que o presente é importante, porque é a alegria de cada um de nós! É claro que é importante a cada quatro anos termos uma Copa, seja assistindo pela televisão, seja assistindo no estádio quem pode pagar pelo ingresso! É verdade que, sendo aqui no Brasil, não é preciso pagar a passagem, como muitos pagaram para a África do Sul. Mas o presente está tão presente no Brasil que a gente ignora o passado e ignora o futuro.

Por coincidência ou não, o Rio de Janeiro sofreu dois baques no presente: o baque da lei de distribuição dos **royalties**, que sacrifica o Rio de Janeiro, embora beneficie os outros Estados. E, nesse ponto, acho que é importante, porque o petróleo não pertence só ao Estado onde a natureza o colocou; o petróleo pertence a todo o Brasil, como o ar, como as águas, como as florestas. Mas, de qualquer maneira, tirou dinheiro do Rio. E, por coincidência, no dia seguinte, a escolha das sedes da Copa sacrificou o Rio de Janeiro, porque o Brasil não vai jogar lá, a não ser que chegue à finalíssima. Eu não imagino o Brasil jogando sem que o Rio de Janeiro sedie. Mas, de qualquer maneira, foi

a sorte que fez com que o Rio de Janeiro fique de fora dos jogos do Brasil na Copa, salvo se chegar até a finalíssima, porque o encerramento será lá.

Eu me pergunto até se os cariocas vão estar tão entusiasmados de assistir aos jogos dos outros times se não vão assistir aos jogos do Brasil. Mas, de qualquer maneira, este é o presente.

Eu vim falar do óbvio, que é o de que a história de um país é feita de passado, de presente e de futuro. E quero concluir, dizendo que o futuro foi ignorado naquela quarta-feira em que votamos os **royalties** do petróleo e o que fazer com eles, os **royalties** do petróleo. Até mesmo a tentativa de corrigir não foi nem levada em conta! Quando o Senador Valadares apresentou uma emenda que dizia: “Está tudo bem, o recurso vai ser gasto aí, mas vamos reservar uma parte para a educação – uma partezinha!”, diferente do projeto meu e do Senador Aloysio Nunes, que previa o uso de todo o *royalty* para educação, ciência e tecnologia, porque assim a gente constrói o futuro.

Não há outro jeito no mundo de hoje de construir o futuro a não ser educação, ciência e tecnologia. É claro que a gente precisa de saúde hoje! É claro que a gente precisa de estrada, de ponte! É claro que a gente precisa de tudo, mas o que de fato constrói o futuro é a educação das nossas crianças e o investimento em inovação, ciência e tecnologia brasileira.

Sem isso, nós estaremos fazendo o mesmo que fizemos com o ouro, 150 anos atrás, 200 anos atrás, repetindo o mesmo erro. Só que os outros não tinham nem Senado para ser consultado. Nem independentes éramos, durante uma parte do fluxo do ouro; depois, numa parte, ainda éramos.

O Senador Valadares tentou, e aqui é outra crítica que quero fazer a nós próprios. A proposta do Senador Valadares é a repetição de uma proposta que, aprovada no ano passado, foi vetada pelo Presidente Lula, um equívoco que o Presidente Lula cometeu ao vetar a emenda que era, então, não do Senador Valadares de colocar recursos para a educação.

Pois bem. Dessa vez, nem votada foi a emenda. Por quê? Porque, nesta Casa, há Senadores e Senadores, há os Senadores e os líderes. E é fundamental que cada partido tenha o seu líder, que cada líder encaminhe o voto, mas não é aceitável que vote por mim; não é aceitável que vote pelo Senador Santiago outra pessoa, outro Senador, só porque é líder. E o que a gente viu aqui? Na hora de votar as coisas, perguntava-se: “O que os líderes acham?” Os líderes levantavam a mão e pronto! Estava resolvido. Nem chance deram de votar a emenda do Senador Valadares. Não deram chance disso, porque os líderes, quando votam e fazem um acordo, o resto aqui dos Senadores não api-

ta nada, como se diz por aí. Temos que ficar quietos, calados, dizendo: “Foi aprovado”.

Que satisfação eu vou dar aos meus eleitores, ao povo brasileiro, à história do Brasil quando souberem que foi aprovado sem dizer quem votou de um lado, quem votou de outro; quem foi a favor da emenda, quem não foi a favor da emenda; quem foi a favor de que a emenda fosse votada, debatida antes, e quem foi favorável a que nem debatida fosse, o que decidiram os líderes. Esta Casa tem que acabar com essa primazia do voto de uns pelos outros. O líder é para orientar, não é para votar por nós.

E assim foi feito aqui nesta semana. Nós esquecemos o passado, nós ignoramos o futuro, nós comemoramos o presente quando ele vai bem e reclamamos quando ele vai mal, esquecendo que, quando o presente vai mal – o presente que, então, seria futuro –, é porque, no passado, o futuro foi ignorado e sacrificou o nosso presente. O presente é resultado dos acertos e erros no passado. O futuro dos nossos netos, bisnetos, dos nossos brasileiros que ainda virão será resultado do que, no presente, nós estamos decidindo. E, nesta semana, nós decidimos de maneira irresponsável em relação ao futuro.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha para colocar e deixar marcado aqui, para que os historiadores, quando analisarem esses dias do presente nesta Casa, lá no futuro, saibam que alguns pelo menos espernearam, pelo menos reclamaram, pelo menos vieram aqui dizer, até com certa tristeza, o óbvio – porque o óbvio não devia ser dito, devia apenas ser conhecido, mas é preciso dizer o óbvio no Brasil. E o óbvio é que uma nação é feita do seu passado, do seu presente e do seu futuro. E, lamentavelmente, nós estamos esquecendo rapidamente o passado, ignorando o futuro e, por isso, não dando razões para o que estamos fazendo no presente.

Fica aqui, Senador, o meu registro de que esta Nação não está tratando, através de nós líderes, com o devido cuidado nem o nosso passado nem o nosso futuro e jogando fora o nosso presente.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Cristovam, no que se refere ao pronunciamento de V. Ex^a, especialmente ao futuro do Brasil, quando V. Ex^a se volta de corpo e alma para a educação, educação esta dada às crianças, aos adolescentes, ao futuro deste País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – e Quando V. Ex^a citou esse assunto, eu me lembrei de um projeto nosso que tramita, que

infelizmente não foi aproveitado, analisando, destinando pelo menos 10% dos recursos do pré-sal para a interiorização da educação no semi-árido.

Eu tenho uma preocupação muito grande com o semi-árido brasileiro – V. Ex^a também –, porque nós identificamos com facilidade que dos 16 milhões e 200 mil brasileiros, 59%, ou seja, nove milhões estão no semi-árido, uma região desprovida de investimentos públicos, de ações públicas na proporção que ela precisa.

Quando destinava essa emenda, essa intenção ou esse desejo de fortalecer a educação básica, terminando na interiorização da universidade pública, era para que o jovem, o adolescente, o cidadão mais carente daquela região permanecesse com as oportunidades lá onde nasceu.

Eu entendo, continuo entendendo que é uma decisão extremamente correta não só do Congresso como também do Governo brasileiro no que se refere a unir forças para solucionar este e tantos outros graves problemas.

Por isso, entendo que a prioridade de V. Ex^a, apesar de tantas outras prioridades que o Brasil tem, começa pela perspectiva de futuro, que é o investimento na educação, merece, sim, ser elogiado e reconhecido por todos nós.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz. V. Ex^a dispõe do tempo que o Regimento permite.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos assistem pela TV Senado e pela Rádio Senado, esta semana, o Senado discutiu assuntos de extrema importância para o futuro do Brasil. Além da aprovação do novo modelo de distribuição dos **royalties**, da exploração petrolífera da camada pré-sal, tivemos a aprovação do nosso primeiro relatório com as estimativas de receitas para o Orçamento 2012, nesta última terça-feira, assim como a entrega do relatório preliminar do Relator-Geral do Orçamento, Deputado Arlindo Chinaglia, na quinta-feira, e hoje tivemos também a entrega do relatório preliminar do Plano Plurianual Mais Brasil – PPA 2012/2015 – por nosso Relator, Senador Walter Pinheiro, à Comissão Mista do Orçamento.

Cabe aqui uma ressalva aos Relatores Arlindo Chinaglia e Senador Walter Pinheiro, ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Senador Vital do Rêgo, meus cumprimentos pela disposição de andar pelo País fazendo audiências públicas, ouvindo a sociedade no

orçamento participativo, trazendo as informações, as demandas dos Estados, dos Municípios, da sociedade organizada e trazer para o relatório o orçamento participativo. Planejamento é o que nós precisamos para melhorar a qualidade de vida da população brasileira, fazer com que o dinheiro público seja bem investido, seja bem gasto.

Na audiência pública que tivemos em Porto Velho, colocamos a importância de termos a ferrovia chegando até a nossa capital de Rondônia, Porto Velho. Mas, ao invés de ela chegar em Porto Velho, que ela possa iniciar esta obra na nossa capital, em Porto Velho. Portanto, entendemos que é da maior importância não só para o Estado de Rondônia, mas também para os Estados vizinhos que dependem de uma ferrovia para transportar a produção agrícola, a produção industrial, mas, principalmente, a produção agrícola da região.

Vale destacar que esses temas – o orçamento e a distribuição dos **royalties** do petróleo – estão essencialmente ligados. Destacamos essa relação em nosso relatório de receitas em que a arrecadação, não administrada pela Receita Federal, como os **royalties** do petróleo, aumenta para R\$117,5 bilhões em 2012. Observamos que o mais relevante dentre essas receitas, com R\$32 bilhões ou 27,8% desse total, é composta pelas parcelas recebidas pela exploração de petróleo, gás natural, recursos minerais e hídricos, sendo que a maioria, 88%, é resultado da atividade petrolífera brasileira.

A projeção para 2012 indica aumento de R\$ 3,5 bilhões em relação a 2011. Há que se destacar que ainda não estamos trabalhando com os **royalties** da camada pré-sal, que deverão incrementar ainda mais essas receitas nos próximos anos. Esperamos que haja licitação para a exploração do pré-sal no ano que vem.

Portanto, considerando que o petróleo é um recurso da União, uma riqueza do Brasil e do povo brasileiro, nada mais justo do que usar essa riqueza para promover um desenvolvimento mais igualitário do País como um todo.

Entendemos a preocupação do Rio de Janeiro. Abro aqui um parêntese para mencionar os pronunciamentos do Senador Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro, e do nosso ex-Ministro da Fazenda, também do Rio de Janeiro. S. Ex^{as} defenderam com muita eficiência a posição do Rio de Janeiro, mas entendemos que a distribuição dos **royalties** para todo o País é um momento importante, tem de acontecer. Vai trazer uma distribuição mais justa para todo o País, sem prejuízo para o Rio de Janeiro, para o Estado do Espírito Santo. Esse é o nosso pensamento. É assim que nós votamos esta semana com relação aos **royalties** do petróleo.

Portanto, considerando que o petróleo é em recurso da União, uma riqueza do Brasil e do povo bra-

sileiro, o foco de meu pronunciamento de hoje é a agricultura brasileira e o esforço do Congresso Nacional para aprovar o Código Florestal.

Nessa quinta-feira, tivemos a última audiência pública realizada em conjunto pelas comissões de Agricultura, de Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia para discutir o Código Florestal.

O Senador Luiz Henrique, relator da matéria na Comissão de Agricultura, anunciou que apresentará seu relatório na próxima terça, dia 25, e deveremos votar, na sequência, esse parecer tão importante. Luiz Henrique tem uma dedicação muito grande. Quero aqui cumprimentá-lo pelo seu empenho, pela sua dedicação, pela sua determinação de ouvir também toda a sociedade brasileira em várias audiências públicas realizadas aqui no Senado, fora do Senado, em outros Estados; de ouvir a necessidade de agricultores, de ruralistas, de ambientalistas, da sociedade em geral, pois o Código Florestal brasileiro não é um código para ruralistas ou para ambientalistas ou para agricultores, mas o Código Florestal brasileiro é para a população brasileira. Portanto, todos nós dependemos desse código. E quero ressaltar mais uma vez o empenho do Senador Luiz Henrique – que faz um código equilibrado – junto com o Senador Jorge Viana, junto com a equipe técnica do Senado, junto com o Ministério da Agricultura, junto com os técnicos do Ministério do Meio Ambiente. Eles fazem um Código Florestal com o intuito de ter um Brasil produzindo e conservando, sem separar os produtores rurais daqueles que não são produtores rurais. A população brasileira depende de um ambiente bom para viver e também depende de alimentos; e também o agronegócio, para continuar sempre aumentando o superávit da balança comercial, pelo qual é responsável no Brasil.

O debate sobre a reforma do Código Florestal já se arrasta há mais de 12 anos aqui no Congresso Nacional. Após a aprovação do PLC 30 na Câmara dos Deputados, em maio deste ano, intensificamos as discussões aqui no Senado, ouvindo todos os setores. Percorremos o Brasil promovendo audiências públicas e conhecemos de perto a realidade ambiental, social e da agricultura no nosso País.

Iniciamos as audiências públicas aqui no Senado no dia 29 de março, sem antes o PLC 30 chegar aqui, no intuito de colocar toda a sociedade para dar a sua opinião, dar a sua sugestão e contribuir para que os nossos Senadores tenham total tranquilidade e segurança na hora de votar o novo Código Florestal.

Na última audiência, ouvimos os representantes dos legislativos estaduais, quando discutimos as especificidades de cada bioma e de cada Estado da Federação deste nosso grande Brasil. A padronização

de normas ambientais e as obrigações fixadas de forma geral para os Estados da região Amazônica, pelo PLC nº 30, de 2011, foram os aspectos mais criticados.

No que diz respeito à Amazônica Legal e ao meu Estado de Rondônia defendemos um tratamento diferenciado, pois a Amazônia Legal ocupa 60% do território brasileiro, sendo que 76% de sua área é ocupada por terras públicas, formadas por unidades de conservação, terras indígenas e florestas preservadas, e apenas 24% são imóveis privados.

Por conta das mudanças feitas, por meio de decreto, no corpo florestal, os proprietários de imóveis rurais em toda a Amazônia Legal só podem usar hoje 20% de suas terras para produzir. Esse percentual, no passado, era de 75%, depois passou para 50% e hoje estamos apenas com 20% para utilização do solo. E não há nenhum estudo científico que aponte por que antigamente eram 75%, depois passou para 50% e hoje são 20%. Não há nenhum destaque, não há um estudo que nos mostre por que, numa área tão grande, devemos ter uma lei única que abranja toda a Amazônia, que é, nada mais nada menos, 60% da área territorial brasileira.

Diante dessa diversidade, se faz necessária uma abordagem diferenciada para cada Estado, no que diz respeito ao uso do solo e das nossas florestas. A maioria dos Estados da Amazônia já possui estudos para identificar áreas adequadas para o uso alternativo do solo e para o desenvolvimento das cadeias produtivas.

Portanto, entendemos que o zoneamento ecológico e econômico estadual é o instrumento apropriado para a definição da aptidão agrícola e o correto uso do solo e das florestas brasileiras.

Apresentamos uma proposta de emenda ao Código Florestal para que as questões referentes à reserva legal da Amazônia sejam submetidas ao zoneamento ecológico e econômico de cada Estado e passe a integrar os programas de regularização ambiental.

Com essa importante ferramenta de gestão territorial, os Estados da Amazônia poderão organizar a ocupação e o uso do solo, diminuindo a pressão sobre a floresta, evidenciando os potenciais e as fragilidades de cada Estado da Amazônia.

É importante destacar que o zoneamento não serve apenas para resolver problemas do passado, de áreas consolidadas, mas também é uma ferramenta de planejamento e gestão territorial, atendendo aos levantamentos científicos *in loco*, através de metodologias unificadas, com critérios científicos, baseados nas características e realidades sociais e ambientais de cada Estado de nossa tão querida Amazônia.

O zoneamento serve para harmonizar as relações e as demandas econômicas, sociais, ambientais, vin-

culando as decisões a planos, programas e projetos atualizados a cada cinco anos. Portanto, é uma ferramenta de planejamento estratégico e gestão territorial em constante desenvolvimento.

Dessa forma, a Amazônia, além de se transformar no motor de desenvolvimento do País, como destacou muito bem uma reportagem especial no último domingo o jornal **Folha de S.Paulo**, tendo ferramentas apropriadas para a gestão territorial, com toda a sua riqueza e diversidade, a Amazônia também saberá proteger suas florestas, fazer uso apropriado de seu solo e de suas riquezas, além de oferecer qualidade de vida para os 25 milhões de amazônidas.

A reportagem da **Folha** aponta investimentos da ordem de R\$212 bilhões até 2020 dos nove Estados da Amazônia legal, em usinas hidroelétricas, ferrovias, hidrovias, rodovias e obras de infraestrutura voltadas para a produção agrícola e industrial.

O setor elétrico é a força motriz desse novo ciclo de desenvolvimento da região, que responderá, até 2020, por 45% de aumento da oferta de energia para todo o nosso País.

Mas o grande sustentáculo da economia regional no futuro, principalmente em Rondônia, no Mato Grosso, no Tocantins, no Pará e no Maranhão será a agricultura. Esta região será o grande celeiro do mundo, com uma produção agrícola diversificada e também com as nossas florestas em pé, reunindo estrutura e todos os modais para se transformar no centro logístico de escoamento da produção agrícola para os demais Estados do País, bem como para a exportação.

Por conta dessa visão de futuro, desse planejamento estratégico do Governo Federal para a Amazônia Legal, é que o anúncio de investimentos na agricultura familiar de Rondônia, feitos na última quinta-feira, em Porto Velho, pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, reveste-se de importância ainda maior.

Estivemos com o Ministro Afonso e o Governador Confúcio Moura no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012 em nosso Estado, Rondônia. O Ministro anunciou a liberação de R\$470 milhões para investimentos e custeio da safra da agricultura familiar em Rondônia. Este valor é o dobro de recursos em relação ao disponibilizado no ano passado para a agricultura familiar em nosso Estado.

Porém, o mais importante é que esses recursos estão acompanhados de investimentos em assistência técnica, inovação tecnológica e fomento ao cooperativismo e às ações de integração das políticas públicas e das cadeias produtivas. O MDA destinará R\$1,5 milhão para ações de Assistência Técnica e Extensão Rural nesta safra. Esses recursos vão permitir a ampliação

de serviços de acesso a tecnologias de gestão, de organização produtiva e de manejo do solo e do plantio.

Muito mais do que oferecer as ferramentas de trabalho e crédito, vamos fomentar o planejamento e a organização dos agricultores por meio de assistência técnica, o que é fundamental para o desenvolvimento de nossa agricultura.

É isso que buscamos para Rondônia, um modelo de desenvolvimento socioambiental fundamentado na cooperação, que contemple as necessidades das comunidades tradicionais, dos agricultores, dos industriais, comerciantes e empreendedores de todos os cantos do País que escolhem o nosso Estado para morar e ali desenvolver suas atividades produtivas.

Mas faço um destaque muito importante no meu entendimento: o alinhamento das ações do Governo Federal com as ações do governo estadual. É o pensamento do nosso Governador Confúcio Moura alinhado com o pensamento da nossa Presidenta Dilma. Através do Ministro Afonso, estamos avançando neste caminho, fazendo ações conjuntas, somando ações do governo do Estado com as ações do Governo Federal. É isso que a população espera, evidentemente com o apoio da bancada federal, Senadores e também Deputados Federais. Isso já acontece e fortalece cada vez mais o desenvolvimento do nosso Estado de Rondônia.

Por isso, a importância do novo Código Florestal para o País, em especial para o nosso Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, eram essas as minhas colocações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Acir.

Quero inclusive registrar aqui a importância e o importante trabalho que V. Ex^a desenvolveu à frente do Comitê de Receitas. Eu diria, Senador Acir, que o resultado daquele trabalho é o de orientador tanto para a peça orçamentária, e entregamos o relatório preliminar, com o nosso relator geral Arlindo Chinaglia, no dia de ontem, quanto para o relatório preliminar do PPA, que acabamos de entregar na Comissão de Orçamento, até porque essa estimativa reordena outros parâmetros da macroeconomia: inflação, previsão do PIB, variação cambial, portanto, valor da moeda dólar. Essas perspectivas todas, esses índices vão nortear o relatório que aprovaremos aqui provavelmente até meados de dezembro e entregaremos à Nação.

Agradeço aqui, em meu nome, em nome com certeza do Senador Vital do Rêgo, do próprio Arlindo Chinaglia, a boa e grande contribuição que V. Ex^a nos deu nesse momento de preparação tanto do PPA quanto do orçamento e a boa acolhida que tivemos na cidade de Porto Velho, que foi uma das 11 cidades

em que realizamos as audiências públicas. Como já anunciamos, entregamos o relatório hoje, mas já abrimos, desde ontem, as rodadas de audiências internas com participação das comissões das duas Casas e com os Ministérios, para a gente fechar o período de emendamento de conteúdo. Provavelmente, isso deve ser aberto depois do dia 27. A expectativa nossa, no calendário, é que de 27 de outubro até 9 de novembro seja o prazo para que as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares, para que a iniciativa popular possa apresentar emendas ao PPA e ao Orçamento Geral da União.

Então, quero aqui, além de parabenizar V. Ex^a pelo excelente trabalho desenvolvido, agradecer a V. Ex^a pela contribuição. Não seria diferente, não poderia esperar outra coisa senão essa qualidade de trabalho que foi apresentado por V. Ex^a à Comissão de Orçamento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Pinheiro.

A contribuição de V. Ex^a, juntamente com o Senador Vital do Rêgo e o Deputado Arlindo Chinaglia, nos ajudou bastante na condução desse trabalho. Coloquei por várias vezes, e faço questão de colocar mais uma vez, que o PPA é a peça mais importante para o desenvolvimento do nosso País. Estamos falando de planejamento, do futuro do nosso Brasil, dos próximos quatro anos, e V. Ex^a tem uma missão muito importante e está desempenhando com magnitude exemplar. Tenho certeza de que fará um PPA de acordo com a necessidade da população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Acir.

Com a palavra o Senador Wilson Santiago, da nossa querida Paraíba.

Estivemos lá, Senador Wilson Santiago. V. Ex^a participou conosco daquela caminhada. Foi a primeira cidade João Pessoa, na Paraíba, a abrigar esse ciclo de debates sobre o orçamento e o plano plurianual. Portanto, a direção para o País começou exatamente na cidade de João Pessoa, na Paraíba. Depois fizemos em Salvador e nas outras nove cidades, fechando, assim, um ciclo de debates e audiências públicas auscultando e permitindo a participação da sociedade civil e de cada Casa para nos ajudar aqui a construir um bom orçamento e um bom PPA.

Com a palavra o Senador Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Parabéns, Senador Walter Pinheiro.

V. Ex^a, de fato, não só na Paraíba, na audiência que lá esteve, como também nesta Casa e na Câmara dos Deputados, em todos os momentos, em todas as oportunidades que V. Ex^a de fato teve para expor seu pensamento, V. Ex^a sempre defendeu os menores, os pequenos, aqueles que de fato precisam da ajuda não só do Governo, como também das pessoas de bem deste País. Parabéns a V. Ex^a!

Sr. Presidente Senador Walter Pinheiro, Sr^{as}. e Srs. Senadores, profissionais da imprensa, demais senhores e senhoras, há muito tempo, Rui Barbosa, esse grande homem público que conhecemos pela própria história, em discursos nesta Casa entre 1890 e 1921, afirmava que “Acima de todas as garantias de estabilidade e de ordem deste mundo está o senso moral, inato, profundo, resistente dos indivíduos e, no sentido geral, das populações. Essa é a garantia suprema de todas as leis; é o alicerce mais rígido de todas as instituições; é o cimento mais poderoso da ordem social.”

Estamos vivendo, Senador Walter Pinheiro, uma crise mundial que atinge economicamente todo o planeta. O Brasil vem despontando mundialmente pela sua política econômica, que tem evitado maiores contratempos para sua população, especificamente os mais humildes deste País.

Vimos observando que a Presidenta Dilma tem lutado para que nosso País mantenha esta sua situação vantajosa que adquiriu ao longo dos anos.

Para que possamos manter a qualidade de vida de todos os brasileiros, será necessária uma política séria de contenção e fiscalização nas contas públicas e nas ações do próprio Governo e de todos os seus governantes.

Necessitaremos mostrar ao mundo que o Brasil não apenas luta por uma economia equilibrada, com justiça social, mas que é um País que combate com veemência atitudes espúrias de seus administradores, e que o bem público será zelado como prioridade.

Movimentos contra a corrupção despontam em todas as capitais brasileiras. Todos os convocados, Senador Walter Pinheiro, pelas redes sociais ou pelos meios de imprensa locais e nacionais, todos apóiam as decisões não só do Governo e de todos aqueles que lutam pela própria moralidade e zelo pela coisa pública. Esse anseio pode ser observado em todos os locais, no coração e, digo até, no senso de todos os brasileiros.

Temos movimentos – muitos deles –, como o da Lei Ficha Limpa, que foi aprovada graças à mobilização de milhões de brasileiros e se tornou um marco

fundamental para a democracia e a luta contra a impunidade e, especificamente, a própria corrupção no País. A importância de que a Lei permaneça viva e em seu pleno vigor é o que vem movimentando um número cada vez maior de manifestantes espalhados em todo o Brasil. Não podemos permitir que a Lei, Senador Walter Pinheiro, continue ameaçada, restando à população brasileira uma verdadeira sensação de impunidade. Se isso não ocorrer, nós vivemos, como estamos vivendo, uma sensação de impunidade.

Com efeito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é possível que o Brasil continue assistindo ao sucesso de muitos, políticos ou não, que, apesar dos danos causados ao patrimônio do povo, tenham acesso ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo, investidos, digo até, de representantes do povo, mesmo sabendo o povo do prejuízo e, além de tudo, do desejo que, de fato, o patrimônio público não gostaria.

Por conta disto, apesar da suspensão temporal, esgotada no último dia 4 de junho de 2011, a lei da moralidade, conhecida como Lei da Ficha Limpa, é preciso que mantenha a vigência a partir desta data, como defendem as principais entidades democráticas deste País em nome do povo brasileiro.

O governo federal, bem como diversas outras autoridades, inclusive do Poder Judiciário especificamente, já demonstrou sua forte vontade de ver a grandeza do Brasil, não só no espaço territorial e na economia, mas também na honradez e na hombridade dos seus representantes.

Nós, homens públicos e cidadãos brasileiros, não podemos, de forma alguma, Senador Walter Pinheiro, permitir que nosso País seja conhecido como um País de impunidades, um País de intranquilidade, um País em que os seus representantes não representem o pensamento e o desejo da maioria da população.

A Presidenta Dilma, através do Governo, com sua fibra, com seus ideais e com sua responsabilidade de representante da maior instituição brasileira, posiciona-se pela ordem social, posiciona-se pelo bem público, posiciona-se a favor do povo brasileiro, da mesma forma que pensa e que quer a sua população.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, levantemos o estandarte da moralidade e honradez, unamo-nos pela luta contra aqueles que devastam, que destroem e que pregam exemplos péssimos para o povo brasileiro, defendendo sim o que, de fato, o povo brasileiro mereça. O povo não quer nos quadros da Administração Pública e muito menos na sua representação, no Congresso Nacional ou em qualquer parte deste País, homens que tenham, de fato, no passado, dado exemplos que denigrem a imagem do povo brasileiro

e que fazem com que o povo brasileiro não sinta falta da sua própria ausência.

É nessa linha, meu caro Presidente Walter Pinheiro, que ocupo esta tribuna no dia de hoje, para falar como iniciou Rui Barbosa, até 1921, há quase cem anos, quando defendeu a honradez, defendeu a dignidade daqueles que procuram fazer o melhor em favor da sua população.

Não vamos prejudicar o futuro do Brasil com aquilo que, de fato, atende as necessidades da sua maioria, que são as decisões, os exemplos e, além de tudo, o respeito ao patrimônio público.

Muito obrigado a V. Ex^a. Senador Walter Pereira, como colega que fomos na Câmara dos Deputados durante vários anos, acompanhei de perto a luta de V. Ex^a na defesa dos menores, dos pequenos, começando da população até os próprios Estados e Municípios, dizendo que ali estava, não só como representante da Bahia, mas como representante do Brasil. E sendo representante do Brasil, a sua honradez e a sua dignidade lhe encaminhavam no rumo de fazer aquilo que a maioria do povo brasileiro queria. E o que a maioria desse povo quer, de fato, é a dignidade e o respeito ao patrimônio público, ao patrimônio nacional.

Então, agradeço a V. Ex^a. Com certeza V. Ex^a falará daqui a pouco e levará ao conhecimento do Brasil aquilo que todos os brasileiros esperam, não só de V. Ex^a como também de todos nós: dignidade e respeito à coisa pública.

Muito obrigado a V. Ex^a pela tolerância e pelo comando da Mesa. E irei retornar para que, de fato, V. Ex^a mostre aquilo que sempre mostrou ao povo brasileiro e, em especial, ao povo baiano, em nome da dignidade, da solidariedade e do respeito a todos.

Muito obrigado a V. Ex^a e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Wilson Santiago.

É importante esse chamamento que V. Ex^a faz acerca principalmente do cumprimento de normas fundamentais para o funcionamento da vida pública nessa linha de correção. Então, é fundamental isso. E não é a toa que o esforço feito, ao longo dos anos, nesta Casa, e particularmente nós que atuamos juntos ali na Câmara dos Deputados, uma das maiores bandeiras empreendidas por nós ali, no ano de 1999, no período também seguinte, quando o nosso hoje colega do Senado, mas, na época, presidente da Câmara dos Deputados, Senador Aécio Neves, abrimos toda uma seara de aprovação de matérias que incluíam o fim da impunidade, com aquela história da imunidade parlamentar. Recordo-me inclusive, até usando dados expressivos oriundos da nossa região, que era a questão da imunidade parlamentar ser confundida com

impunidade, os aspectos inclusive de determinadas ações de parlamentares que, em cometendo crimes, eram acobertados pela chamada imunidade.

Fomos nós, foi aquela Legislatura que produziu, inclusive, alterações na legislação para que essa questão fosse tratada efetivamente como imunidade para palavra, opinião e voto. Portanto, resguardando isso, assim como bandeiras importantes, como a Lei da Ficha Limpa, o grande debate que ainda se faz nas duas Casas sobre a aprovação de matérias, eliminando toda e qualquer possibilidade da continuidade de voto secreto. Nosso voto tem que ser aberto. V. Ex^a toca num ponto fundamental do cumprimento, principalmente da Lei da Ficha Limpa, para que a gente tenha a possibilidade de dizer ao País que o que estamos fazendo aqui é a partir, inclusive, de duas coisas que acontecem na sociedade lá fora. Isso não pode ser tratado como uma coisa de passagem, ou como um julgamento de casuísmos a aplicação de determinadas regras a partir de interesses pontuais.

V. Ex^a está de parabéns, é um homem que teve sua vida sempre lastreada nesse caminho da verdade, da firmeza. Ainda que atuemos como Parlamentares de um Estado, o correto é que atuemos como Parlamentares que fazem a defesa dos interesses de uma nação. É óbvio que temos que localizar isso desde a referência do Município.

Costumo sempre dizer, Senador Wilson Santiago, que é no Município que as coisas acontecem.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Portanto, é de lá para cá que a gente vai construindo essa nossa nação.

Parabéns, Senador.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro. Agradeço muito a interferência e as palavras de V. Ex^a, porque enriquecem não só o nosso posicionamento, como também o desejo da grande maioria do povo brasileiro.

V. Ex^a ontem assistia aqui discurso, inclusive, do Presidente José Sarney, sobre a preocupação com a segurança e com a impunidade neste País. Então, logo após as decisões e os fatos que incomodam a sociedade brasileira no que se refere ao caminho da impunidade, ficamos com uma sensação de que não existe lei, uma sensação de que não existem cumprimentos, uma sensação de que o pensamento dos legisladores de fato não representa o mesmo pensamento de muitos. Até julgam, muitos daqueles até colocam em prática o resultado de tudo aquilo que é aprovado no Congresso Nacional.

Por isso, precisamos levantar a voz não só em solidariedade à população brasileira, quando direciona o seu posicionamento em favor do mínimo, que é o dever e a obrigação de qualquer um dos representantes do povo que esteja na missão do cargo, ocupando cargo ou não. Mas, a partir do instante em que se tem a oportunidade de usufruir ou de determinar ou de dar rumo à coisa pública, no mínimo, tem-se que respeitar, porque aquilo é um patrimônio do povo e, nesse sentido, merece ser honrado, respeitado e prestado conta.

É nessa linha que chamo a atenção, e tenho certeza de que, agindo assim, estou em comum acordo com o pensamento de milhões, digo até de quase 190 milhões de brasileiros que pensam da mesma forma, já que, por conta das destruições, dos desvios e, além de tudo, do desrespeito à coisa pública, é que, de fato, o Brasil ainda não alcançou aquilo com que todos, o povo brasileiro, sonhamos: melhores salários, melhor segurança pública, melhor saúde, melhor educação, tudo; aquilo com que sonhamos e que, se Deus quiser, durante ainda nossas vidas, teremos condições não só de usufruir, como também de testemunhar.

Muito obrigado a V. Ex^a. Vamos ouvir V. Ex^a, que, tenho certeza, trará muito em favor da Bahia e, especialmente, em favor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Wilson Santiago, a quem passo, neste exato momento, a condução dos trabalhos nesta manhã.

O Sr. Walter Pinheiro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador baiano Walter Pinheiro.

V. Ex^a dispõe do tempo suficiente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Wilson Santiago, senhoras e senhores, nossos telespectadores da TV Senado, quero, muito rapidamente, Senador Wilson Santiago, depois de ter entregue na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional o nosso relatório preliminar do Plano Plurianual, portanto matéria orientadora para os próximos quatro anos, aqui falar um pouco sobre a importância das ações em cada Estado.

Na manhã de hoje, quero realçar o importante trabalho desenvolvido na Bahia na tentativa de reestruturar aquele Estado para abrigar um nível cada vez maior de desenvolvimento econômico para atender a nossa população.

Amanhã, por exemplo, estaremos com o Governador em exercício, o Secretário de Infraestrutura Otto

Alencar, que é o nosso Vice-Governador. Estaremos ali entregando um trecho da obra da BR-415, que compreende o trecho entre Ibicarai e Itabuna.

Nessa mesma região, houve, na semana passada, uma apresentação para a população e, ao mesmo tempo, um debate que se completará, no dia 29, com uma audiência pública sobre as questões ambientais. A apresentação do projeto Porto Sul, além de ter sido feita lá na região com duas outras edições de apresentação, foi consagrada tanto para os jornalistas, a mídia, ou seja, a imprensa de um modo geral, como para as Sr^{as} e os Srs. Deputados.

O planejamento do Porto Sul, meu caro Wilson Santiago, que hoje vai ficar ali naquela região de Ilhéus, numa localidade conhecida como Aritaguá, é de origem, inclusive, do período de Juscelino Kubitschek, que fez, ali na região, o porto Brasília, como assim chamava o Presidente Juscelino, na década de 60.

O projeto previa, desde aquela época também, de forma já ousada, a construção de uma ferrovia apresentada pelo ex-Deputado Vasco Neto, mineiro de nascença, mas baiano por adoção, figura que tanto eu como a Senadora Lídice e o Senador João Durval tivemos a oportunidade de homenagear nesta Casa, batizando a ferrovia Oeste-Leste com o seu nome. Mas, na década de 60, o Vasco Neto já apontava a necessidade de a ferrovia sair desse porto, chamado porto de Campinho ou porto Brasília, como os brasilienses já chamavam naquela época. Sairá dali até Figueirópolis, no Tocantins, a nossa ferrovia Oeste-Leste, mas o projeto de Vasco era muito mais ousado. É o projeto que o Governo Federal encampou agora; aliás, duplamente encampado.

De Campinho até o oeste brasileiro era inclusive o projeto original. O Governo está fazendo agora de Ilhéus até Figueirópolis, no Tocantins, mas a base mais ousada do planejamento para aquela região e para o oeste brasileiro é a ferrovia que servirá também para o norte do País.

Essa discussão nós fizemos lá, com o Senador Acir, no Estado de Rondônia, com o Senador Jorge Viana e o Senador Aníbal Diniz, na cidade de Rio Branco – fizemos com o Acir em Porto Velho e com os outros dois Senadores na cidade de Rio Branco –, que é a ferrovia Transcontinental. O projeto ousado é tirar a ferrovia do Atlântico ao Pacífico, a ferrovia que foi pensada na década de 60. O traçado é quase o mesmo.

Eu fico a imaginar a ousadia de Vasco Neto, a coragem e o desprendimento, o pensamento grande planejando adiante, tendo apontado esse traçado sem ter usado um GPS. Não tinha GPS. Agora é fácil para a gente. A gente pega aqui, como brincam alguns Senadores, no Dr. Google. Eu entro ali, ali viajo, faço as

minhas projeções. Na realidade, Vasco Neto fez a partir de uma compreensão técnica, sem ter a oportunidade de visualizar isso sentado diante de um computador.

O trecho de Ilhéus até Figueirópolis está em obras, é o Oeste-Leste. O Governo está discutindo agora, e nós teremos que trabalhar isso no PPA, esse trecho do Centro-Oeste brasileiro até o Pacífico. A ideia é que nós cheguemos até Porto Bayóvar, no Peru. E aí nós vamos ter a ligação do Atlântico ao Pacífico pela ferrovia. Então é importante essa reestruturação para permitir o desenvolvimento de todas as regiões do Brasil.

No dia de amanhã, vamos entregar mais um trecho nessa região, a 415. Nessa BR-415, também teremos oportunidade de trabalhar a duplicação da ligação entre Itabuna e Ilhéus. Ela é preponderante para o veio de turismo, para essa relação com o novo porto e, ao mesmo tempo, em conjunto com a BR-251, para dar a oportunidade de estabelecer ligações daquela região sul, da ferrovia do Porto Sul com o norte de Minas, criando novos corredores para o escoamento da produção.

A Bahia, com essas obras importantes, vai ampliando a capacidade de interiorizar as ferramentas para o desenvolvimento, quebrando essa lógica de que tudo só acontece na capital ou na região metropolitana. Neste exato momento, o Governador da Bahia está na França, participando do Salão do Chocolate, um importante evento que, por decisão de sua comissão organizadora, tem também feito realizações desse evento em outras cidades pelo mundo afora, como Nova Iorque e Paris, apontou a realização do Salão do Chocolate no Estado da Bahia no ano de 2012. Portanto, para essa mesma região sul de que estou falando aqui, da 415, do Porto Sul, da chegada da ferrovia no Porto Sul, região que nós estamos trabalhando para atitudes concretas no que diz respeito à melhoria, à recuperação e à prática de verticalização da lavoura do cacau; é importante isso.

Nessa mesma cidade de Ibicaraí, a que nós vamos amanhã para entregar esse trecho da rodovia 415, nós também entregamos, ainda no ano passado, uma unidade com agricultura familiar, uma unidade de fabricação de chocolates exatamente para se relacionar com o pequeno produtor de cacau, para que tenha a oportunidade de verticalizar a sua produção. Portanto, são elementos fundamentais que nós vamos aplicando em cada canto dessa nossa Bahia para permitir o desenvolvimento local.

Fizemos isso, Senador Wilson Santiago, a partir do PPA que nós produzimos na Bahia de 2008 a 2011, um PPA que nós auscultamos com a participação de aproximadamente 42 mil pessoas nas audiências públicas por todo o Estado da Bahia. Então, é importante

trazer aqui esse registro para identificarmos quais os caminhos podem-nos levar a uma verdadeira reestruturação para desenvolvimento local.

E quero concluir com um tema. Eu teria uma reunião hoje à tarde no Estado da Bahia. Não foi possível me deslocar por conta do horário, porque perdi o voo a partir da entrega do relatório do PPA e transferi essa reunião para esta noite – devo chegar a Salvador por volta das 19h, onde nós estamos discutindo, em caráter nacional, a constituição de centros de emergência. Fiz esse debate na Comissão de Ciência e Tecnologia. Apresentamos a modelagem ao Governo Federal. Conversei com o Ministro Aloizio, conversei com o Ministro Fernando Bezerra, tenho conversado com a estrutura do planejamento. Na Bahia, nós já apresentamos uma modelagem. É a essa reunião que vou dar continuidade de hoje à noite lá no meu Estado.

A ideia é que nós tenhamos um único centro de emergência. Aliás, quero registrar aqui que eu e o Senador Cyro Miranda, do Estado de Goiás, vamos visitar, nos dias 16 e 17, experiências de centros de emergência para que a gente possa, cada vez mais, incentivá-los não só colocando emendas no PPA, mas discutindo com o Governo para que essa política seja adotada no País. De nada adianta construir centros para uma espécie de estudo de alterações climáticas ou para usá-los pura e simplesmente para evitar desastres, catástrofes ou coisas do gênero provocadas pela ação da natureza. É importante tê-los – e é isso que tenho conversado com o Senador Aloizio Mercadante. Queremos fazer esses centros. Mas é importante que nesses centros tenhamos esse estudo das alterações climáticas, o processo de consolidação de ações de defesa civil e também serviços de polícia, bombeiro, polícia civil, polícia de trânsito, polícia rodoviária, Samu, ambulâncias que se deslocam sem nenhum tipo de ajuste, controle e monitoração, serviços de regulação. São ações efetivas de defesa civil.

O Brasil não tem uma cultura de defesa civil. A gente fica perplexo quando se depara com situações como as que ocorreram em Santa Catarina, como a que ocorreu na região serrana do Rio. Pergunto-me: já imaginaram como seria se ocorresse um evento como esses na região onde está localizada a usina nuclear e experimentássemos o que os japoneses experimentaram em Fukushima? Quais seriam as nossas ações de defesa civil?

Até posso afirmar aqui, categoricamente, por nossos técnicos, por nossa estrutura nuclear, que conhecemos todas as naturezas, todos os indícios, todos os caminhos e os riscos da questão nuclear, mas não conheço quais são as condições que nós temos para um processo de atuação enquanto defesa civil quando

esses riscos se apresentarem e quando esses riscos se tornarem concretos. Então, isso vale para essa situação, como vale para a que eu citei aqui.

O que ocorreu na região serrana, ali no Rio de Janeiro? Todo mundo voltou para o mesmo lugar. E não adianta cobrar das pessoas que elas ocupem outros lugares. Elas têm que voltar para aquele lugar. O correto é que nós tenhamos política de infraestrutura para não ficarmos só na ação emergencial.

Então, é importante um centro de monitoração. O Brasil vai ter que fazer aqui diversos centros de monitoração para atender a exigências da Fifa para a Copa. Por que nas doze cidades eu vou montar um minicentro para resolver só o problema de quem vai assistir ao jogo?

Aliás, Salvador, depois da mudança, depois da definição do calendário dos jogos, vai recepcionar seis jogos. E aí? Eu vou montar um centro só para atender aos seis jogos? Depois eu tenho seiscentas mil pessoas em Salvador diariamente se locomovendo, andando daqui para ali, para acolá. Então, o sistema de transporte, monitoração, serviço deve ser dedicado aos quase três milhões de soteropolitanos que vivem na cidade do Salvador, e não a seis dias de seis jogos. Seis dias com seis jogos nós já fazemos, Senador Wilson Santiago. Bahia e Vitória, quando jogam num estádio, lotam. E fazem isso a vida inteira. Então, nós temos isso. Nunca deu problema nenhum.

A Copa tem que ser vista como um legado, e não como um fim em si mesma. Quero fazer algo que possa ser utilizado nesses seis jogos em Salvador, mas que eu continue utilizando a vida inteira, para o jogo do dia a dia na vida das nossas cidades.

É por isso que estamos insistindo na construção desse centro de emergência. Nós poderíamos começar pelas doze cidades. Nós temos obrigações para isso? Então vamos começar por elas. Depois, estenderemos isso para as outras cidades brasileiras.

Mas a proposta nossa, inclusive, é mais ousada. Ainda que se instalando nas capitais, que esses centros possam atender aos Estados todos. Assim funciona. Não estou falando de nada que não exista. Não estou inventando a roda, ou reinventando a roda, nem estou falando de nada mirabolante. Quem quiser que se dirija para a cidade de Madri, e vai encontrar um centro de emergência que atende à região toda; quem quiser que se dirija ao centro de emergência que utilizam os franceses, ao centro de emergência que utilizam os americanos. Em todos esses lugares, inclusive além da agregação de serviços num único lugar, o cidadão se dirige ao centro de emergência por um único número, Senador Wilson Santiago.

Tenho feito provocações, como fiz esta semana na Comissão de Ciência e Tecnologia, quando discutimos a questão dos centros de análise e controle das alterações climáticas etc. Eu perguntei aos Senadores: digam-me rapidinho, sem consultar o Google no celular, qual é o número da ambulância, qual é o número da Polícia, qual é o número do Bombeiro, qual é o número da Defesa Civil, qual é o número do sistema de transporte, qual é o número da Polícia Rodoviária Federal, qual é o número da Polícia Rodoviária estadual. Digam-me aí, sem consultar o Google, de cabeça. Nós somos obrigados a um processo de decoreba – é assim que se chamava na época da escola. Não pode ser decoreba, mas é assim, temos que decorar esses números todos. E alguém disse: “Mas isso é bobagem, a gente registra no celular”. Ah, está certo, no momento em que eu me deparar com um problema eu tenho que, ligeiro, consultar, não sei o quê, não sei de cabeça, não tem como... Por que a gente não pode ter um único número para isso? A Europa utiliza o 112, os americanos utilizam o 911. Eu estou discutindo isso com a Anatel. É importante.

O Rio de Janeiro fez um centro municipal agora, portanto, quem não quiser ir visitar lá fora, dê um pulinho ali no Rio para ver, tem um centro, um ótimo centro de emergência. Ainda não é um centro com todas as emergências, porque foi feito pelo Município do Rio. É importante, e eu tenho provocado aqui o Senador Lindbergh, assim como conversei também com o Senador Dornelles e o Senador Crivella, para que a gente possa aproveitar aquela experiência do Rio e alargar as tendas daquela barraca, ampliá-la, para transformar num grande centro, que incorpore as questões como Polícia, Bombeiro, saúde. Hoje faz já parte da monitoração do trânsito, do serviço de transporte e com um número único. O Rio de Janeiro procurou a Anatel e escolheu um número que, no sistema de mensagens, é um número que todo mundo usa, um número próprio para a cidade do Rio de Janeiro. Esse é o número do telefone do centro do Rio.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, Governo, não estou falando de nada mirabolante, Senador Santiago, é algo que tem a ver com a necessidade dos serviços, algo que funciona bem ali.

Eu só estou querendo aproveitar a oportunidade, a janela da Copa do Mundo para a gente adotar essa medida como uma medida de eficiência, a consolidação desse centro. Fizemos a modelagem para o caso da Bahia. Tenho buscado fazer essa pressão junto ao Governo Federal. As operadoras, na minha opinião, têm obrigações com a construção desse centro, até porque todo o serviço telefônico vai ser operado por elas. Aliás, são as mesmas operadoras, Senador Wilson Santiago,

que estão em Paris, que estão nos Estados Unidos, que estão em Madri, que estão aqui, ali e acolá. São os mesmos, ou alguém esqueceu que os operadores nessa área são hoje, na realidade, *players* mundiais? São empresas, na realidade, transnacionais.

Portanto, não há nenhum absurdo. Quero aqui, mais uma vez, dizer que teremos oportunidades na discussão dessa matéria de várias formas: nos debates sobre a estruturação das cidades para a Copa, nos debates sobre a política de defesa civil – e essa política, inclusive, encontra-se em debate nesta Casa. Por isso, fiz questão de conclamar o Senador Rodrigo Rollemberg para que não votássemos essa matéria lá na Comissão de Ciência e Tecnologia, na quarta-feira próxima passada, para que a gente pudesse ajustar a esse projeto todas essas coisas, para que pudéssemos agregar isso a esse projeto e tratar, com esse projeto, da consolidação de um verdadeiro centro de emergência, e não só um centro que cuide de alterações climáticas ou um centro que cuide pontualmente de um atendimento aqui, ali e acolá.

Na quarta-feira, ainda, eu estive com o Ministro Fernando Bezerra – aliás, debate que V. Ex^a, nesta ou na semana passada, se não me falha a memória, estava fazendo com o mesmo Ministério: o atendimento aos nossos Municípios que convivem com a seca. Agora, a longa estiagem tem provocado problemas sérios, como a questão do abastecimento de água, a produção de alimentos, enfim, uma série de coisas.

Até quando, Senador Wilson Santiago, vamos ficar assim? Eu disse ontem a Fernando Bezerra. Nós não vamos acabar com a seca, a seca não se acaba, é da natureza aquele clima. Setenta por cento do território baiano, Senador Wilson Santiago, para ser mais preciso, 68,5% do território baiano é semiárido. Eu chamo de sertão produtivo, pois ali é muito produtivo. Riqueza: na hora em que a chuva bate, aquilo floresce. E até quando vamos ficar só nessa política do paliativo?

Estive lá com Fernando Bezerra. O Ministro, prontamente, atendeu-nos para emergência na liberação de recursos para atendermos a mais de 102 Municípios que atravessam dificuldades. Mas e aí? Vamos voltar, para o ano, para buscar mais recursos, para atender a emergência? Aí fica a política, sempre, do carro-pipa. A política do carro-pipa é boa para quem quer, de forma vergonhosa, continuar com a política do controle, porque no carro-pipa dá para botar o nome de quem mandou, mas, na água em que vai o tubo enterrado no chão, não dá para botar a placa com o nome de quem fez. Portanto, é fundamental que passemos a ter uma posição muito mais firme nessa questão para enfrentar esses problemas com políticas consequentes.

E é importante termos um centro de monitoração. Como é que eu mensuro isso? Como é que eu sei que vamos ter alterações climáticas de forma mais intensa ou menos intensa na relação com esses locais? Medindo, através de um bom centro. Mas como é que eu vou aplicar isso? É só haver um centro de alterações climáticas que faça a leitura. Mas quem é que vai botar ali o guizo no pescoço do gado? Quem é que vai botar para andar a política? Então, é importante que essas coisas sejam trabalhadas.

Nós estamos agora, por exemplo, com as queimadas lá na região da Chapada Diamantina, na Bahia. Precisamos comprar equipamentos. Precisamos de um centro que monitore. Esses centros de emergência, por exemplo, Senador Wilson Santiago, podem fornecer informações, tanto do ponto de vista das questões climáticas, quanto do ponto de vista das orientações efetivas para a atividade, por exemplo, no campo, na agricultura familiar, na produção de alimentos ou até na pecuária. Portanto, é fundamental que isso seja feito.

E aqui quero, mais uma vez, louvar a atitude do Governo da Bahia, que abriu concretamente a possibilidade e os caminhos para que completemos essa política de reestruturação da nossa matriz de infraestrutura, como desenvolvimento econômico, mas pensando, prioritariamente, no desenvolvimento social, pensando no ser humano, no cidadão e onde ele vive, onde ele trabalha, onde ele precisa, inclusive, ter o serviço. E é por isso que é importante essa política de planejamento e de ações para que a gente consiga efetivamente dar conta dessas enormes demandas que se apresentam a cada dia no nosso Brasil.

Era isso, Senador Wilson Santiago.

Muito obrigado.

Um bom-dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Walter Pinheiro. V. Ex^a, de fato, tem demonstrado um exemplo não só para a Bahia, como também para o povo brasileiro, especificamente na defesa dos interesses daquela população. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Os Srs. Senadores Geovani Borges, Mário Couto, Alvaro Dias, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, os últimos três dias têm sido marcados pelo que podemos chamar de presença da

sustentabilidade no meio do mundo. Eu me refiro a um dos maiores eventos culturais gratuitos do Amapá, a VIII Mostra Cultural Seama, realizada em nosso sambódromo, com exposições, shows musicais, artesanato, teatro, dança, poesia e outros gêneros da nossa rica grade cultural.

O evento este ano esteve direcionado para mostrar a importância de cada cidadão, nas ações que promovem a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade – daí o tema: Sustentabilidade, uma questão de cultura.

O momento que vivemos é muito peculiar. Cresce a olhos vistos o sentimento de que cada um de nós é responsável pela manutenção do planeta.

Cabe a cada um de nós orientar as futuras gerações a cuidar de nossa cidade, nosso país, nosso mundo.

E o evento, de forma criativa, participativa e congregadora cumpriram este papel, numa mostra cultural onde 14 elementos representaram o cenário da sustentabilidade como água, terra, fauna, flora, ar entre outros.

E onde foram desenvolvidas também, atividades educativas como o plantio de mudas de árvore, coleta de lixo e distribuição de sacolas retornáveis.

Eu destaco por fim a participação de instituições como a Associação Irmã Marisa Nicolodi, Casa do Artesão e o projeto Poesia na Boca da Noite.

Fica, pois, aqui nosso breve porém elogioso registro à essa iniciativa já tradicional em nosso Estado e que é, como eu já mencionei, um dos maiores eventos culturais gratuitos do Amapá, com nossos parabéns a cada um dos participantes que para lá levou sua inspiração, seu trabalho, sua contribuição cidadã.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro das seguintes matérias: “Procuradoria do DF cita fatos novos contra Palocci”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**; “Procuradoria pode desarchivar denúncia contra Palocci”, publicada pelo jornal **Valor**; “MP deverá reabrir investigação sobre Palocci, publicada pelo jornal **O Globo**, e; “Procuradoria irá analisar se abre inquérito contra Palocci, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, todas elas datadas de 05 de outubro de 2011, bem como a reportagem intitulada “Procuradoria abre investigação sobre Palocci”, publicada pelo jornal **Estado de S.Paulo** em 11 de outubro de 2011.

Tais matérias informam que a Procuradoria da República no Distrito Federal encontrou novos fatos contra o ex-ministro Antônio Palocci, em uma investigação que envolvia as atividades empresariais dele.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias acima citadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PROCURADORIA DO DF CITA FATOS NOVOS CONTRA PALOCCI

MPF de Brasília enviou a Roberto Gurgel mais informações sobre as atividades empresariais do ex-chefe da Casa Civil

5 de outubro de 2011 | 3h 05
BRASÍLIA – **O Estado de S.Paulo**

O Ministério Público Federal em Brasília afirmou ter encontrado fatos novos numa investigação envolvendo as atividades empresariais do ex-ministro da Casa Civil Antonio Palocci. Em junho, alegando que não existiam indícios de crime, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, arquivou representações de partidos de oposição que pediam a apuração de suspeitas de irregularidades na consultoria Projeto, de propriedade do ex-ministro.

Como ministro, Palocci somente podia ser investigado e acusado pelo procurador-geral, que é o chefe do MPF.

Mas, com a saída do cargo, ele se tornou passível de apuração por outros procuradores. Em nota divulgada ontem, a Procuradoria da República no Distrito Federal informou que, em agosto, foram encaminhadas a Gurgel informações apuradas em inquérito civil público sobre um suposto enriquecimento ilícito.

“A comunicação reúne informações que não foram citadas, implícita ou explicitamente, na decisão de arquivamento da representação criminal divulgada pela imprensa e analisada no bojo do inquérito civil”, diz a nota. A decisão sobre desarchivar ou não o pedido de investigação será tomada pelo procurador Gustavo Velloso. Para tanto, é necessário que existam fatos novos.

PROCURADORIA IRÁ ANALISAR SE ABRE INQUÉRITO CONTRA PALOCCI

Órgão confirma indício de crime em negócios

BRASÍLIA – A Procuradoria da República no Distrito Federal confirmou ontem ter encontrado indícios

de crime nos negócios da empresa do ex-ministro Antonio Palocci e informou ter instaurado procedimento para analisar abertura de inquérito criminal.

A Folha revelou ontem que a investigação na área cível sobre as atividades de consultoria de Palocci esbarrou em indícios de crime.

O procurador Gustavo Pessanha Velloso irá decidir se abre o inquérito criminal, que pode analisar se houve tráfico de influência.

O Ministério Público Federal do DF não esperou uma resposta formal do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para instaurar o procedimento.

Informado há mais de um mês, Gurgel disse à Folha que dava sinal verde para a investigação, mas até ontem não havia respondido a ofício.

O advogado do ex-ministro, José Roberto Batocchio, afirmou que acompanha as investigações na área cível e que não existe “fato novo” que justifique um outro inquérito na área criminal.

FONTE: **Folha de S.Paulo**

PROCURADORIA PODE DESARQUIVAR DENÚNCIA CONTRA PALOCCI

Valor

Por Juliano Basile | De Brasília

Judiciário Ministério Público recebe novos documento e avalia abertura de inquérito

O Ministério Público encontrou novas provas envolvendo o ex-ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, e estuda desarquivar as denúncias de que ele teria enriquecido ilícitamente.

Segundo a Procuradoria da República no Distrito Federal, surgiram novas informações sobre contratos e clientes da Projeto – empresa de consultoria em que Palocci manteve atividades até o ano passado, antes de assumir a Casa Civil da Presidência da República.

O MP não especificou quais são as novas informações, mas esclareceu que o caso pode ser reaberto.

Em junho, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, arquivou representações de partidos de oposição que pediam a abertura de inquérito para apurar o aumento do patrimônio pessoal de Palocci, que teria sido de mais de 20 vezes entre 2006 e 2010.

O caso foi analisado por Gurgel, pois Palocci era ministro de Estado, tinha foro privilegiado e, por isso, só poderia ser investigado perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

Como Palocci deixou a Casa Civil, ele pode ser investigado por procuradores que atuam perante a 1ª instância da Justiça. Atualmente, as investigações estão sob a condução do procurador da República Gustavo

Pessanha Velloso, do 3º Ofício Criminal. Cabe a ele decidir sobre eventual abertura de inquérito criminal, após análise da documentação recebida.

“A análise do requisito legal para desarquivamento deverá ser feita pelo procurador natural do caso no âmbito criminal, confrontando as novas informações com o que constou nos autos da representação no momento da decisão de arquivamento”, diz a nota do MP.

Ao arquivar os pedidos de investigação do PPS, do PSDB e do DEM contra Palocci, em 6 de junho, Gurgel afirmou que “a lei penal não tipifica como crime a incompatibilidade entre o patrimônio e a renda declarada”.

Agora, essa incompatibilidade será analisada pelos procuradores do DF.

MP DEVERÁ REABRIR INVESTIGAÇÃO SOBRE PALOCCI

Autor(es): agência **O Globo**:Jailton de Carvalho

O Globo – 5-10-2011

Procurador teria encontrado indícios de irregularidades nos contratos da empresa do ex-ministro da Casa Civil

BRASÍLIA. O procurador da República Gustavo Pessanha Velloso deverá abrir na próxima semana inquérito criminal para apurar supostas fraudes em documentos da Projeto, empresa de consultoria do ex-ministro da Casa Civil Antonio Palocci. O procurador terá como base da decisão uma investigação conduzida pelo colega Paulo José Rocha Júnior em inquérito civil sobre o mesmo assunto. Ao longo da apuração, Rocha Júnior descobriu indícios de irregularidades nos negócios da empresa de Palocci.

Com a iniciativa, Velloso reabrirá o caso encerrado há quatro meses pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Em junho, Gurgel rejeitou pedido de parlamentares de oposição para abrir inquérito sobre suposto enriquecimento ilícito de Palocci. O patrimônio do ex-ministro aumentou em 20 vezes entre 1996 e 2010. Só no ano passado, o ex-ministro teria recebido R\$20 milhões com contratos da Projeto. Palocci foi um dos coordenadores da campanha eleitoral da presidente Dilma Rousseff.

– Eu mandei o pedido de investigação para a área criminal porque encontrei indícios de crime. Mas não posso dizer quais são. A investigação está sob sigilo – disse Rocha Júnior a um interlocutor ontem à tarde.

O procurador chegou a essa conclusão após analisar contratos de consultoria, pareceres e a declaração de renda da Projeto. Em 8 de agosto, ele até

enviou ofício a Gurgel para alertar o procurador-geral sobre as novas informações. “A comunicação reúne informações que não foram citadas, implícita ou explicitamente, na decisão de arquivamento da representação criminal divulgada pela imprensa e analisada no bojo do inquérito civil”, informou Rocha Júnior.

Caberia ao procurador-geral confirmar o recebimento dos dados e devolver o caso à primeira instância do Ministério Público Federal. Palocci não é mais ministro desde 7 de junho e, logo, não tem mais foro privilegiado. Mas, dois meses depois, sem resposta de Gurgel, Rocha Júnior enviou o relatório com as “novas informações” à área criminal da Procuradoria da República.

– Essas investigações são muito importantes para esclarecer as denúncias de enriquecimento ilícito daquele que foi o principal ministro do atual governo. Essa investigação tem que ser estendida também a outros ministérios e inclusive à campanha da presidente Dilma – afirmou o líder do PPS na Câmara, Rubens Bueno (PR), um dos parlamentares que, em junho, pediram abertura de investigação criminal sobre Palocci.

José Roberto Batochio, advogado de Palocci, disse que aguardará decisão do Ministério Público para se pronunciar sobre o caso.

A Projeto foi criada em 2006, depois que Palocci deixou o Ministério da Fazenda do governo Lula na esteira do escândalo da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Em novembro de 2010, quando era deputado, a Projeto registrou a compra de um apartamento de R\$6,6 milhões em São Paulo, valor bem acima dos recursos recebidos por Palocci como deputado federal na última legislatura.

PROMOTORIA ABRE INVESTIGAÇÃO SOBRE PALOCCI

Ministério Público apura suspeita de lavagem de dinheiro; ex-ministro nega irregularidade em aluguel de apartamento

Promotor confirma que imóvel tem entre os seus proprietários um réu em vários processos por crimes tributários

De São Paulo

O ex-ministro Antonio Palocci é alvo desde o dia 29 de uma investigação criminal que apura a suspeita de seu envolvimento em uma operação de lavagem de dinheiro no aluguel do apartamento em que ele morava na zona sul de São Paulo.

O procedimento do Ministério Público de São Paulo foi iniciado depois da análise de documentos fornecidos pela Junta Comercial do Estado e cartórios de imóveis.

A documentação foi solicitada depois que o Gedec (Grupo Especial de Delitos Econômicos) do Ministério Público de São Paulo recebeu, em junho, uma representação do deputado estadual Pedro Tobias (PSDB-SP) com suspeitas contra o ex-ministro da Casa Civil do governo Dilma.

A petição reproduziu um texto da revista “Veja” que apontou que os donos do imóvel ocupado à época pelo ex-ministro, avaliado em R\$ 4 milhões, teriam participado de operações financeiras na condição de laranjas.

Após uma verificação preliminar, o Gedec confirmou que o apartamento onde Palocci morou até julho tem como um de seus proprietários o comerciante Gesmo Siqueira dos Santos.

Siqueira é réu em diversos processos criminais relativos a fraudes e crimes tributários.

Segundo o promotor Joel Carlos Moreira da Silveira, um dos três integrantes do Gedec na capital, a apuração sobre os documentos ainda prossegue, mas não há data para que Palocci seja ouvido.

INVESTIGAÇÃO FEDERAL

Silveira diz que o procedimento aberto em setembro pela Promotoria estadual não tem ligação com as apurações em curso no Ministério Público Federal, em Brasília.

O promotor afirma que a investigação em São Paulo é específica para averiguar supostos crimes de lavagem de dinheiro, e posteriormente poderá ocorrer o compartilhamento de informações com a Procuradoria no DF.

Palocci deixou o governo após a crise deflagrada pela revelação da Folha de que seu patrimônio havia aumentado 20 vezes em quatro anos.

O jornal também mostrou que o ex-ministro havia faturado R\$ 20 milhões por meio de sua empresa de consultoria quando era um dos coordenadores de campanha da presidente Dilma Rousseff.

Sem citar nomes dos clientes, Palocci saiu do governo em junho. (FLÁVIO FERREIRA)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSBD – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado, “Falta lembrar que só os investimentos geram PIB”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 11 de outubro de 2011.

O editorial destaca que o governo optou por uma política desenvolvimentista renunciando às medidas de política monetária para conter as pressões inflacionárias.

Sr. Presidente, requiro que o editorial acima citado considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**FALTA LEMBRAR QUE SÓ OS INVESTIMENTOS
GERAM PIB**

11 de outubro de 2011 | 3h 03
O Estado de S.Paulo

O governo optou por uma política desenvolvimentista renunciando às medidas de política monetária para conter as pressões inflacionárias. Por enquanto, conseguiu apenas que a inflação aumentasse, enquanto o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), previsto pelo mercado em 5% no início do ano (Pesquisa Focus), não deverá ultrapassar 3,50%.

O que parece é que o governo esquece que o crescimento econômico depende de investimentos numa relação capital/produto que varia muito de um setor para outro da economia. Pelos dados dos últimos quatro trimestres, em relação ao trimestre anterior, verifica-se que a evolução da Formação Bruta de Capital Fixo foi decrescente: aumentou 21,2% no terceiro trimestre de 2010; 12,3%, no trimestre seguinte; e 8,8%, no primeiro trimestre deste ano, para cair para 5,9% no segundo trimestre. O que se está observando neste ano, portanto, é uma queda dos investimentos do governo central, que, além disso, estão muito abaixo do valor previsto no Orçamento e, mais, correspondem em grande parte aos restos a pagar do exercício anterior.

Se consideramos os dados do Orçamento-Geral da União (OGU) para os oito primeiros meses do ano, verificamos que, com R\$ 24,140 bilhões, os investimentos acusaram queda de 9,09% em relação ao mesmo período de 2010. Em valor constante (deflator IGP-DI), recuaram 16%, acusando queda desde 2009, e têm sido financiados na proporção de 69% por restos a pagar. Isso mostra, claramente, que o governo não está dando a prioridade proclamada aos investimentos e prefere sustentar o crescimento econômico por meio de um aumento da demanda, que, em parte, é suprida

por produtos importados. Os maiores investimentos foram realizados pelo Ministério dos Transportes, com R\$ 17,1 bilhões.

As empresas estatais investiram R\$ 47,6 bilhões até agosto, ante uma dotação anual de R\$ 108 bilhões, o que representa 44% do previsto. (Houve uma queda de R\$ 4,2 bilhões.) A Petrobrás, com recursos próprios, respondeu por R\$ 42,6 bilhões do total, ou 89,5%.

As informações divulgadas mostram suficientemente que, apesar de contar com forte aumento das receitas, o governo tem preferido elevar seus gastos de custeio, gerando um aumento da demanda que a produção nacional pode atender só em parte. Os investimentos que asseguram crescimento são insuficientes e uma redução da carga tributária teria permitido que o aumento dos investimentos privados compensasse os que o governo não faz.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Guerra cambial e fantasia”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, de 08 de outubro de 2011.

O editorial destaca que a presidente Dilma levantou, na Turquia, a bandeira de mais uma campanha fantasiosa, ao propor a união dos emergentes contra a “guerra monetária” movida pelos bancos centrais de países desenvolvidos.

Sr. Presidente, requiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CYRO MIRANDA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GUERRA CAMBIAL E FANTASIA

8 de outubro de 2011 | 3h 05
O Estado de S.Paulo

A presidente Dilma Rousseff levantou, na Turquia, a bandeira de mais uma campanha fantasiosa, ao propor a união dos emergentes contra a “guerra monetária” movida pelos bancos centrais de países desenvolvidos. Poderia ter usado a expressão “guerra cambial”, posta em circulação há mais de um ano por seu ministro da Fazenda, Guido Mantega, para denunciar principalmente a inundação do mercado interna-

cional por enormes volumes de dinheiro emitido pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano). Centenas de bilhões de dólares foram lançados pelo Fed, em duas grandes ondas, na tentativa de estimular a expansão do crédito nos Estados Unidos. Uma das consequências foi a valorização de várias moedas – entre elas o real, com sérios prejuízos para o comércio do Brasil. Mas a manipulação cambial mais antiga, mais evidente e mais danosa a um grande número de economias, incluída a brasileira, é praticada há muitos anos pelo governo de um país emergente, a China, a maior potência comercial do mundo.

Bastaria esse pormenor para mostrar o irrealismo da proposta da presidente Dilma Rousseff em seu discurso perante um auditório de cerca de 1.200 empresários turcos e brasileiros em Ancara, nessa sexta-feira. Segundo ela, os emergentes deveriam juntar-se para manifestar sua oposição à guerra cambial na próxima reunião do Grupo dos 20 (G-20), formado pelas maiores economias desenvolvidas e emergentes, marcada para novembro, em Cannes.

O governo brasileiro tem sido extremamente parcimonioso nas críticas à persistente depreciação da moeda chinesa. No início de sua campanha contra a “guerra cambial”, o ministro Guido Mantega nem sequer se dispôs a falar contra a manipulação do yuan. Chegou quase a justificar essa política, ao descrever a ação das autoridades chinesas como defesa contra a desvalorização do dólar. Mas nem ele foi capaz de sustentar por muito tempo esse evidente despropósito. De fato, as autoridades chinesas vincularam o yuan ao dólar depois do agravamento da crise, em 2008, mas a estratégia de depreciação do yuan já era mantida havia muitos anos, apesar dos protestos da maior parte dos governos ocidentais.

A China tem sido o grande alvo das pressões, por sua política de câmbio, na maior parte das conferências do G-20. A depreciação do yuan tem sido também, por muitos anos, um assunto importante nas discussões de organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O governo brasileiro nunca se comprometeu seriamente com essas críticas nos foros internacionais, mas tem sido forçado pelos fatos – e pelas pressões do empresariado nacional – a tomar medidas defensivas contra as práticas desleais de comércio da China.

Neste momento, nem se pode acusar o banco central americano de persistir na estratégia de grandes emissões. Sua política monetária continua frouxa, com juros próximos de zero, e, agora, com um programa de alongamento de prazo de títulos públicos de sua carteira. Também essa operação pode resultar em expansão monetária, mas o resultado nem de longe será

parecido com o da segunda etapa de “afrouxamento quantitativo”, quando foram emitidos cerca de US\$ 600 bilhões. Essa etapa terminou em junho. Uma terceira poderá ocorrer, mas, por enquanto, está fora da agenda. A grande novidade nessa área, nos últimos dias, foi a decisão do Banco da Inglaterra de iniciar a compra de títulos no valor de 75 bilhões de libras, com a emissão, é claro, do valor correspondente em moeda. Teria a presidente notado esse fato?

Os chineses são hoje os maiores parceiros comerciais do Brasil e os maiores predadores de nossa indústria em todos os mercados – incluído o brasileiro. O governo brasileiro faria um trabalho político e diplomático muito mais útil à indústria nacional se reforçasse, nos foros internacionais, as pressões pela mudança da política de câmbio e do modelo chinês de crescimento. Já é tempo de abandonar em Brasília as fantasias terceiro-mundistas e a crença pueril na identidade de interesses dos países do grupo Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do economista Rogério Werneck, intitulado: “Insensatez em marcha”, publicado pelo jornal **Estado de S.Paulo**, de 30 de setembro de 2011.

Segundo o autor, já não há mais espaço para dúvida. Está havendo uma guinada muito clara na política econômica do governo. Mudaram os objetivos, o discurso e o estilo da condução da política econômica.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

INSENSATEZ EM MARCHA

30 de setembro de 2011 | 3h 01

Rogério Werneck, de **O Estado de S.Paulo**

Há poucos meses era algo que apenas se entrevia. Agora, já não há mais espaço para dúvida. Está havendo uma guinada muito clara na política econômica do governo. Mudaram os objetivos, o discurso e o estilo da condução da política econômica. E, à

medida que a percepção da mudança se dissemina, o próprio debate econômico vem tomando outra forma. Ideias equivocadas, que pareciam afastadas para sempre do cerne do debate econômico nacional, voltaram a ter livre curso na mídia, brandidas com depriamente convicção. Em certos círculos, há até um clima de comemoração, quase de euforia, com o que vem sendo saudado como o abandono definitivo da forma de conduzir a política econômica que prevaleceu no País nos últimos 18 anos.

É uma guinada que vem sendo ensaiada desde 2005 e que, em boa medida, teve início efetivo na segunda parte do último mandato do presidente Lula. A diferença é que, até há pouco tempo, o governo tentava dissimular as mudanças e evitar quebras muito ostensivas de regras do jogo ou movimentos excessivamente bruscos na condução da política econômica. Parece já não haver essa preocupação. Mais uma vez, como em 2008-2009, a crise mundial está sendo usada como pretexto. A ideia é que, com as economias centrais engolfadas em dificuldades, o País precisa se precaver. E, nessas condições, vale tudo: passa a não existir pecado em nenhum dos dois lados do Equador.

A deterioração do ambiente externo, por mais preocupante que seja, não é justificativa para improvisação, casuísmo e arbitrariedade. Muito pelo contrário. É exatamente quando o quadro fica mais adverso e as possibilidades se estreitam que a manutenção de uma política econômica coerente, crível e previsível se torna mais necessária. Convencido de que havia alta probabilidade de que o País se defrontasse, até o final do ano, com rápida deterioração do quadro econômico na Europa, o desafio que o Banco Central (BC) tinha pela frente era fazer a correção devida na política monetária, mantendo ancoradas as expectativas inflacionárias e preservando a credibilidade da política de metas para inflação. Isso teria exigido correção de rumo mais cuidadosa. Certamente mais suave do que a que, afinal, se viu.

O movimento brusco, ao arrepio de regras básicas de condução da política de metas, teve custo gigantesco em termos de perda de credibilidade e deixou as expectativas inflacionárias completamente desancoradas. O que se espera agora é que a inflação convirja para a meta apenas em 2013. Há pela frente, portanto, um período longo durante o qual reajustes de preços e salários estarão pautados por expectativas de inflação preocupantemente altas. O que deve dificultar ainda mais a lenta convergência da inflação à meta.

Tendo feito aposta tão pesada na deterioração do quadro econômico mundial, o Banco Central, coadjuvado pela Fazenda, se vê agora obrigado a reiterar a cada dia a extensão de sua preocupação com a situação ex-

terna. Em contraste com 2008, quando prometeu que tudo não passaria de simples marolinha, o governo se vê compelido a fazer alertas diários sobre a possibilidade de um maremoto. Sobrevenha ou não o quadro externo catastrófico, o certo é que o discurso catastrofista do governo vem tendo um efeito antecipado avassalador sobre decisões de investimento. O que talvez venha a ser visto como uma forma criativa, ainda que não intencional, de contenção da demanda agregada.

É curioso que, não obstante todo o propalado pessimismo do governo com a deterioração do quadro externo, a Fazenda e o BC não conseguiram esconder sua surpresa com a rápida depreciação da taxa de câmbio observada nas últimas semanas. E até hoje se recusam a reconhecer que esse movimento desestabilizador do câmbio pode ter sido, em boa parte, simples decorrência de efeito colateral da imposição de IOF sobre derivativos. A medida já não faz mais sentido, se é que chegou a fazer. Mas, tendo improvisado, o governo não quer dar o braço a torcer. O pior da improvisação é a ocultação dos seus custos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado, “O ‘Relatório de Inflação’ não convence quanto ao futuro”, publicado pelo jornal **Estado de S. Paulo**, em sua edição de 30 de setembro de 2011.

O economista Paulo Petrassi observou que o Relatório de Inflação do Banco Central relativo ao terceiro semestre nasceu defasado, pois se baseou em dados corrigidos até 9 de setembro, com previsão de uma taxa cambial de R\$ 1,65 por dólar, que hoje é de R\$ 1,83.

Sr. Presidente, requiero que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**O ‘RELATÓRIO DE INFLAÇÃO’ NÃO CONVINCE
QUANTO AO FUTURO**

Terça, 30 de Setembro de 2011, 03h01

O economista Paulo Petrassi observou, com pertinência, que o Relatório de Inflação (RI) do Banco Central (BC) relativo ao terceiro trimestre nasceu defasado, pois se baseia em dados coligidos até 9 de

setembro, com previsão de uma taxa cambial de R\$ 1,65 por dólar – que hoje é de R\$ 1,83.

No período, houve uma série de modificações altamente suscetíveis de alterar as previsões “otimistas” do RI de inflação de 6,4%, no final deste ano, e de 4,75%, em 2012. Basta ler o documento do Banco Central para verificar que o que se temia já está acontecendo.

O BC parte da constatação de que em agosto o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 12 meses apresentava elevação de 7,53%, isto é, acima da faixa superior da meta (6,5%). O Relatório de Inflação analisa com cuidado as razões dessa situação, em que os preços livres tiveram alta de 7,8% (8,6% para os serviços) e os preços administrados aumentaram 5,7%.

O relatório dá grande importância ao ambiente internacional fortemente deteriorado, sem, no entanto, chegar a vinculá-lo diretamente à situação doméstica. Afinal, no período houve importante aporte de capital estrangeiro e créditos internacionais abundantes, a um custo apenas ligeiramente maior. O único ponto negativo seria a elevação do preço das commodities. Mas isso permitiu que as exportações fossem maiores que as importações.

O Banco Central assinala sua preocupação com o descasamento entre a demanda no mercado interno e a oferta da indústria nacional. Mas, simultaneamente, um diretor do órgão anuncia que o índice de produção calculado pelo BC está marcando um bom crescimento em setembro.

É necessário dar atenção às preocupações que as autoridades têm externado nas últimas semanas. A principal é a indexação que deverá ocorrer já no início do próximo ano, por causa do aumento do salário mínimo em pelo menos 14%. O relatório revela cuidados com a dinâmica dos salários – e com razão, diante dos dissídios que têm proporcionado ganhos reais. As expectativas de inflação são claras nos reajustes salariais.

Os pontos que o RI considera positivos são uma moderação do crescimento do emprego, uma queda (muito duvidosa) do preço das commodities agrícolas e, especialmente, os efeitos positivos da política fiscal (mas as despesas aumentaram 10,6% em oito meses).

O documento parece ter esquecido o balanço de pagamentos de 2012 e, especialmente, a evolução da taxa cambial. Apenas reconhece o nível de incerteza crescente – que não procura dissipar.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Segundo Tempo

beneficia ONGs ligadas ao PC do B”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, de 16 de outubro de 2011.

O editorial destaca que o programa Segundo Tempo, criado pelo Ministério do Esporte, é cercado por denúncias de irregularidades e possíveis favorecimentos de ONGs ligadas a dirigentes e aliados do PC do B.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**SEGUNDO TEMPO BENEFICIA ONGS LIGADAS
AO PCdoB**

O Globo (Outubro 2011)

Entidades receberam R\$ 30 milhões em verbas no ano passado

O programa Segundo Tempo, criado pelo Ministério do Esporte, é cercado por denúncias de irregularidades e possíveis favorecimentos de ONGs ligadas a dirigentes e aliados do PCdoB, que controla a pasta. Investigações promovidas pela Polícia Federal e auditorias da Controladoria Geral da União (CGU) apontaram problemas como infraestrutura precária de núcleos esportivos beneficiados em Goiás, Piauí, São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Há casos de convênios com ONGs de fachada. Somente em 2010, foram repassados R\$ 30 milhões a entidades ligadas ao PCdoB.

As investigações sobre a aplicação dos recursos do Segundo Tempo começaram em 2009, após uma série de denúncias de má aplicação de recursos públicos e de ser instrumento financeiro do PCdoB. Auditoria do TCU naquele ano apontou que 33% dos convênios beneficiavam entidades que não ofereciam esportes olímpicos e difundiam atividades como luta de braço e punhobol.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a sessão, convocando outra para a próxima segunda, no horário regimental.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 30 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,11)

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
VAGO ^(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽³⁾
Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).

5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindbergh Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽⁴⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muiños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Acrescida de uma vaga, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Sérgio Souza (PMDB) ^(4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) ^(12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento nº 2/2011-CAS, em 16.03.2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.

***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).

****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,5,17,21,28)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- ****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- *****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
 3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
 4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)
 5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)
 6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
 7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
 8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
 11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
 13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
 14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
 15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
 17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
 18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
 19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
 22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
 23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
 24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	
Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,20)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).

6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).

7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).

12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).

20. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ^(1,3,6)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Reditario Cassol (PP) ^(2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(5,8)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,9,17)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. VAGO ^(3,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).

9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁶⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,13)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
15. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Reditario Cassol (PP) ^(4,6)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,4,7)

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
 5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella foi eleito vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 221/2011-Pres/CDR).
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(6,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(10,11)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ^(1,4)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽³⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27.04.2011.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
3. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
4. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾
PP
Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,16)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 01/09/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.
16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião ⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame ⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia ⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.09.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. Of. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO
(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

